



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RONYERE SARGES RÊGO

**CONSELHO GESTOR DA RESERVA EXTRATIVISTA TAUÁ-MIRIM (SÃO LUÍS-
MA) E A LUTA POR UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**

São Luís

2024

RONYERE SARGES RÊGO

**CONSELHO GESTOR DA RESERVA EXTRATIVISTA TAUÁ-MIRIM (SÃO LUÍS-
MA) E A LUTA POR UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal do Maranhão.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de
Sant'Ana Júnior

São Luís – MA

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Sarges Rêgo, Ronyere.

CONSELHO GESTOR DA RESERVA EXTRATIVISTA TAUÁ-MIRIM SÃO LUÍS-MA E A LUTA POR UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO / Ronyere

Sarges Rêgo. - 2024.

101 p.

Orientador(a): Horácio Antunes de Sant'ana Júnior. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Resex Tauá-mirim. 2. Conselho Gestor. 3. Autogestão.
I. Antunes de Santana Júnior, Horácio. II. Título.

CONSELHO GESTOR DA RESERVA EXTRATIVISTA TAUÁ-MIRIM (SÃO LUÍS- MA) E A LUTA POR UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em Ciências
Sociais (PPGSOC/UFMA) da Universidade
Federal do Maranhão.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de
Sant'Ana Júnior

Aprovada em: 31/05/ 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (Orientador)

Doutor em Ciências Humanas (Sociologia)

pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ)

Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dra. Isanda Maria Falcão Canjão (Examinadora Externa)

Doutora em Ciências Sociais

pela Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA)

Universidade CEUMA

Prof. Dr. Bartolomeu Rodrigues Mendonça (Examinador Externo)

Doutor em Ciências Sociais

pela Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA)

Colégio Universitário (COLUN) - UFMA

À Erotildes Rodrigues Rêgo (*In Memoriam*),
avó paterna.

Antônio João Sarges (*In Memoriam*),
avô materno.

Maria Máxima Pires (*In Memoriam*), liderança
e ex-membra do Conselho Gestor da Resex
Tauá-Mirim.

AGRADECIMENTOS

Como iniciar uma nota de agradecimentos sem ser injusto com todas as pessoas que estiveram presentes nessa caminhada? De forma unânime, presto-lhes minha mais sincera gratidão.

Meus agradecimentos ao Regente Supremo, por me sustentar espiritualmente e sempre estar presente nos meus momentos de angústias e medos.

Aos meus pais, pelo suporte emocional e financeiro, que apesar de poucos recursos materiais, nada se compara ao apoio incondicional, pela aceitação, pelo crédito, cuidado e o mais importante, o amor. Obrigado Pai, pelo seu cuidado único, muitas vezes incompreendido, mas sei que nunca me deixou desamparado. Obrigado Mãe, por nunca desistir de sonhar os meus sonhos, ir contra tudo e todos, para que eu estivesse onde eu me encontro hoje, porém nunca deixando o jeito terno e amável em suas palavras de correção e entusiasmo. Obrigado, por todas as ligações pela noite, os conselhos, etc. Certamente não estaria em um nível de maturidade tão elevado.

Eternamente grato pela Vida e/ou Destino por me presentear com uma irmã, Rayssa, tão gentil e ao mesmo tempo guerreira, sua bravura me inspira, e depois quando já pensava que tudo estava devidamente em seu lugar, as coisas se remodelam, e eis que chega como um raio de luz, em uma manhã de domingo, meu estimado e amado, filho-irmão-primo, o Ítalo Sarges, que nos enche de luz com seu sorriso e com sua forma mais sublime e pura de amar. A vocês dois, minha eterna gratidão e amor incondicional.

Meus mais sinceros agradecimentos ao meu orientador Horácio Antunes Sant'Ana Júnior, pelo incondicional cuidado e ensinamentos durante a construção deste trabalho, desde a inserção no campo de pesquisa até a escrita. Não tenho palavras para descrever sua perseverança e sua capacidade de acreditar nos sonhos dos outros, em especial, no meu!

Evidente que não posso deixar de lembrar das pessoas que estiveram comigo no momento de transição da minha terra natal, para de fato, dar os primeiros passos na direção desse sonho. Aos meus amigos, ou melhor, irmãos e irmãs de pensionato, a vocês deixo a irmandade inabalável, pois a qualquer momento em que nos encontrarmos, lembrarmos dos tempos de risos, anseios e conquistas futuras que hoje, estão se tornando realidade.

Aos amigos que fiz nesta jornada, que começou na antiga Escola Agrotécnica Federal (hoje IFMA-Campus Maracanã) passando pela UEMA (Universidade Estadual do Maranhão), meus mais sinceros sentimentos de gratidão. Momentos que ficaram e permanecerão para

sempre na memória e guardados nos mais profundos sentimentos. Este retirante *baixadeiro* não poderia ter sido tão bem acolhido como fui. Para vocês dedico uma palavra: Acolhimento.

Também não posso deixar de lembrar de amizades sinceras das vizinhas de prédio, que tornaram-se Família, Livia, Liliane, tia Neide e tio Leandro, pessoas que a vida me presenteou e que fazem parte do vínculo familiar, assim como eu me considero parte da irmandade deles.

Meus mais sinceros desejos de realizações e felicitações aos amigos que cativei e apreciei na UFMA (Universidade Federal do Maranhão), aos companheiros que persistiram e continuaram no campo das Ciências Sociais. A Ana Kely, Sarah Resplandes, David Caripunas e Hailton Costa, amigos mais chegados que irmãos, sem sombra de dúvida. Minha torcida pelo crescimento profissional de vocês sempre terá doses de entusiasmo, relativamente altas. Meu sucesso é saber que todos seguirão os seus caminhos e conquistarão os seus espaços.

À minha família acadêmica que me acolheu com tanto amor, cuidado e aceitação, considerando o Gedmma, grupo de estudo que supera os muros e barreiras acadêmicas.

Aos professores coordenadores: Bartolomeu, Elio, Madian, Cíndia e Samarone, que representaram a minha inspiração para trilhar nesta vida tão tortuosa e ao mesmo tempo excitante que é a academia. Augurando sinceros desejos em manter este sentimento de mudança para uma sociedade mais justa para os próximos.

Agradeço ao Alberto Cantanhede (Beto do Taim) e Shirley Barbosa, membros do Conselho Gestor da RESEX Tauá-Mirim, pelas informações que estão presentes neste trabalho, pela aproximação ao campo de estudo e por todas as viagens que pude realizar como convidado e pesquisador durante as vigências das cotas de bolsas de iniciação científica. Sem deixar de lembrar de todos os demais que atuaram na realização desta pesquisa.

Um agradecimento todo especial aos moradores da Reserva, que me acolheram como um amigo, sempre muitos dispostos a ajudar, sejam com *causos* populares, histórias fantásticas, anedotas, ou mesmo, denunciando a situação em que ela se encontra.

Todas as falas, ou silenciamento, foram importantes para tentar perceber a realidade cotidiana deles. Aos Membros e Membras do Conselho Gestor que se fizeram tão presentes durante a pesquisa, sem vocês este trabalho não teria fecundado ou, muito menos, saído do campo metafísico. Meu muitíssimo obrigado.

Aos companheiros de Vida Acadêmica desde o Pibic: Tayanná, Darlan, Ana Kely, Josemiro, Sarah Resplandes, Maria Ecy e Magno, todos participantes do Gedmma, sendo que, com eles, pude fazer um intercâmbio de saberes e conhecimentos. Em nenhum momento pude imaginar fazer parte de algo tão grandioso e importante para a mudança de algo que tanto

queremos e almejamos para a nossa sociedade. Companheiros e Companheiras mantenham-nos firmes nesse bom combate.

De certo que não posso esquecer-me do companheiro que fez parte dessa jornada, e que ajudou de alguma forma, com cuidado, atenção, motivação e com momentos de alegrias. Obrigado, por todos aqueles que trilharam caminhos diferentes, os que permaneceram perto, e principalmente, aquele que decidiu permanecer e aceitar todos os meus defeitos, proporcionando motivos de reciprocidade e acolhimentos. Obrigado João Gleidson (Dion), por fazer parte da minha vida desde 2015 e permanecer nesta jornada de altos e baixos, mas sem nunca permitir que eu desistisse.

Talvez seja audacioso de minha parte, mas agradeço ao porvir! Que as forças e a sede de justiça nunca se esgotem, que as amizades que são como bálsamos sejam a cada dia fortalecidas, que o amor nunca nos falte, que as alegrias cheguem em momentos de descuido e que a vida seja generosa com todos que fizeram nesse momento parte de minha vida.

*[...] esse Conselho ainda que não oficializado,
mas a oficialização é para nós um detalhe [...].*

Beto do Taim

RESUMO

Com apoio em Sant'ana Júnior, Horácio Antunes em seu artigo Complexo Portuário, Reserva Extrativista e Desenvolvimento no Maranhão, publicado pelo Centro de Estudos e Pesquisas e Humanidades-CRH, órgão complementar da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, no ano de 2016, faz referência na página 288 que a Reserva Extrativista (Resex) Tauá-Mirim é demandada por doze comunidades da zona rural de São Luís desde 2003, como resposta às ameaças representadas pela expansão capitalista). Com a criação de seu Conselho Gestor, em 2015, a Reserva enfrenta desafios relacionados à conservação ambiental e aos direitos das comunidades locais. A participação e a coesão interna são pontos elementares para uma gestão eficaz, mas devem ser abordados os obstáculos como as problemáticas em relação à logística, informações deficientes e embates externos contra empreendimentos capitalistas que ameaçam suas comunidades. Deste modo, os projetos de desenvolvimento devem ser analisados cuidadosamente para que reconheça as violências ambientais e sociais que por eles são causados. Sob esses aspectos o objetivo aqui é apresentar os resultados do estudo sobre o Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim e sua atuação ao longo da sua autocriação, cujo método utilizado para esse fim, foi realizar pesquisas através de revisão bibliográfica, participação em reuniões do Conselho, trabalho de campo e entrevistas com lideranças das comunidades pertencentes a Resex.

Palavras-chave: Resex Tauá-Mirim, Conselho Gestor, Autogestão.

ABSTRACT

With the support of Sant'ana Júnior, Horácio Antunes in his article Port Complex, Extractive Reserve and Development in Maranhão, published by the Center for Studies and Research in the Humanities (CRH), a complementary body of the School of Philosophy and Human Sciences of the Federal University of Bahia, in 2016, mentions on page 288 that the Tauá-Mirim Extractive Reserve (Resex) has been demanded by twelve communities in the rural area of São Luís since 2003, as a response to the threats posed by capitalist expansion. With the creation of its Management Council in 2015, the Reserve faces challenges related to environmental conservation and the rights of local communities. Participation and internal cohesion are essential points for effective management, but obstacles such as problems related to logistics, deficient information and external conflicts with capitalist enterprises that threaten their communities must be addressed. Thus, development projects must be carefully analyzed to recognize the environmental and social violence they cause. In these aspects, the objective here is to present the results of the study on the Management Council of the Tauá-Mirim Extractive Reserve and its performance throughout its self-creation, whose method used for this purpose was to carry out research through bibliographic review, participation in Council meetings, field work and interviews with leaders of the communities belonging to the Extractive Reserve.

Keywords: Resex Tauá-Mirim, Management Council, Self-management.

LISTA DE SIGLAS

Alumar	–	Consórcio de Alumínio do Maranhão
Antaq	–	Autoridade Nacional de Transportes Fluviais
CEA	–	Centro Espacial de Alcântara
CNPT	–	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
Confrem	–	Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos
Contag	–	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPSL	–	Complexo Portuário de São Luís
CPT	–	Comissão Pastoral da Terra
CSP	–	Conlutas - Central Sindical e Popular
CVRD	–	Companhia Vale do Rio Doce
Disal	–	Distrito Industrial de São Luís
DPE/MA	–	Defensoria Pública do Estado do Maranhão
ECO 92	–	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EFC	–	Estrada de Ferro Carajás
Fetaema	–	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão
Gedmma	–	Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
Ibama	–	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Ibase	–	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	–	Inquéritos Cíveis Públicos
ICMBio	–	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Incid	–	Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural
Incra	–	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Itermá	–	Instituto de Terras do Maranhão
MMA	–	Ministério do Meio Ambiente
MA	–	Maranhão
Monape	–	Movimento Nacional de Pescadores
MPE/MA	–	Ministério Público Estadual do Maranhão

MPF	–	Ministério Público Federal
MPP	–	Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras
ONG	–	Organização Não Governamental
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PCdoB	–	Partido Comunista do Brasil
PFC	–	Projeto Ferro Carajás
PGC	–	Programa Grande Carajás
PMDB	–	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD	–	Partido da Social-Democracia
PT	–	Partido dos Trabalhadores
RDS	–	Reservas de Desenvolvimento Sustentável
Resex	–	Reserva Extrativista
Sema	–	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SMDH	–	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
Snuc	–	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UFMA	–	Universidade Federal do Maranhão
Unesco	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WPR	–	WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Mapa: Programa Grande Carajás	39
Figura 2	– Mapa: Complexo Portuário de São Luís (2017).....	39
Figura 3	– Mapa: Centro Espacial de Alcântara (CEA).....	40
Figura 4	– RESEX de Tauá-Mirim e sua localização na Ilha do Maranhão e no Brasil.....	44
Figura 5	– Localização das Unidades de Conservação no Maranhão	47
Figura 6	– Proposta inicial da Resex Tauá-Mirim	49
Figura 7	– Nova proposta territorial da Resex Tauá-Mirim	49
Figura 8	– Sobreposição da área antiga (Amarelo) e área nova (Vermelho) da Resex Tauá-Mirim	50
Figura 9	– Mapa: Empresa WPR na área proposta da Resex.....	81
Figura 10	– Protesto contra a construção do porto	82
Figura 11	– Reunião Conselho Gestor - Ilha Pequena (Ilha de Tauá-Mirim)	86
Figura 12	– Assembleia Popular na Casa das Águas, no Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Quadro 1: Unidades de Conservação do Maranhão	48
Quadro 2	–	Quadro 2: Audiências públicas, audiências populares e audiências judiciais.....	83
Quadro 3	–	Quadro 3: Calendário das Reuniões e Eventos do Conselho Gestor da Resex de Tauá-Mirim.....	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 APROXIMAÇÃO DE ELEMENTOS E CATEGORIAS IMPLICADAS NA RESEX TAUÁ-MIRIM	27
1.1 Discussões e Implicações Iniciais	32
1.2 Justiça Ambiental no terreno fértil da desigualdade	33
1.3 Dialogando com a categoria comunidades tradicionais e seus usos	34
1.4 A Atuação dos Órgãos Governamentais	41
2 TERRITÓRIO, AÇÃO COLETIVA E REPRESENTATIVIDADE – RESEX TAUÁ-MIRIM	44
2.1 Aspectos Físicos, Biológicos e Geográficos	44
2.2 Conflitos na Implantação de um Polo Siderúrgico em São Luís – MA: Reflexos na criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim	51
2.3 A Batalha das Comunidades em busca da salvaguarda de seu território	60
3 A CRIAÇÃO DO CONSELHO GESTOR E SEU FUNCIONAMENTO ...	65
3.1 O papel do Conselho Deliberativo do SNUC e suas possíveis implicações.	73
3.2 Ação Coletiva e Participação Popular no Conselho.....	75
3.3 Contexto da autonomia na Resex	78
3.4 A Criação do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim	80
3.5 Funcionamento do conselho gestor de Tauá-Mirim	85
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	94

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho tem sua gênese antes mesmo de qualquer palavra escrita. A evidência de começar assim, toma sua forma apoiado desde os momentos em que foram realizadas as primeiras pesquisas de iniciação científica, pois já havia o sentimento de atenção sobre o ponto de vista relacionado às atuações representativas de pessoas do Conselho Deliberativo da Resex de Cururupu, com o pensamento de que isso deveria ser desenvolvido e sistematizado para a melhor compreensão.

O alicerce do presente estudo deu-se no momento da apresentação do plano de trabalho elaborado pela Prof^a. Dra. Madian Frazão Pereira ao Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma), advindo de sua pesquisa de doutorado e das sobreposições de desdobramentos que ocorreram no decorrer dos anos de 2013 a 2015 na Reserva Extrativista de Cururupu, ou seja, é um trabalho que tem como pano de fundo, inicialmente, o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista (Resex) Marinha de Cururupu.

Com isso, no ano de 2012, dado ao convite para fazer parte desse plano de pesquisa, ressalta-se a oportunidade em ter o primeiro contato com o campo no momento em que estava disponível para fazer um levantamento de cunho censitário em três ilhas da Resex Marinha de Cururupu (em Porto Alegre, Valha-me Deus e São Lucas) promovido pelo CNPT (Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável)/Resex de Cururupu.

Concentrou-se para o trabalho de conclusão de curso, o primeiro objetivo em sistematizar os trabalhos e relatórios que foram desenvolvidos entre os anos de 2012 e 2015 relativos à duração das bolsas de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, (Pibic)/UFMA e Pibic/Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (Fapema).

Tal pesquisa foi realizada de acordo com um plano de trabalho do bolsista de iniciação científica sob o título “Análise Sobre os Processos de Consolidação da Resex Marinha de Cururupu e a Gestão Socioambiental Compartilhada”, o que levou à elaboração de três relatórios científicos. O plano de trabalho era vinculado à pesquisa **Projetos de Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais do Maranhão** desenvolvido pelo Grupo de Estudos: Modernidade Meio Ambiente (Gedmma).

Tal pesquisa serviu de base para a construção de trabalhos, artigos e *banners* que foram apresentados em eventos no decorrer da vinculação à bolsa Pibic Todos os trabalhos foram apresentados na modalidade de *banners* como também roda de conversa e seminários.

O plano de trabalho tinha como objetivo principal fazer análise da consolidação da Resex Marinha de Cururupu e das implicações geradas pela gestão compartilhada. Buscou-se a identificação de quais medidas tomadas pelas comunidades se constituíram em processos de criação, consolidação e institucionalização da Resex Cururupu.

Também buscou-se perceber as formas e métodos pelos quais os representantes das comunidades no Conselho Deliberativo da Resex de Cururupu se mobilizam, incorporando seus modos de vida à cogestão da Reserva, assim como observar se existiu algum processo de inclusão de etnoconhecimentos dessas populações no processo de construção dos dispositivos de regência da Reserva.

A partir da experiência desenvolvida no Pibic durante esses três anos (2012-2015) e pela busca dos objetivos que acima foram mencionados, foi possível estabelecer o delimitado do objeto de estudo para o referido trabalho de conclusão, com o título: Entre Redes: um estudo do sistema de representação e atuação do Conselho Deliberativo da Resex Marinha de Cururupu. Ressalta-se que, concomitantemente entre a construção desse trabalho monográfico, também viria a acontecer no dia 17/05/2015 a 2ª Assembleia Popular da Resex Tauá-Mirim, na qual foi declarada a criação, de fato, a Resex de Tauá-Mirim, e logo constituído de maneira provisória, um Conselho Gestor que tinha como primeiro ponto de atuação a discussão de estratégias de defesa do território e gestão autônoma da Resex.

Desse modo, aqui, tenta-se fazer um recorte histórico aos eventos que precederam o dia 17/05/2015. Ao retornar ao ano de 2003, no qual, através de um abaixo-assinado realizado pela União de Moradores do Taim e comunidades da Zona Rural de São Luís, capital do Maranhão, diante das constantes ameaças ao seu território pela expansão de grandes empreendimentos capitalistas, demandam do Governo Federal do Brasil a criação de uma unidade de conservação de uso sustentável que, a princípio, seria denominada de Reserva Extrativista (Resex) do Taim.

Em 2008, diante da constatação da existência de unidade de conservação no Rio Grande do Sul com o mesmo nome, a Estação Ecológica do Taim, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) solicitou a alteração do nome e, após a consulta pública, as comunidades optaram pela denominação de Reserva Extrativista Tauá-Mirim.

Para compreender melhor a sua extensão, a Resex Tauá-Mirim tem uma vasta área totalizando 16.663,55 hectares e um perímetro de 71,21 km, de terra e espelho d'água, dados mencionados em Costa (2017); Sant'Ana Júnior (2016); Sant'Ana Júnior et al. (2009a). O manejo desse território com um ecossistema diverso e sensível envolve desafios que vão desde a conservação ambiental até a luta por direitos de suas comunidades locais. Tal

complexidade tem evidência ainda mais nítida na constituição e discussões acerca de seu Conselho Gestor.

Tais discussões englobam complexidades e interesses tanto social e ambiental quanto político, diante de posições divergentes em que os conflitos estão sempre presentes, elevando desse modo, o papel do Conselho Gestor em coordenar e organizar todas as ações que abrangem esse contexto, inclusive, de manter tal unidade de conservação sobre o pilar institucional.

Uma vez que a comunicação e o diálogo se constituem ferramentas indispensáveis em meio a todas as questões pertinentes, é importante que o Conselho possa garantir todos envolvidos tenham voz ativa considerando que as determinações finais afetam diretamente, a todos, nesse espaço.

Vale ressaltar que, muitas vezes, nos locais de reuniões do Conselho, há uma baixa participação por parte de todas as comunidades, o que faz surgir assim, obstáculos como também dificuldades, junto a todos que compõem tal extensão no que respeita problemas logísticos, falhas na comunicação, entre outros aspectos não menos importantes, exigindo participação de todos interessados. Assim, podem-se perceber as investigações do Conselho Gestor, em relação a tensões e desafios, por não ser exclusivo da Resex Tauá-Mirim, contudo, há maior amplitude de questões em outras unidades de conservação.

Simultâneo a criação do Conselho Gestor e luta pela consolidação de Tauá-Mirim como unidade de conservação, pode-se observar outros eventos externos que são motivos de atenção entre os moradores das comunidades e o próprio Conselho Gestor. Projetos de desenvolvimento são apresentados por planejadores estatais e agentes de empreendimentos privados como sendo uma forma de oportunidade e crescimento econômico.

Porém, tal visão deve ser ponderada e analisada com cautela, uma vez que tem relação com a escala de violências ambientais e sociais. Neste cenário, tanto localmente quanto em todo o Brasil, a exploração da natureza frequentemente tem conflito com a conservação ambiental, tornando imperativo que sejam desenvolvidas estratégias de luta e enfrentamento. O que destaca a importância de regulamentações e políticas ambientais com maior rigor e do monitoramento efetivo das ações apresentadas como sendo de desenvolvimento, em seu sentido restrito e institucionalizado.

Desse modo, à medida que prosseguem estas discussões e os esforços para fazer esse aprimoramento da gestão do Conselho Gestor de Tauá-Mirim, existem várias lições que devem ser ligadas e derivadas da experiência de espaço de decisão. Indo além, tais divisões

internas que são observadas nas comunidades têm um caráter de obstáculo com uma significância e tem de ser tratado com cuidado.

Assim, estratégias para que se promova a coesão interna, como possíveis iniciativas de sensibilização e construção de acordos, podem desempenhar um papel fundamental nessa mobilização das comunidades para participar ativamente da gestão da reserva.

Ao tratar-se de um ponto de vista teórico para a possível compreensão, tem-se que analisar que tipos de conexões entre as mais diversas dimensões locais, institucionais e governamentais nas quais existem exercícios de poderes interligados, se seus mecanismos ou dispositivos têm influência sobre o processo de constituição e atuação do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim.

Para iniciar, pode-se recorrer às contribuições do pensamento de Foucault expresso nas *Lecciones del College de France*, particularmente em *Defender a sociedade* (1975-76), *Segurança, Território, População* (1977-78) e *O nascimento da biopolítica* (1978-79). Na perspectiva foucaultiana, a biopolítica emerge como um mecanismo de controle estatal sobre a vida, adaptado ao contexto da Resex Tauá-Mirim através da regulação das práticas extrativistas.

Tal conceito tem sua expressão voltada para uma tecnologia de governo que domina determinado cenário temporal e tem por princípio o regimento da governabilidade das populações em um sentido biológico. Essa formatação do indivíduo ou a forma como será administrada a população tem suas origens no início do Estado moderno. Isso provoca a gênese e desenvolvimento de relações que passam a ser diferenciadas pela produção capitalista (FOUCAULT, 2008).

Deste modo, a biopolítica utilizada pelo Estado tem um uso direto na vida e em seus mecanismos de cálculo entre a política de forma explícita e faz com que o poder venha se apropriar de processos biológicos para ter o controle e, de certo modo, modificar tais processos, criando poderes-saberes – objetos do saber – que estarão a serviço desse poder que transforma a vida humana.

Sendo assim, a biopolítica está ligada com os processos biológicos e relaciona-se ao ser humano enquanto espécie, exercendo sobre ele uma forma de regulamentação. Na Resex Tauá-Mirim, a biopolítica estatal se manifesta na tentativa de regulamentar o extrativismo, ignorando que as comunidades já praticam autogestão há gerações, como

evidenciado nas assembleias do Conselho Gestor, conforme pode-se observar na Entrevista com Shirley Barbosa¹, em 2024.

Deste modo, sob o mecanismo do biopoder, a figura do soberano é quem decide quais os termos do que vai “fazer viver ou deixar morrer”, como no caso das políticas de demografia, o controle de natalidade, os processos de migração, as formas de poder e controles que são cometidos em nome da saúde pública, controle da criminalidade, questões socioeconômicas, planejamentos, formas de circulação de mercadorias etc.

Seguindo essa lógica, as normas e suas tecnologias têm fundamento num discurso perigoso, o qual irá requerer a regulamentação e a disciplina, tanto no âmbito corporal quanto no populacional, por meios de dispositivos de segurança. Tais dispositivos têm a sua diversidade e apetrechos para exercer o poder, como, artefatos, normas e regras, estratégias, saberes-poderes de diagnóstico, fundamentação, técnicas de vigilância, interpretação e classificação etc. Desse modo, com esses dispositivos empregados de forma em que o “poder-saber da constatação do perigo” serão as bases que darão legitimidade para a decisão soberana sobre o que fará viver e o que deixará morrer.

Foucault (2008, p. 50), ao constatar que existe um “padrão de segurança” que o Estado capitalista necessita para aplicar biopolítica que é utilizada como um poder governamental que tem como âmbito a ideia do “faz viver”, percebe que são classificadas como úteis e saudáveis populações que se adaptam a um perfil produtivo e de exploração mercantil, enquanto o “deixar morrer” será destinado, como grupo majoritário, aos que são considerados “perigosos ou inimigos” e que não servem ou atrapalharam a lógica econômica e moderna.

Giorgio Agamben (2004; 2007, p.13), em sua pesquisa, retoma a análise que tem como recorte o governo de populações e a biopolítica que já foram tratadas por Foucault nas *Lecciones del College de France* e acrescenta a categoria de *homo sacer*. Agamben (2007, p.13) diz que “o estudo das tecnologias do eu, através das quais se realiza o processo de subjetivação” – que leva ao vínculo entre o indivíduo, a sua identidade e a consciência própria – permite constatar, também, práticas de poder de “controle externo” da vida humana e de populações.

Em seu estudo, Agamben (2007, p. 14) insere a ideia de “um ponto oculto de intersecção entre o modelo jurídico institucional e o modelo biopolítico do poder”, tratando assim processo no qual a “a exceção se tornará regra” em locais que o

¹ Membro efetiva do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim

ordenamento decide sobre a vida, sobre a vida política como objeto aqui do ordenamento jurídico e seus conflitos (p.16).

Giorgio Agamben (2007, p.13) também discute a situação jurídica na qual são inseridos os grupos frente às suas reivindicações de cidadania. Ele recorre a uma alegoria jurídica do antigo direito romano, o *Homo Sacer* (ou homem sagrado). Tal noção de *homo sacer*, Agamben (2007, p.13) é usada por Foucault (2008), ao tratar do governo de populações pelo exercício do biopoder.

Para Agamben (2007, p.14), o *homo sacer* é a figura chave para compreender a soberania e os códigos políticos e legais modernos, pois nos faz compreender que o poder do soberano tem como faculdade instaurar um estado de exceção sem limites. Deste modo, literalmente o *homo sacer* representa aquela pessoa que é excluída de todos os direitos civis, enquanto a sua vida é considerada “santa” em um sentido negativo.

Ou seja, teria que ter a figura de um “soberano” aquele detentor do poder de criar o ordenamento jurídico e decidir sobre a normalidade ou anomia da vida social dessa determinada categoria de indivíduo ou grupo social, que exerceria sobre indivíduos ou grupos sociais uma nova forma de regulação e, também, de decretar o estado de exceção, que significaria nada menos do que a suspensão da vigência da lei: apesar de válida, a lei não vige (AGAMBEN, 2004; 2007).

Dessa forma o indivíduo ou um grupo de população marcado étnica ou culturalmente não ingressaria na vida política pelo mero existir, mas sim, por um ato declaratório de direito por parte de um soberano, que lhe daria legitimação para a sua existência ou formas de organização política, ou então este seria levado à redefinição da fronteira entre a sua cidadania ou até mesmo à sua expulsão ou sacrifício.

Consoante a Agamben (2007, p. 36), na sua obra: *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua* pode-se firmar outro conceito, para analisar o processo de consolidação do Conselho Gestor de Tauá-Mirim, em que pode-se dizer a “versão coletiva da figura *homo sacer*”, que é o termo de origem germânica denominado “bando”. Aqui tem-se a figura do bando inserido no contexto de exceção que vai ajudar a compreender como tanto a exclusão da comunidade quanto o comando ou a determinação, por parte da aplicação ou não de uma lei ou norma para os manter “na própria privação, de aplicar-se desaplicando-se” (Agamben, 2007, p. 36), no segundo *status*: “Dele não é literalmente possível dizer que esteja fora ou dentro do ordenamento (por isto, em sua origem, *in banda*, a *bandana* significam em italiano tanto ‘a mercê de’ quanto a seu talante, livremente”, completa que:

“como na expressão *carrere a bandana*, e *bandito* quer dizer tanto "excluído, posto de lado" quanto "aberto a todos, livre", como em *mensa bandita* e *a redina bandita*)”.

Observa-se o autor quando acrescenta que “é neste sentido que o paradoxo da soberania pode assumir a forma: ‘não existe um fora da lei’. Ao que o autor conclui: ‘*A relação originaria da lei com a vida não é a aplicada, mas abandonada*’. A potência insuperável das normas, *a sua originária ‘fora de lei*’, e que ele mantém a vida em seu *bando* abandonando-a”.

Deste modo, quando são percebidos os sentidos, as injustiças, caracterizações, desgastes e limitações desse sistema “jurídico” apontados pelos membros do Conselho Gestor de Tauá-Mirim nas reuniões, que vivenciam e sofrem em seus cotidianos, estes “Estado e sistema judiciário em ação” ajudaram a revelar, também, as formas que estas redes e conexões dos agentes, seus mecanismos de dominação, micropoderes ou questionamentos que venham ajudar a interligar a teoria, prática e a ação social às políticas ontológicas que assim as sustentam (ESCOBAR, 2014).

Assim, essas tais ontologias, o “desenvolvimento tem atuado como elemento de dominação cultural, social, econômico e política” por Escobar (2014, p. 28), o que vai permear o Direito moderno e a institucionalização dos sistemas jurídicos, sob o dogma da racionalidade de seus agentes. Porém, nos governos, os discursos de desenvolvimento vêm se reinventando. Acrescenta ainda o autor que em torno de mais de 70 anos, a América Latina, e tais discursos seriam “avatares de pensamentos” que, sob essas formas gravitam em torno de três paradigmas sociológicos clássicos, sendo eles:

- a) Teoria da Modernização, que fica atrelada à defesa do crescimento econômico e a busca constante do desenvolvimento, por meio da combinação entre o capital, as tecnologias e as ações econômicas e sociais do Estado (décadas de 1950 e 1960);
- b) Teoria da Dependência e perspectivas relacionadas, que tinham como objetivo desvincular o desenvolvimento do capitalismo, e a busca pelo direcionamento com rumo socialista (anos 1970); e
- c) Aproximação culturais críticas ao desenvolvimento, que tinham como fins mostrar como foram inventadas as representações da África, Ásia e América Latina, por exemplo, como “subdesenvolvidos” e como tal discurso de “invenção do terceiro mundo” interfere nos locais e propaga o desenvolvimentismo (anos 1990).

Com o apoio em Escobar (2014) entende-se a forma particular de como perceber e fazer uma gestão governamental, tratando de frente os diversos conflitos e consequências, tanto para os grupos humanos como aos espaços em redor, e consequentemente mover-se na

direção em fazer uma política de resistência para encontrar soluções resolvendo todas as questões de forma a atender igualmente todos os interesses.

A análise do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim à luz das contribuições teóricas de Michel Foucault, Giorgio Agamben e Arturo Escobar revela dinâmicas complexas de poder, exclusão e resistência. Em primeiro lugar, a biopolítica foucaultiana evidencia como o Estado moderno exerce controle sobre a vida das populações por meio de mecanismos que interligam saberes e poderes, orientando políticas públicas para priorizar interesses produtivos e mercantis (FOUCAULT, 2008).

Nesse contexto, o Conselho Gestor pode ser visto como um espaço onde se materializam dispositivos de governos, como normas sanitárias, critérios técnicos e estratégias de vigilância, que legitimam intervenções estatais e hierarquizam conhecimentos, notadamente, tradicionais versus científicos. A lógica do “fazer viver” ou “deixar morrer” se manifesta na seleção de quais grupos são considerados “úteis” ao desenvolvimento capitalista, marginalizando comunidades que desafiam essa racionalidade, como ocorre em conflitos territoriais envolvendo a Resex.

Em segundo plano, a teorização de Agamben (2007) sobre o estado de exceção e o *homo sacer* amplia a compreensão das vulnerabilidades jurídicas enfrentadas pelo Conselho. A figura do “bando”, comunidades excluídas do ordenamento jurídico, mas submetidas a seu abandono paradoxal, ilustra como a soberania estatal pode suspender direitos em nome de uma suposta normalidade, relegando populações tradicionais à condição de “vida nua”.

Essa dinâmica se concretiza quando o Estado flexibiliza leis ambientais ou criminaliza práticas locais, tratando a Resex como zona de exceção para justificar projetos desenvolvimentistas. A intersecção entre biopolítica e estado de exceção expõe a fragilidade da autonomia do Conselho, cuja atuação depende de reconhecimento estatal, muitas vezes condicionado a agendas econômicas hegemônicas (FOUCAULT, 2008; AGAMBEN, 2007).

Sob a crítica, numa perspectiva anticolonial, de Escobar (2014), se materializa na resistência das comunidades à WPR - Gestão de Portos e Terminais Ltda, que impõe um modelo de “desenvolvimento” alheio aos conceitos locais. Ao desvendar como o discurso desenvolvimentista inventou narrativas de “subdesenvolvimento” para a América Latina, Escobar denuncia a marginalização dos saberes locais e a imposição de modelos externos de progresso.

No caso da Resex Tauá-Mirim, essa dominação se traduz em pressões para alinhar a gestão do território a paradigmas como a modernização econômica ou o extrativismo, ignorando a realidade com base especificamente na relação sustentável do ambiente. Contudo,

os conflitos relatados pelo Conselho revelam resistências que geram novas formas de fazer políticas, articulando práticas comunitárias e reivindicações por justiça ambiental. Essas resistências, embora tensionadas pelo biopoder e pela exceção, apontam para a possibilidade de reinventar o desenvolvimento a partir dos conhecimentos locais, desafiando a lógica soberana e enaltecendo o poder de controle da vida e da realidade, elevando-as ao nível de objeto.

Deste modo, a participação social pode ser um elemento importante para a gestão de áreas protegidas, permitindo que as comunidades locais e outras partes interessadas (*stakeholders*²) tenham uma voz ativa na determinação de estratégias de conservação. Um instrumento formal de destaque nesse contexto é o Conselho Deliberativo³, órgão coletivo, formal e institucional, composto por representantes da comunidade, de organizações governamentais e da sociedade civil, que desempenha papel fundamental nas formulações coletivas de decisões relativas à gestão de áreas protegidas.

A institucionalização do ideal burocrático weberiano pelos órgãos governamentais, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o ICMBio e o IBAMA, sustenta-se na racionalidade legal-formal, que prioriza hierarquias, normas escritas e procedimentos padronizados para legitimar a gestão de Unidades de Conservação (UCs). Essas instituições, alinhadas a organismos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério Público Federal (MPF), operam sob a lógica de que a legitimidade deriva exclusivamente da conformidade a regras pré-estabelecidas, relegando a participação social a um plano secundário.

Tal modelo, fundamentado na dominação racional-legal de Weber, em *Economia e Sociedade* (1991), pressupõe que a eficácia administrativa depende da neutralidade técnica e da previsibilidade, marginalizando práticas que escapam ao formalismo jurídico, como as decisões comunitárias baseadas em saberes tradicionais.

Nesse contexto, o Conselho Gestor autointitulado, como o da Resex Tauá-Mirim, enfrenta pontos de tensão contínuos, pois sua atuação desafia o “isomorfismo coercitivo”

² Stakeholders: “grupos e indivíduos que, de uma forma ou de outra, apresentam algum nível de interesse nos projetos, atividades e resultados de uma determinada organização”). Em uma tradução direta, seria algo parecido com todas as partes interessadas de uma empresa. Dessa forma, o termo de origem inglesa é utilizado para se referir a **pessoas com algum grau de influência que são impactadas pelas decisões que a empresa toma, positiva ou negativamente**. Esse grupo de indivíduos pode ser colaboradores, investidores, clientes e fornecedores. Ou seja, quando falamos de stakeholders, estamos nos referindo a pessoas que são impactadas pelas decisões da empresa. Esses impactos podem ser pequenos, médios ou grandes. A lógica é que os gestores das organizações possam estar cientes que as decisões e a gestão dos projetos impactam na vida de várias pessoas, que fazem parte dessa cadeia de pessoas (Freeman, 2010).

³ O nome utilizado administrativamente no ICMBio é Conselho Administrativo. Em 2015, foi criado o Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim. Mas, se a Resex for oficializada, o nome deverá ser alterado.

(Dimaggio; Powell, 1983) imposto pelas instituições. Enquanto os órgãos governamentais exigem a adoção de estruturas burocráticas, como exemplos os regimentos internos, e composição paritária formalizada, para validar sua existência, o Conselho constrói legitimidade a partir do reconhecimento comunitário e da eficácia socioambiental, transcendendo a mera legalidade.

Essa dualidade expõe um paradoxo: a burocracia estatal, embora necessária para assegurar transparência e equidade, tende a engessar processos participativos, inviabilizando respostas ágeis a conflitos locais, como invasões ou degradação ambiental. A resistência do Conselho revela, assim, uma “legitimidade ontológica ancorada em cosmovisões que integram humanos e natureza, em contraposição à fragmentação burocrática entre “gestores” e “recursos” (ESCOBAR, 2014).

Postos esses aspectos em evidência, pode-se observar que a superação desse impasse requer reconhecer que a governança ambiental não se restringe à adesão passiva a normas legais, mas emerge de pactos socioambientais que harmonizam o formalismo estatal com epistemologias locais.

Como propõe a ecologia política em Leff (2006), a efetividade das UCs depende da justiça cognitiva, que valoriza saberes tradicionais, e da participação autêntica, que transcende a mera consulta como um ritual. O Conselho Gestor, ao equilibrar pressões institucionais e autonomia comunitária, personifica uma contra-hegemonia (Santos, 2007), onde a legitimidade não é concedida pelo Estado, mas construída na interface entre resistência e reinvenção de práticas de gestão.

Vê-se então nos pressupostos citados, sob a guarda de exposições que envolvem lideranças e perspectivas, que devem seguir em um alinhamento forte para a fronteira das soluções imediatas ou tardias, mas que sejam trabalhadas para um fim social no qual o desenvolvimento alcance a todos. Essa dinâmica sugere que o ideal burocrático, embora necessário, deve ceder espaço a modelos híbridos, nos quais a legalidade coexiste com a pluralidade de formas de existir e governar, mesmo assim a legitimidade apresentada pelo Conselho supera o âmbito legalista e formal, ao qual, as Unidades de Conservação estão atreladas no seu funcionamento.

Para melhor compreensão do presente trabalho, sua estrutura divide-se em capítulos que se ordenam com o propósito de chegar ao objetivo. No capítulo 1, sob o título *Aproximação de Elementos e Categorias Implicadas na Resex Tauá-Mirim*, que dá continuidade ao estudo, desenvolve-se de maneira histórica o cenário de desafios, esperanças e muitas lutas das

comunidades em defesa dos seus territórios, com a finalidade da criação de uma Unidade de Conservação.

A pretendida área de proteção, que está localizada na Ilha do Maranhão, é bem mais que uma extensão de terra e de espelho d'água marítimo, é um palco de lutas constantes que busca equilibrar a preservação do meio ambiente com as necessidades e anseios das comunidades locais. A criação de uma Resex demanda um processo que tem início nas comunidades, expressando seu desejo de preservar seus territórios. O que mostra uma etapa do processo que destaca a importância das vozes das comunidades locais na decisão sobre os destinos de suas vidas, terras e águas, ou seja, a comunidade definindo o que será feito em suas comunidades.

No segundo capítulo que trata da criação do *Território, Ação Coletiva e Representatividade – Resex Tauá-Mirim* pode-se perceber o desenrolar de desafios complexos do Conselho Gestor, sendo este uma peça de fundamental importância para as tomadas de decisão que afetarão a área da Reserva, mesmo que esta não tenha sido oficializada pelo Governo Federal, e seus habitantes. Ou seja, tem representação importante para comunidades locais e uma oportunidade para a participação ativa nesta gestão da área protegida. Assim, deve-se ater à sua formação e como seu funcionamento reflete diretamente na busca do bem viver, defesa dos modos de vida, seus territórios, incluindo as comunidades locais que fazem parte do seu entorno.

O capítulo final, intitulado *Criação do Conselho Gestor e seu Funcionamento*, aborda como se desenvolve consecutivamente a atuação do Conselho em destaque, no que se refere ao processo de institucionalização da Resex Tauá-mirim, considerando o complexo processo de conservação das unidades e áreas protegidas.

Vale ressaltar que tais desdobramentos indicam a necessidade de estender-se sobre as implicações e as condições que pleiteiam a sua consolidação. Considera-se nesse caminho, que estão envolvidos não apenas a resolução de questões legais e burocráticas, como também o debate sobre a participação e a cooperação das comunidades que fazem parte, exemplificando isso, da organização, pelo Conselho Gestor, da Feira da Resex Tauá-Mirim na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a participação de movimentos locais, regionais e nacionais em defesa de seus territórios tradicionais e de oposição ao modelo de desenvolvimento dominante.

Desse modo, à medida que a Resex Tauá-Mirim avança em direção a sua consolidação, seus membros do Conselho Gestor e outros agentes envolvidos, a fim de enfrentar os desafios e dilemas pertinentes ao processo institucionalizador, caberá ações organizadas e elaboração de etapas envolvendo todos os interessados, e considerar que o

objetivo principal é equilibrar as normas, que sejam abrangentes considerando ser favorável ao desenvolvimento local juntamente com a dignidade da vida humana que se faz presente em torno dessas áreas.

Assim, cabe ao Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim, partindo da sua consolidação, fazer a conversão em Conselho Deliberativo em detrimento da atenção às normativas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Novos desafios e complexidades surgirão, contudo, a busca de um equilíbrio entre a conservação da natureza e os interesses econômicos e produtivos das suas comunidades locais, serão encontradas com novas dinâmicas no contorno das questões que permeiam e continuam na gestão de áreas protegidas.

Ao seguir este contexto, deve ser feita uma análise crítica sobre o papel do Conselho Gestor e dos eventos que estão atrelados a ele. Assim, poderá ser de grande ajuda para compreender as nuances da interação (de conflito) entre comunidades, órgãos governamentais, interesses industriais e de infraestrutura e questões ambientais. À medida que é feita a observação nesses aspectos ao longo da pesquisa, será possível mergulhar profundamente nos desafios e nas oportunidades de enfrentamento e a busca por um modelo de gestão que preserve o meio ambiente e ao mesmo tempo promova o bem-estar das pessoas.

1 APROXIMAÇÃO DE ELEMENTOS E CATEGORIAS IMPLICADAS NA RESEX TAUÁ-MIRIM

Para melhor compreender o que significa Reserva Extrativista (Resex), pode-se visualizar de imediato como uma resposta direta à necessidade de proteção e a relação íntima das comunidades tradicionais com os recursos naturais existentes no território em que habitam, como faz menção Moreira (2000, p. 31). Sob essa afirmação, Sant'ana Júnior (2016, p. 281), ressalta que Resex é uma categoria de Unidade de Conservação (UC) prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a qual tem por finalidade buscar a junção de conservação da biodiversidade com a possível sustentabilidade das atividades produtivas dos grupos sociais que, em seu histórico, têm contato e dependência direta da natureza.

Entrar neste contexto de análise das Resex pode revelar um caráter relacional entre sociedade e meio ambiente, o que transcende a visão de uma realidade que se divide entre duas categorias que se opõem. Nesse contexto, a criação das Reservas Extrativistas, Mendonça (2017, p. 149) assevera que o princípio da estratégia das comunidades aponta para a proteção de seus territórios e seus respectivos modos de vida. Pois, não apenas reconhecem a importância ambiental da sua área, mas também a relação cultural e econômica das comunidades presentes em torno da reserva. A Resex Tauá-Mirim é um exemplo de busca pelo equilíbrio da conservação ambiental bem como a manutenção das práticas produtivas, sociais e culturais, na forma convencional que está estabelecida, pois representa uma garantia à sobrevivência dessas comunidades.

Sendo assim, o caráter transformador das Resex não ocorre sem a presença de desafios. Pode-se, portanto, perceber que existe, neste momento, um caminho idealizado que será percorrido, porém os eventos e causas que estão sendo analisadas poderão demonstrar um leque de possibilidades e resultados decorrentes.

Sob a análise de Jesus (2014, p. 18), as comunidades que compõem a Resex Tauá-Mirim e suas vizinhas enfrentam mudanças significativas após as chegadas nas proximidades de seus territórios de empresas como a Alumar⁴ e a Vale⁵, para exploração industrial que

⁴ A Alumar (Alumínio do Maranhão S.A.) configura-se como uma das maiores empresas de produção de alumínio do Brasil, localizada no estado do Maranhão. Ela é um consórcio entre as mineradoras transnacionais Alcoa, South 32 e Alcan. A Alumar possui uma refinaria de alumina, uma usina de alumínio primário, um porto e instalações para produção de energia elétrica (Alcoa. (2023). *Operações no Brasil: Alumar*. Disponível em: <https://www.alcoa.com/global/en/about-alcoa/operations/brazil-alumar>).

⁵ A Vale S.A. é uma das maiores empresas de mineração do mundo, com sede no Brasil. Ela é uma das líderes globais na extração de minério de ferro e na produção de pelotas de ferro, além de estar envolvida na extração e

trouxe uma série de intercorrências e efeitos não apenas ambientais, mas também uma desestruturação social e econômica para esses grupos sociais

Observa-se em Miranda; Maia; Gaspar (2009, p. 203), onde ressaltam que a luta pela criação de uma Resex, passou a ter manifestações de resistências de suas comunidades em face à degradação ambiental e às pressões econômicas e territoriais. Reforçam que as comunidades buscam a garantia de seus territórios para a continuação de suas práticas tradicionais, considerando também as que envolvem tanto a cultura como a economia dos arredores, mesmo que adaptadas as demandas de uma modernidade imposta. Existe aqui uma possibilidade de estabelecer acordos e regras para o uso sustentável dos meios de vida, trocas comerciais e da própria natureza sem perder o seu caráter tradicional.

É importante fazer menção também que a compreensão de que, no geral, comunidades tradicionais não têm um viés de homogeneidade nas suas perspectivas e objetivos. Por exemplo, algumas tendem a valorizar a criação de Reservas Extrativistas, outras podem buscar as mais diferentes estratégias de luta e enfrentamento, bem como o reconhecimento como territórios quilombolas, terras indígenas, territórios pesqueiros ou a busca por Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Com isso os povos e comunidades tradicionais⁶ enfrentam desafios muito complexos, o que inclui a necessidade de manter o equilíbrio entre as demandas de sustento e a conservação ambiental. Deste modo, pode-se perceber que a exploração de forma indiscriminada da natureza tende a prejudicar os ecossistemas dos quais essas Unidades de Conservação fazem parte, prejudicando também as próprias comunidades. Assim, concordando com Dias (2016, p. 15), “as unidades de conservação como as Resex são uma resposta a essas tensões, permitindo a coexistência de práticas tradicionais e preservação ambiental”.

Vê-se aqui que existe uma relação entre estas comunidades e suas terras e territórios, águas e maretórios, com profundas raízes em suas identidades culturais e espirituais. Diversas comunidades reconhecem a terra, os manguezais ou as águas como extensões de sua própria

comercialização de diversos outros minerais, como níquel, cobre, carvão, manganês, bauxita e na produção de ferro ligas. A empresa também tem operações de logística, incluindo ferrovias e portos, que desempenham um papel fundamental no transporte de seus produtos. A Vale tem presença em várias regiões do Brasil e em mais de 30 países, dentre eles: Canadá, Moçambique, Indonésia e Austrália (VALE S.A. **Sobre a Vale**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.vale.com/>. Acesso em: 10 jul. 2024.).

⁶ Tratando-se de grupos sociais que atuam no sentido da instalação oficial de uma Reserva Extrativista, será utilizado o conceito normativo estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 - *Art. 3º. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais tem como um de seus objetivos garantir o acesso aos territórios tradicionalmente ocupados e aos recursos ambientais necessários à reprodução cultural, social, religiosa e econômica desses grupos.*”(BRASIL, 2007).

existência e, assim, sua sobrevivência está interligada com a saúde desse ecossistema que as permeia. Consoante a isso, ao lutar pela criação de uma Resex, aqui não se configura apenas uma questão ambiental restrita, mas todo um arcabouço de luta que vai da manutenção de tradições e identidades, até chegar a um legado cultural presente nestas comunidades.

Contudo existe um desafio: como será feito o encontro do equilíbrio entre conservação ambiental e as necessidades dos povos e comunidades tradicionais? Tal pergunta é constantemente acionada e aqui servirá de ponto de partida. As práticas sustentáveis das quais fala-se nesse momento, muitas vezes são práticas seculares e que são passadas de geração a geração, ou seja, são conhecimentos acumulados sobre o ecossistema local. Assim, pode-se ver que o processo criador de uma Resex deverá reconhecer esses tipos de conhecimentos tradicionais, a ponto de valorizar estas práticas, devendo tornar propício o espaço onde essas comunidades possam continuar com suas tradições, que permanecem no momento atual, e contribuir para a preservação de sua biodiversidade.

Assim, o processo de criação de Unidade de Conservação, como as Resex, tende a ser uma jornada com um grau de complexidade que envolve a articulação de interesses, espaços de negociação de acordos e a busca por um equilíbrio entre as diferentes expectativas colocadas ao debate. Nesse modo, ao falar-se do ambientalismo com seu papel de promover a proteção ao meio ambiente, são fundamentais as abordagens que considerem a diversidade dos valores, culturas e as necessidades que as comunidades tradicionais detêm em suas particularidades. Para exemplificar, pode-se destacar a atuação de líderes comunitários, como Dona Máxima⁷, que desempenhou um papel essencial na mobilização das comunidades.

Ademais, deve-se citar a parceria entre as comunidades e o Grupo de Estudos: Modernidade, Desenvolvimento e Meio Ambiente (Gedmma) da UFMA, em que foi possível realizar pesquisas nesses territórios e que foram publicados, configurando tal conjunto cujo papel tem como base o fortalecimento das atuações das comunidades quanto ao manejo para enfrentar e propiciar as defesas, quanto ao modo de vida que presentemente é observado nas áreas afins.

Como resultado, a publicação de “Ecos dos Conflitos socioambientais: A Resex de Tauá-Mirim”, por Sant’Ana Júnior e organizadores, em 2009a, constituiu-se em uma ferramenta relevante, lançada nas próprias comunidades, utilizada como base de direção na defesa dos direitos reiterados, considerando efetiva participação em audiências públicas,

⁷ Maria Máxima era moradora do Rio dos Cachorros, membra do Conselho Gestor da Resex, liderança e referência comunitária (como preferia ser chamada, no lugar de liderança), envolvida com a demanda pela Reserva Extrativista desde seu início. Dona Máxima faleceu no final do ano de 2023.

seminários nacionais e internacionais, revelando a busca pelo apoio e difusão nas lutas empreendidas.

Apesar de suas comunidades atuantes e todos os esforços, a criação da Resex ainda não foi concretizada oficialmente, suas comunidades enfrentam obstáculos burocráticos e políticos que retardam o processo. Dessa forma, para denunciar a morosidade na criação da Resex, a União de Moradores do Taim provocou o Ministério Público Federal, que instaurou um Inquérito Civil Público, em 21/07/2008, o que levou a uma Ação Civil Pública na Justiça Federal, que tramita desde 29/07/2013 (SANT'ANA JÚNIOR, 2016, p. 290).

Em síntese, o envolvimento dos mais diversos órgãos governamentais também desempenha um papel de ambivalência na luta das comunidades. Por exemplo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sob o então governo do Partido dos Trabalhadores (PT, anos 2003-2007), demonstrou interesse no apoio à criação da Resex Tauá-Mirim, por meio da atuação de sua então superintendente no Maranhão, Marluze Pastor Santos⁸, que vinha de uma trajetória de militância em movimentos sociais; a atuação do Ibama, Kátia Regina Aroucha Barros, uma liderança com experiência em movimentos sociais, que foi chefe da Comissão Nacional de Populações Tradicionais - Maranhão (CNPT-MA) entre 2003-2007, sempre se colocando na defesa da criação da Resex⁹.

Entretanto, houve mudanças políticas e pressões de forças governamentais e privadas levando a um reposicionamento do órgão, e no ano de 2008, divergências com o Governo Federal ocasionaram a demissão da ambientalista Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e, em consequência, posteriormente, Marluze Pastor foi demitida da Superintendência do Ibama – MA.

Anteriormente, ainda em relação à Marina Silva, em 2007, deu-se a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)¹⁰, no qual ficou a responsabilidade da gestão das Unidades de Conservação, o que trouxe aqui um novo contexto para essa luta. Com a criação do ICMBio, a CNPT foi convertida no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais, mantendo a sigla CNPT. Kátia Barros continuou atuando na

⁸ Superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no Estado do Maranhão entre 2003 e 2009.

⁹ Kátia Barros, atualmente, atua como assessora e articuladora da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM).

¹⁰ Com a criação do ICMBio, em 28 de agosto de 2007, o Ibama transferiu para este novo órgão as atribuições ligadas à gestão das unidades de conservação, educação ambiental e a maioria dos centros especializados. Tanto o Ibama, quanto o ICMBio são autarquias federais ligadas ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

coordenação da CNPT até 2016, mantendo-se como uma parceria de fundamental importância para as comunidades.

Em volta às mudanças nas empresas que estão ligadas em torno do processo para consolidar o estabelecimento da Resex, após a demissão da Superintendente do Ibama, Marluze Pastor, foi criado o Grupo de Trabalho Pró-Resex, uma iniciativa importante para fortalecer a luta para esse evento, representado por entidades civis, instituições públicas, sindicatos, movimentos sociais, cujas reuniões foram para promover ações e discutir as estratégias para lograr tal êxito.

Outrossim, também pode-se evidenciar atividades resultantes da parceria do Gedmma e as comunidades que compõem a Resex Tauá-Mirim, como o Curso de Educação Ambiental, que tornou-se uma plataforma de educação popular, o qual teve duração entre os anos 2011 até 2014, configurando parte do projeto de extensão universitária e objetivando a formação de líderes comunitários e a organizando a participação ativa na promoção de ações políticas, direcionadas à preservação ambiental e a luta pelos territórios alinhados.

Muito embora, iniciativas assim tenham sido significativas, contudo o cenário de batalha das comunidades é presente, o que denota uma busca incessante pelos direitos territoriais que tem que se mantém há gerações.

É importante considerar a Lei nº 9.985 promulgada no Brasil em 18 de julho de 2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, como um conjunto de normas para a criação, gestão e fiscalização das Unidades de Conservação no país, com vistas à proteção da diversidade biológica e da natureza, dividido em duas categorias para o entendimento de como a dinâmica da conservação ambiental está retratada no contexto brasileiro.

Nesse âmbito, a primeira categoria - *Unidades de Conservação de Proteção Integral*, tendo como finalidade preservar a natureza, com atividades de pesquisa científica e educação ambiental, que embora permitidas, mas, com pouco ou nenhuma interferência humana, e cujo foco principal é a proteção da biodiversidade e a manutenção dos ecossistemas em seu estado natural.

A segunda categoria - *Unidades de Conservação de Uso Sustentável*, com o intuito de aproximar as atividades econômicas tradicionais permitidas e o ambiente de maneira sustentável, garantindo assim, a dualidade equilibrada entre o sustento das comunidades e a conservação das suas áreas, ou seja, mantendo a integridade do meio ambiente.

Ressaltando também que na distinção entre as Unidades de Conservação e seus usos, pode-se perceber que existe um caráter legal e burocrático que se transfigura em algo tangível

e acaba sendo colocado como sem possibilidade de transgressão, no sentido de mudar o que se é colocado pela Lei nº 9.985 (Snuc), sobre como os usos desses territórios poderão ser realizados por seus povos e comunidades tradicionais, sendo aqui colocado de forma passiva-agressiva dentro desses espaços e locais de tomadas de decisões.

1.1 Discussões e Implicações Iniciais

No avançar das discussões pela disputa de criação e implementação da Resex tem com frequência o reflexo dos conflitos que surgem da apropriação e do uso dos recursos da natureza. A Resex, que inicialmente era chamada de Taim e, hoje, tem a denominação Tauá-Mirim¹¹, no município de São Luís, na ilha Upaon-Açu no Maranhão, é um exemplo desse fenômeno. A proposta de criação dessa Resex coloca em confronto de interesses as comunidades tradicionais que reivindicam os seus direitos territoriais e planejadores governamentais e empreendedores privados que enxergam nos territórios em questão um potencial de expansão da economia capitalista no Maranhão.

Sendo assim, o conceito de conflito socioambiental acaba por torna-se sugestivo e uma ferramenta analítica fundamental para que seja feita a compreensão das complexas relações que estão presentes nas disputas em torno da Resex. Tais conflitos não tem limitação à esfera ambiental, eles são profundamente interrelacionados com questões sociais, culturais e econômicas. O embate na Ilha no Maranhão figura um exemplo nítido dessa interrelação, no qual a luta pelo território se estenderá para além das questões físicas, envolvendo aspectos identitários, econômicos e políticos (LITTLE, 2006).

Ainda reflete o autor que, é importante reconhecer que a criação da Resex, não se trata de um processo unidirecional ou linear, ela desencadeia uma série de transformações que afetam tanto suas comunidades locais como os demais agentes sociais envolvidos. Nesse contexto, emerge um importante diálogo interdisciplinar e com a ecologia política, que vem considerar as diversas dimensões do conflito além dos interesses divergentes, muitas vezes enraizados em visões de mundo que possuem distinção.

Entre os diversos fatores que se agregam nesse contexto de complexidades nas Resex, não se desfaz, de imediato, a conduta conflitante nas ações apenas pela identificação das

¹¹ Em 2003, um abaixo-assinado foi formalmente apresentado pela União de Moradores do Taim, solicitando a criação de uma reserva extrativista, então denominada Reserva Extrativista do Taim. Em 2008, o Ministério solicitou uma mudança no nome da Reserva, devido à existência de outra unidade de conservação, uma Estação Ecológica, com o nome "Taim" no Rio Grande do Sul. Após consultar as comunidades envolvidas, chegou-se ao consenso de renomear a área como Reserva Extrativista Tauá-Mirim (Sant'Ana Júnior, 2016, p. 289).

partes envolvidas, mas é necessária a compreensão dos discursos e relação de poder para dirimir as questões discordantes. Não se trata meramente de definições legais, mas, atender à exigência de dinâmicas estratégias sociais e culturais, ou seja, atividades produtivas e a relação com a cultura local.

Sob o ponto de vista de Little (2006), pode-se considerar a importância de observar atentamente tais pontos quanto à implementação da Resex, para evitar que essa consolidação possa trazer outros conflitos nas dimensões subjetivas e as características que identificam as comunidades que são afetadas. Como acrescenta Agamben (2007), as comunidades enfrentam com frequência obstáculos na busca do reconhecimento do direito às suas terras, em outra instância, são excluídas da cidadania, como aponta a figura do *homo sacer*, o que significa dizer, questionamentos entre poder e lei.

Little (2006) reafirma que a posição das decisões parte exatamente dos recursos utilizados pelos interesses econômicos e políticos, trazendo ao cenário o destaque das desigualdades e a inclusão das vozes, que no decorrer das discussões, encontram-se marginalizadas. Discutir a criação da Resex significa também reconhecer que está implícita toda uma série de choques uma vez que os interessados de um lado visam as fontes naturais como recursos para obter lucro e desenvolvimento, no entanto, do outro lado encontram-se aqueles que compreendem que a identidade cultural tem sua importância a qual não deve perder suas características na relação entre a sociedade e o ambiente.

1.2 Justiça Ambiental no terreno fértil da desigualdade

O conceito de justiça ambiental, conforme é destacado por Acsehrad, Herculano e Paula (2004), tem sua gênese nos Estados Unidos da América na década de 1960, originando-se dos movimentos de populações afrodescendentes que denunciavam a desigualdade diante das exposições aos riscos ambientais. Esse conceito se consolida para abranger o conjunto de princípios que garantam que nenhum grupo social suporte uma parcela desproporcional da degradação do espaço coletivo.

No Brasil, a justiça ambiental também é manifestada em contextos de desigualdade e injustiça social, ou seja, comunidades marginalizadas são afetadas desproporcionalmente pelas consequências ambientais do desenvolvimento. Desse modo, a temática da justiça ambiental encontrou solo fértil no Brasil, país marcado por profundas desigualdades. Movimentos como os dos atingidos por barragens e comunidades extrativistas, como os

seringueiros do Acre e as quebradeiras coco de babaçu do Maranhão, já buscavam justiça social e ambiental antes mesmo da adoção formal desse conceito.

Nesse cenário, as injustiças ambientais se manifestam das mais variadas formas, como a apropriação de territórios por grandes empreendimentos, a utilização indiscriminada da natureza pela elite econômica, o que resulta em desequilíbrios na distribuição de renda e acesso a recursos.

Contornando essas premissas, surgem desafios relacionados à justiça ambiental, a despeito da proposta de criação da Resex, em que emerge a tentativa de conciliar a conservação da biodiversidade com a sustentabilidade, de modo que as ações para esse fim envolve o encontro dos interesses de grandes poderes econômicos com os direitos das comunidades locais, quanto às atividades produtivas tradicionais e a manutenção dos recursos naturais, configurando o embate contínuo entre essas forças.

Pode-se evidenciar a Resex Tauá-Mirim, que como exemplo, vivencia a discordância entre as diretivas da justiça ambiental e áreas protegidas. As reivindicações concentram atenção nos relatos de contaminação das águas ao redor das comunidades, tanto junto aos rios como o mar, bem como ameaças de remoção forçada das populações presentes nas áreas da Resex, o que certamente afastaria as atividades produtivas que as sustenta causando grande distância temporal para restabelecerem-se, entre outros fatores para sua sobrevivência.

Destarte, grandes empreendimentos industriais concentram-se nessas áreas, podendo-se citar a Alumar, a Termelétrica Porto do Itaqui, outras empresas de fertilizantes agrícolas, indústrias de cimento e a Vale S.A. instaladas e em atividades, compartilham das tensões exacerbadas entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental pleiteada pelas comunidades em volta.

Tais exemplos podem ser colocados em análise para que se possa entender o porquê da urgência da criação da Resex de Tauá-Mirim e como um conselho de caráter provisório tem atuado frente aos embates e enfrentamentos aos grandes projetos desenvolvimentistas que são implantados em seu entorno e ocasionam uma série de problemáticas aos seus moradores.

1.3 Dialogando com a categoria comunidades tradicionais e seus usos

A categoria de análise “populações tradicionais” emergiu com o destaque nos discursos oficiais, nos movimentos sociais e nos setores intelectualizados da academia, paralelamente à criação das reservas extrativistas no Brasil durante a década de 1990. Entretanto, tem-se que remontar a sua origem na década de 1980, com termos que tinha

sinônimo de “indigenous” em documentos do Banco Mundial e “minorias culturalmente distintas” nos documentos da Organização das Nações Unidas (ONU). A construção da categoria tem um processo sócio-histórico que é marcado por um campo de embates, apropriações e ressignificações e sua utilização vem abrangendo uma variedade de discursos.

Em síntese, a preocupação com as populações e comunidades tradicionais que habitam as unidades de conservação é relativamente recente. A despeito de um tempo próximo, em meados do século XX, essas comunidades eram consideradas como obstáculos à preservação dos parques e reservas florestais.

A década de 1980 foi marcada pelo movimento ambientalista para garantir as condições da vida na natureza, ou seja, priorizando o meio ambiente quanto a proteção da flora e da fauna contra as ações predatórias. Nos anos de 1990, se intensifica o movimento ambientalista e ocorreu a expansão das preocupações em relação às questões sociais, momento marcado por uma maior agitação política e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92)¹².

Com essa nova onda, parte do ambientalismo brasileiro passou a colaborar com os movimentos sociais visando o uso de maneira equilibrada do meio ambiente. Podendo-se tomar como exemplos os movimentos dos atingidos por barragens, seringueiros, indígenas e trabalhadores rurais. Assim, denomina-se, o que se conhece como socioambientalismo, que traz uma abordagem que articula a defesa do meio ambiente com as necessidades presentes nas comunidades locais e que dependem da natureza.

Nesse sentido, o socioambientalismo, é definido como uma abordagem que “articula a defesa do meio ambiente com as necessidades presentes nas comunidades locais e que dependem da natureza”, como afirma Martínez-Alier (2007, p. 21), reforçando a sinergia entre conservação e equidade. Evidencia ainda o autor, em sua obra *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*, como os conflitos ambientais são também lutas por justiça social, legitima a atuação do Conselho Gestor, cujas demandas ecoam a resistência de populações tradicionalmente invisibilizadas pelo aparato burocrático.

Ressalta Santos (2007), que o Conselho personifica uma contra-hegemonia, onde a legitimidade não é concedida pelo Estado, mas construída na interface entre resistência e reinvenção de práticas de gestão. Essa dinâmica sugere que o ideal burocrático, embora

¹² ECO-92 é como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 3 e 14 de junho de 1992. Chamada também de Cúpula da Terra, a convenção reuniu chefes de Estado e representantes de 179 países, organismos internacionais, milhares de organizações não governamentais e contou também com a participação direta da população.

necessário, deve ceder espaço a modelos híbridos, nos quais a legalidade coexiste com a pluralidade de formas de existir e governar. O movimento contribuiu para a visibilidade destas “populações tradicionais”, principalmente com a criação das primeiras reservas extrativistas.

A definição da categoria “populações tradicionais” teve sua visibilidade a partir do momento em que ocorre a mobilização pela criação das reservas extrativistas no Brasil. A Comissão Nacional de Populações Tradicionais (CNPT)¹³ teve sua importância neste processo, mas não pode-se deixar de falar como a definição exata do que se constitui uma população tradicional, uma vez que ela foi debatida no âmbito normativo quanto no socioantropológico. Essa categoria foi inserida no debate legislativo durante a elaboração da lei Snuc, de 2000, mas posteriormente foi vetada devido à dificuldade de definição.

Desse modo, no ano de 2007, o Decreto nº 6.040 estabeleceu uma definição normativa para Povos e Comunidades Tradicionais, o que envolveu grupos culturalmente diferenciados que têm o seu autorreconhecimento como tais; possuem formas próprias de organização social; uso de territórios e uso da natureza. Entretanto, tal definição ainda levanta variadas questões sobre os critérios de inclusão, exclusão e sua aplicabilidade. A substituição do termo “populações” por “povos e comunidades” ocorreu a partir de um intenso debate que apontou para a biologização implícita no termo “população” e para a necessidade de afirmar o caráter social presente no ambiente (BRASIL, 2007).

Com isso, é possível guiar-se pela definição de Povos e Comunidades Tradicionais, segundo o artigo 3 do Decreto nº 6.040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, sendo assim:

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

A apropriação política da categoria, Povos e Comunidades Tradicionais, norteia a ligação direta com a luta por territórios sociais, e inclui também a garantia pelos seus direitos de acesso, seus usos e controles sobre a natureza. Significando, portanto, que é um contingente populacional que representa parte de uma base política que busca através de suas

¹³ O nome anterior da Comissão Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) era **Comissão Nacional dos Povos da Floresta (CNPFF)**.

reivindicações por uma maior participação nas decisões que afetam diretamente seus modos de vida e a provisão de seu sustento.

Uma vez que as comunidades tradicionais são consideradas como coletividades que historicamente têm morada comum em seus espaços delimitados, e não se enquadram apenas como ocupantes assentados ou em ocupações irregulares, é importante reafirmar a criação de Unidades de Conservação, com ações estratégicas para legitimar o regime de propriedade comum, assim como conduzir e controlar os conflitos e disputas territoriais, que surgem nesse processo para se fazer dinâmico.

Entrando nessa complexidade das Resex, como o caso de Tauá-Mirim, revela-se a necessidade de um equilíbrio entre a proteção da natureza e a promoção do bem-estar de suas comunidades locais. Tem-se então, o desafio em encontrar soluções que garantam a justiça ambiental, respeitando os direitos das comunidades tradicionais e promover práticas econômicas locais que tenham uma possível afinidade tanto com aspectos econômicos quanto os ecológicos. Desta maneira, as Resex têm o papel de representar um esforço reconciliatório das visões divergentes sobre a relação entre sociedade e meio ambiente, ou seja, a busca por um futuro favorável, equitativo e viável ambientalmente.

Isto posto, leva a conceituar e questionar qual é o significado desse desenvolvimento que idealmente e não discretamente está intrincado nos usos formais da Unidades de Conservação. Tal conceito tem muitos significados e conotações que muitas vezes são usados de maneira indiscriminada. Partindo da ideia de um amadurecimento natural de um organismo até a sua busca por aprimorar as suas potencialidades, esse termo abrange diversas interpretações.

Destaca-se Esteva (2000, p. 59), quando afirma que não pode ser desassociado de seu histórico que é carregado de conotações positivas. Foi a partir do discurso de posse do presidente norte-americano Truman, em 1949, que a noção de desenvolvimento ganhou um novo significado, ou seja, foi associado à oposição entre os desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Dessa forma, estabeleceu uma corrida pelo desenvolvimento, na qual ninguém desejaria ficar para trás. No entanto, esse conceito etnocêntrico colocou o modo de produção industrial como marco e ápice da suposta evolução social, ignorando outras formas de vida igualmente válidas. No Brasil, o desenvolvimento caracterizou-se sob uma forma direta e política, ditando um padrão de progresso, pode-se dizer, sem precedente, do ponto de vista

que se processasse a qualquer custo. O Programa Grande Carajás (PGC)¹⁴, é um exemplo nítido desse desenvolvimento, composto por projetos como a Estrada de Ferro Carajás e o Complexo Portuário de São Luís¹⁵, os quais trouxeram efeitos sociais e ambientais significativos que desfavoreceram as comunidades que estão localizadas nas mesmas áreas. (Figura 1; Figura 2).

¹⁴ O Programa Grande Carajás (PGC) foi criado pelo Governo Federal durante a presidência de João Batista Figueiredo, no ano de 1980. Estendeu-se por uma área de quase um milhão de quilômetros quadrados na Região da Amazônia Oriental, cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, englobando terras do Pará, do Maranhão e do Tocantins (então, norte do estado de Goiás). Esta região é considerada uma das mais ricas da Terra em quantidade de minério (ferro de alto teor, ouro, estanho, bauxita, manganês, níquel e cobre, além de outros minérios raros). A extensão do projeto exigiu a implantação de uma pesada infraestrutura, o que implicou na construção da hidrelétrica de Tucuruí, da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e do Terminal Portuário da Ponta da Madeira, em São Luís. O projeto não se limitou a atividade mineradora e incorporou também iniciativas em agropecuária, indústria básica e exploração florestal, supostamente como uma forma de incentivar o desenvolvimento da região e estimular a criação de empregos. O PGC, como programa oficial de governo, foi desativado entre os anos de 1991 e 1992, no governo do Presidente Fernando Collor, porém seus desdobramentos continuam presentes na região que se convencionou chama de Corredor Carajás. Décadas depois do Programa, na região em que atividades mineradoras continuam a devastar o meio ambiente, percebe-se que as populações locais convivem com altos níveis de violência e extrema precariedade de serviços básicos (saúde, educação, saneamento), ainda maiores do que a região na qual estão inseridas, historicamente carente de recursos que beneficiem a vida das suas populações. A despeito dos altos investimentos, dos lucros das empresas e da grande circulação de capital, a concentração de renda é brutal, mesmo considerando que o Brasil é um dos países com maior desigualdade de renda no planeta (BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Programa Grande Carajás: impactos e legado**. Brasília: MME, 1995.).

¹⁵ O Complexo Portuário de São Luís é um importante conjunto de portos localizado na cidade de São Luís, no estado do Maranhão, Brasil. Ele desempenha um papel fundamental na movimentação de cargas e no comércio internacional da região nordeste do Brasil. O complexo é composto por diversos terminais portuários, sendo o Porto do Itaqui o mais destacado e movimentado. O Porto do Itaqui é gerenciado pelo Governo do Estado do Maranhão e é um dos maiores e mais modernos portos da América Latina. Ele possui infraestrutura para receber diversos tipos de cargas, incluindo contêineres, grãos sólidos, grãos líquidos e carga geral. Além do Porto do Itaqui, o Complexo Portuário de São Luís inclui outros terminais, como o Porto do Cujupe, especializado no transporte de carga rodoviária, e o Porto de Ponta da Madeira, que é um dos principais terminais de exportação de minério de ferro do Brasil. O complexo desempenha um papel crucial na economia da região e do país, facilitando a exportação de commodities como minério de ferro, soja e alumina, bem como a importação de produtos diversos. Além disso, contribui para a geração de empregos e o desenvolvimento econômico da área (EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA (EMAP). **Relatório Anual 2022: Complexo Portuário de São Luís**. São Luís: EMAP, 2023. Disponível em: www.emap.ma.gov.br/relatorio2022. Acesso em: 25 out. 2023.).

Figura 1 - Mapa: Programa Grande Carajás



Fonte: Magnoli; Araujo (2005).

Figura 2 - Mapa: Complexo Portuário de São Luís (2017)

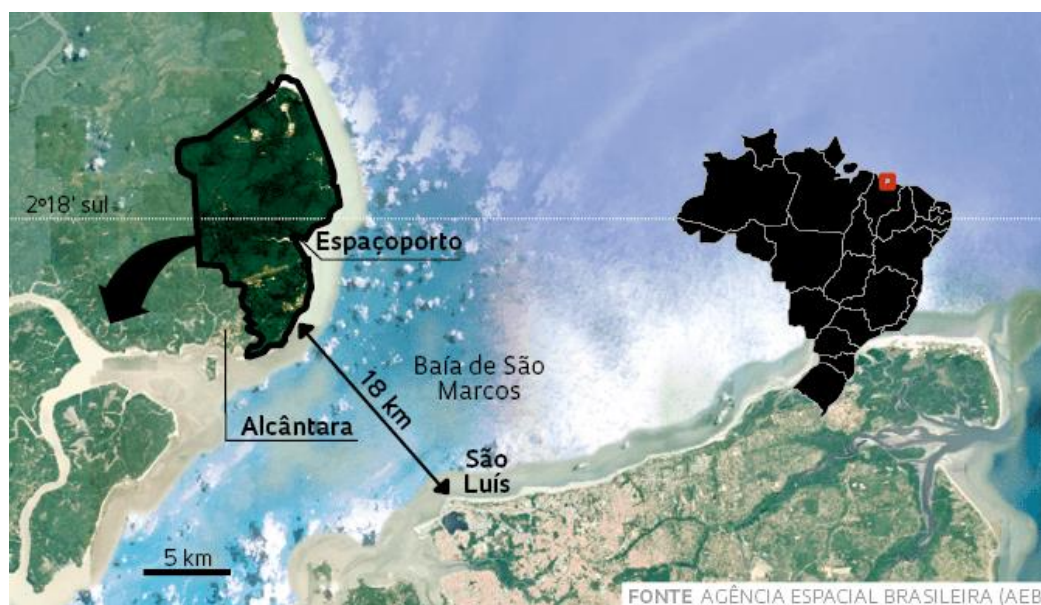


Fonte:

https://www.google.com/url?sa=i&url=http%3A%2F%2Festadodomaranhao.blogspot.com%2F2016%2F11%2Fcomplexoportuariodesaoluis.html&psig=AOvVa_w2kkYdLXBCLG_BU7vib0x7&ust=1715631019107000&source=images&cd=vfe&opi=89978449&ved=0CBIQjRxqFwoTCLj-pN31iYDFQAAAAAdAAAAABAQ Acesso em: 12 de mai. 2024.

No Maranhão, outros projetos implementados como a Vale S.A., a Alumar, o Centro Espacial de Alcântara (CEA)¹⁶, entre outros empreendimentos, em nome do desenvolvimento, alinhado com o discurso de modernidade e progresso, porém, também em detrimento das comunidades locais e o meio ambiente, gerando grandes efeitos e discussões.

Figura 3 - Mapa: Centro Espacial de Alcântara (CEA)



Fonte: Agência Espacial Brasileira (AEB)

Essas tentativas de desenvolvimento desconsideram as particularidades de grupos sociais, como as populações extrativistas, ribeirinhas e indígenas que possuem formas de interação social à margem da economia dominante. No caso das comunidades e de suas lutas pela Resex Tauá-Mirim, no Maranhão, preferem preservar seu modo de vida tradicional em vez de serem desqualificadas pelo modelo de desenvolvimento (GEDMMA, 2009; ESTEVA, 2000).

Sob esses aspectos pode-se questionar a legitimidade desse modelo progressista em curso, bem como a real capacidade para encontrar conjuntamente soluções aos problemas sociais que surgem. Pode-se salientar a visão de Esteva (2000), no sentido de que a ideia de desenvolvimento sustentável, tem por fim usar uma forma de buscar crescimento, sem, contudo, dar atenção prévia aos problemas sociais reais existentes.

¹⁶ Centro Espacial de Alcântara (CEA), anteriormente conhecido como Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), é um espaçoporto da Agência Espacial Brasileira no município de Alcântara, localizada na costa atlântica norte do Brasil, no estado do Maranhão. É operado pelo Comando da Aeronáutica da Força Aérea Brasileira.

Consoante a esse cenário, o autor ainda orienta que é decisivo ater-se ao reconhecimento da noção de desenvolvimento não é universalmente aplicável. Muitas populações e grupos sociais conseguem trabalhar a sua autonomia, estabelecer formas de vida que não se encaixam nesse modelo, demonstrando que é possível reagir e buscar alternativas à lógica de desenvolvimento tradicional.

A relação de complexidade entre o desenvolvimento, progresso, sustentabilidade e preservação do meio ambiente, são temáticas que merecem constante reflexão e debate, principalmente nos contextos em que os impactos dessas políticas desenvolvimentistas são acentuados, como nas áreas protegidas e unidades de conservação.

1.4 A Atuação dos Órgãos Governamentais

Neste item, pode-se observar o papel de órgão formal na condução das Unidades de Conservação, em específico o Ibama e o ICMBio. Tais instituições cumprem o papel que lhes foi circunscrito pela Lei Snuc de 2000. Ao gerir as formas como os Conselhos Deliberativos devem ser formados e como sua atuação é esperada, firma-se um ponto de questionamento. Até que momento os desejos, anseios e reivindicações desses Povos e Comunidades Tradicionais serão levados em conta. Porém, é importante atentar e ver como isso aconteceu no cenário brasileiro e de suas instituições ambientais.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), foi estabelecido em 1989, e trouxe no seu escopo o papel exclusivo de executor das políticas ambientais do Governo Federal. Dentre sua ampla gama de atividades e atribuições incluía a fiscalização, controle, licenciamento, assim como o monitoramento, a educação ambiental, a emissão de autorizações para diversos fins, inclusive a gestão de Unidades de Conservação e administração dos centros especializados. Destacando o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) que faz parte dos 14 Centros de Pesquisa e Conservação¹⁷ sob a alçada do ICMBio.

Com especificidade ampla o CNPT, dar apoio no manejo das Unidades de Conservação Federais, cuja missão abrange ações como promover, sistematizar e disseminar conhecimento através da pesquisa científica, incluindo-se nesse roteiro a ordenação e análise técnica de dados. Tais atividades são voltadas para a obtenção da conservação da diversidade

¹⁷ A lista encontra-se no site através do link: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/centros-de-pesquisa>

biológica que está diretamente associada às comunidades presentes em territórios onde mantêm suas tradições, modo de sustentação de vida, crenças e costumes.

Através desse contexto fica evidente a complexidade da estrutura governamental relacionada à conservação ambiental e à gestão da natureza, bem como o avanço das responsabilidades e organizações ao longo do tempo, que se reflete na constante adaptação das políticas públicas ambientais às mudanças em relação a essas demandas e em seus desafios relacionados ao meio ambiente e à biodiversidade.

A importância analítica dessas áreas de preservação da biodiversidade e os ecossistemas é indiscutível e a atuação desses órgãos governamentais é de fundamental importância para que se garanta a implementação efetiva dessas políticas públicas de conservação e uso da natureza. Dentro desse contexto, destacam-se aspectos de relevância que não podem ser deixados ocultos e que estão relacionados à gestão dessas áreas e à participação das comunidades locais.

Apropriando-se de um importante ponto de preocupação, é real a falta de distinção entre categorias analíticas e nativas. Nesse formato é preciso notar a necessidade de compreensão e relevância às reivindicações das comunidades, distinguidas como autóctone nas políticas de conservação, com a perspectiva de inclusão dessa categoria, nas atividades de comunicação entre os órgãos governamentais, direcionadas para as devidas definições sustentáveis, isto porque não é sem fundamento tais discussões e lutas, mas com base em seus saberes e práticas que elevam esses territórios em áreas de extrativismo, produção e sustento (BRASIL, 2004).

Deste modo, a presença do ICMBio nas Unidades de Conservação tem papel vital para garantir a implementação das políticas de conservação e o uso sustentável da natureza. A atuação conjunta entre o órgão gestor e as comunidades locais é fundamental para que aconteça a elaboração do Plano de Manejo¹⁸ que considere as realidades locais, assegurando a participação a representatividade nas decisões.

Por conseguinte, é pertinente considerar sobre como essa linguagem compartilhada que deve buscar a compreensão mútua das categorias utilizadas em que, muitas vezes, por descuido ou desatenção de quem está à frente da chefia de uma Unidade de Conservação, acaba ocasionando ruídos e dissonâncias, sendo um desafio de grande importância para a promoção de uma gestão eficiente e inclusiva nas áreas protegidas no Brasil.

¹⁸ Plano de Manejo é um documento técnico que, a partir dos objetivos definidos no ato de criação de uma Unidade de Conservação (UC), estabelece o zoneamento e as normas que norteiam o seu uso.

A Resex Tauá-Mirim se configura como um contraponto e uma construção oriunda de interesses que foram adotados por seus principais defensores, as lideranças dessas comunidades que a reivindicam. Essa construção é marcada pelo uso frequente de categorias como povos e comunidades tradicionais na área proposta para a Resex, como um intuito legitimador de criação da unidade.

No entanto, fica perceptível que as Resex no Brasil têm seus moldes delineados pelos discursos das lideranças do que pelo conhecimento de todos os moradores que serão assistidos por essa política pública. Fica observado como a voz ativa de uma liderança nestes espaços de decisão pode levar a futuras tensões.

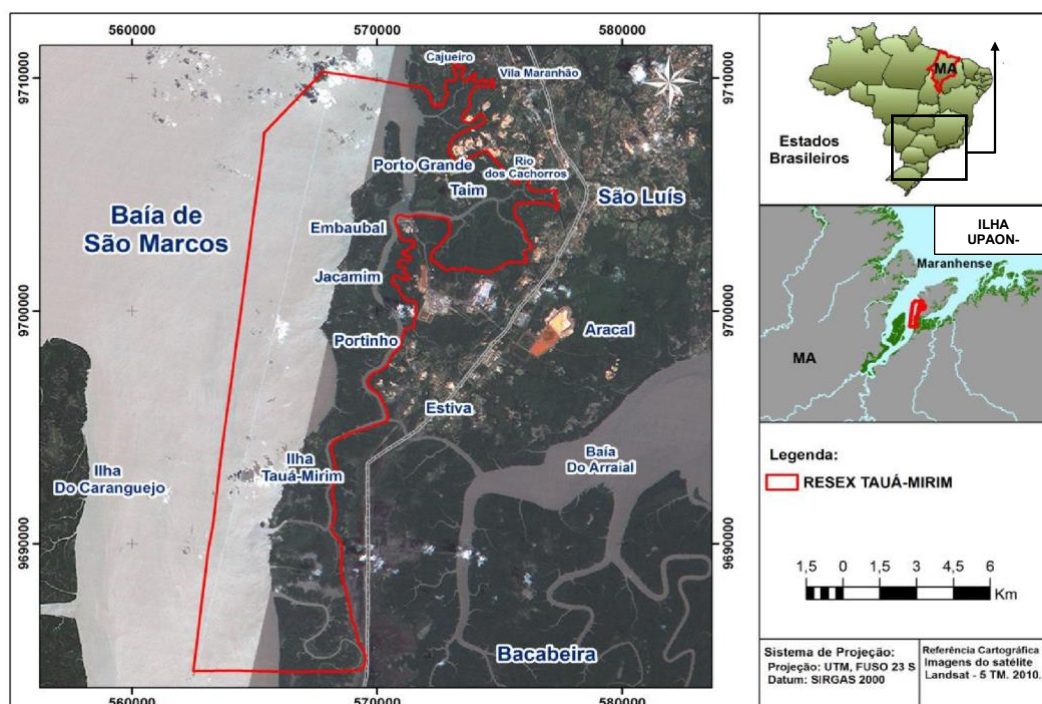
2 TERRITÓRIO, AÇÃO COLETIVA E REPRESENTATIVIDADE – RESEX TAUÁ-MIRIM

2.1 Aspectos Físicos, Biológicos e Geográficos

Para entender a dimensão do território e a atuação do Conselho Gestor, é necessário observar as extensões físicas e naturais pertencentes ao espaço no qual a Resex Tauá-Mirim será implantada e consolidada. Vejam-se algumas informações pertinentes.

A Resex Tauá-Mirim é formada por doze comunidades rurais: Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Porto Grande, parte de Cajueiro (Praia de Parnauçu), parte de Vila Maranhão (Porto das Arraias), Portinho, Jacamim, Amapá, Embaubal, Ilha Pequena e Tauá-Mirim, além de um amplo espelho d'água, totalizando 16.663,55 hectares e uma área de 71,21 km (COSTA, 2017; SANT'ANA JÚNIOR, 2016; SANT'ANA JÚNIOR ET AL., 2009b).

Figura 4 - RESEX de Tauá-Mirim e sua localização na Ilha do Maranhão e no Brasil.



Fonte: Google Earth, adaptado de imagem produzida pelo ICMBio (Costa, 2017).

O município está localizado na ilha do Maranhão, também conhecida como ilha de São Luís ou Upaon-Açu (que significa Ilha Grande, em Tupi-guarani). Ressalta-se também que o Maranhão é o único estado do Nordeste que possui parte de seu território na Amazônia legal.

O Golfão Maranhense forma uma grande faixa sob os estuários inundados dos rios Pindaré, Mearim, Itapecuru e Munim. Áreas costeiras submersas e pantanosas. Possui uma área de 447.570 quilômetros quadrados e é formada por 8 municípios: Alcântara, Axixá, Bacabeira, Icatú, Morros, Paço do Lumiar, Rosário, Raposa, São José de Ribamar e São Luís (IBAMA, 2006).

A área, caracterizada por inundações estuarinas, é uma área prioritária para a conservação da biodiversidade costeira e marinha e possui uma das maiores populações de peixes-boi marinho (*Trichechus manatus*), ameaçados de extinção no Brasil. O cação-bicuda (*Rhizoprionodon lalandii*) encontra habitat na área, bem como manguezais abundantes (IBAMA, 2006).

Os manguezais são vitais para a sustentação das comunidades e ocupam grande parte da área de planejamento da Resex, com espécies como o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), a siriúba (*Avicennia schaueriana*), o mangue branco (*Lagunulariaracemosa*) e o mangue botão (*Conocarpusecterus L.*). Os manguezais também fornecem recursos para a pesca e construção de moradias, demonstrando sua importância econômica e cultural (IBAMA, 2006).

A Resex, como foi proposta, inclui áreas de manguezais, restingas e babaçuais, além de ser um refúgio para espécies ameaçadas de extinção. Foram identificados três tipos principais de ecossistemas: manguezais¹⁹, brejos²⁰ e capoeira²¹, cada um desempenhando um papel ecológico específico (IBAMA, 2007b).

É uma área rica em recursos hídricos com diversas nascentes e riachos. A área proposta para a Resex é composta, aproximadamente 70%, por um número de ecossistemas caracterizados por relevante significado ecológico, podendo-se citar as Áreas de Proteção Permanente (APP) ou áreas protegidas por lei com medidas para preservar os recursos naturais e as comunidades circunvizinhas, cujas atividades como a pesca, o extrativismo

¹⁹ O manguezal é considerado um ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestre e marinho. Característico de regiões tropicais e subtropicais, está sujeito ao regime das marés, dominado por espécies vegetais típicas, às quais se associam a outros componentes vegetais e animais (SILVA, João da. **Ecossistemas Costeiros Brasileiros: Dinâmicas e Conservação**. 3. ed. São Paulo: Editora Ambiental, 2020).

²⁰ O pântano é caracterizado por ser uma área com diversas vegetações, já o brejo, é composto apenas por barro e água. Em grande parte do tempo, o pântano é um local inundado. No entanto, o brejo pode ter fases de mais barro que água – inclusive, tornando-se uma área de risco para atolamentos (SILVA, João da. **Ecossistemas Costeiros Brasileiros: Dinâmicas e Conservação**. 3. ed. São Paulo: Editora Ambiental, 2020).

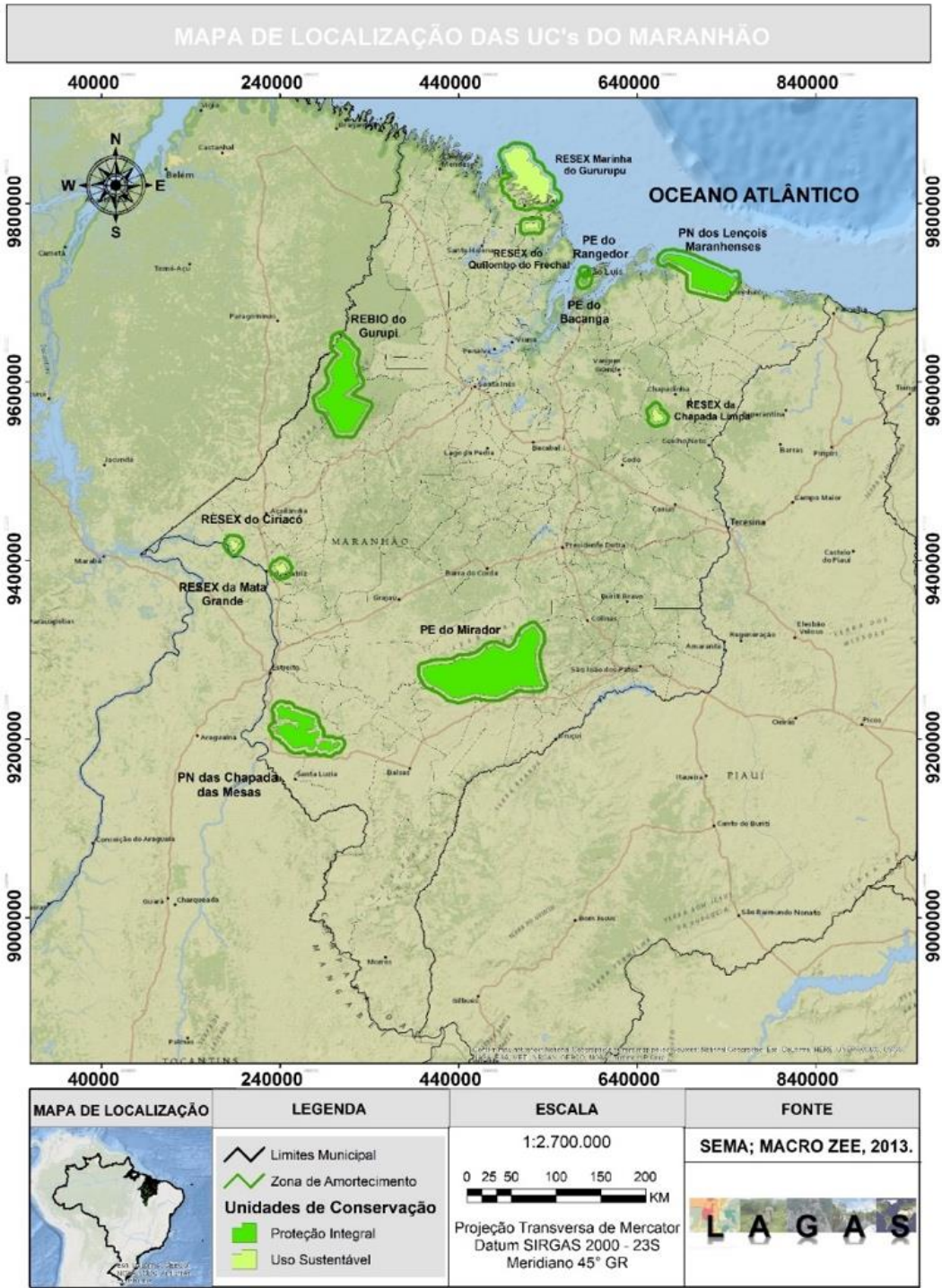
²¹ Capoeira é uma vegetação secundária composta por gramíneas e arbustos esparsos, que cresce após a derrubada da vegetação original. O termo, oriundo do tupi, designa o mato que nasceu no lugar de vegetação cortada (SILVA, João da. **Ecossistemas Costeiros Brasileiros: Dinâmicas e Conservação**. 3. ed. São Paulo: Editora Ambiental, 2020).

vegetal a agricultura, o cultivo de mandioca, arroz, feijão e outras culturas para consumo e comercialização, marcam a sobrevivência dessas populações.

A alimentação das famílias de baixa renda depende muito de peixes, camarões, farinha e juçara²², cultivados na região. Devido ao acesso inadequado às políticas públicas, a maioria das famílias utiliza a área para o seu sustento através da pesca, dos mariscos e agricultura familiar. A Resex passará a compor um conjunto de unidades de conservação, em consonância com o Snuc, além de proteger o modo de vida tradicional da comunidade. Observam-se abaixo, as localizações das Unidades de Conservação no Estado do Maranhão, Figura 5; Quadro 1, para melhor visualização da área em epígrafe.

²² Definir o nome certo do fruto que tanto é consumido no Maranhão, é uma discussão comum. A confusão começa pelo tipo da planta, afinal os dois frutos vêm de palmeiras, e pelas próprias semelhanças de tamanho, cor e textura. Porém, a fruta juçara [semelhante ao açaí], que é a forma que comumente chamamos aqui no Maranhão, é colhida de uma palmeira típica da Floresta Atlântica. (SOUZA, LIMA, 2020.)

Figura 5 - Localização das Unidades de Conservação no Maranhão



Fonte: Adaptado da SEMA; MACROZEE (2013).

Quadro 1: Unidades de Conservação do Maranhão

Unidade de Conservação	Criação	Nível de Proteção	Bioma	Área	Municípios (MA)
Parque Estadual do Bacanga	Lei Nº 7.545 de 02/03/1980	Proteção Integral	Amazônia	26 km²	São Luís
Parque Estadual do Mirador	Lei Nº 7.641 de 04/06/1980, alterado pela Lei nº 8.958 de 08/05/2009	Proteção Integral	Cerrado	4.370 km²	Mirador, Formosa da Serra Negra
Parque Estadual do Sítio do Rangedor	Lei Nº 21.797 de 15/12/2005, alterado pelo projeto de Lei Nº 321/2015	Proteção Integral	Amazônia	1,3 km²	São Luís
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	Lei Nº 86.060 de 02/06/1981	Proteção Integral	Cerrado	1.550 km²	Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz
Parque Nacional da Chapada das Mesas	S/Nº de 12/12/2005	Proteção Integral	Cerrado	1.600 km²	Carolina, Riachão e Estreito
Reserva Biológica do Gurupi	Lei Nº 95.614 de 12/01/ 1988	Proteção Integral	Amazônia	2.712 km²	Bom Jardim, São João do Carú e Centro Novo
Reserva Extrativista do Quilombo do Frechal	Decreto s/n 534 de 21/05/1992	Uso Sustentável	Amazônia	9 km²	Mirinzal
Reserva Extrativista de Cururupu	Decreto S/N de 03/06/2004	Uso Sustentável	Amazônia	1.850 km²	Cururupu, Serrano do Maranhão, Apicum Açú e Bacuri
Reserva Extrativista do Ciriaco	Decreto Nº534 de 20/05/1992 alterado por Decreto S/N 17/06/2010	Uso Sustentável	Amazônia	8 km²	Cidelândia
Reserva Extrativista da Mata Grande	Decreto s/n 532 de 20/05/1992	Uso Sustentável	Amazônia	11 km²	Senador La Roque e Davinópolis
Reserva Extrativista da Chapada Limpa	Decreto s/n 536 de 21 de maio de 1992	Uso Sustentável	Cerrado	120 km²	Chapadinha

Fonte: ICMBIO (2016).

Em 2012, a pedido do Governo do Estado do Maranhão, da Autoridade Nacional de Transportes Fluviais (Antaq) e do Ministério de Minas e Energia, o ICMBio organizou uma série de reuniões e visitas à área da Resex Tauá-Mirim, com a participação de representantes comunitários, governos estaduais, empresas e pesquisadores. Essas reuniões e visitas resultaram em um primeiro ajuste no perímetro da Resex, excluindo áreas ao norte, de interesse portuário ou da mineração, e acrescentando áreas de mangue ao sul. Como pode ser visto na sequência iniciando pela Figura 6, na qual representa a proposta inicial da Resex, a

Figura 7, ela mostra a nova proposta territorial e a Figura 8, podemos ver a sobreposição da proposta inicial com a nova configuração territorial que foi proposta.

Figura 6 - Proposta inicial da Resex Tauá-Mirim



Fonte: Google Earth, adaptado por ICMBio.

Figura 7- Nova proposta territorial da Resex Tauá-Mirim



Fonte: Google Earth, adaptado por ICMBio

Figura 8 - Sobreposição da área antiga (Amarelo) e área nova (Vermelho) da Resex Tauá-Mirim



Fonte: Google Earth, adaptado por ICMBio.

No cenário hídrico é possível observar que a interligação entre os riachos, os igarapés e os rios, cria uma rede complexa de recursos naturais que favorecem o transporte e troca de alimentos e produtos. Os cursos de águas são vitais tanto para o consumo atendendo às necessidades básicas, assim como esses recursos servem para a irrigação que contribui diretamente manter a presença de espécies comestíveis, como peixes e frutas. Essas características representam meio de sobrevivência das comunidades.

O modo de vida da comunidade proposta para a área da Resex é multifacetado e complexo. O Relatório Socioeconômico principal fonte de informações sobre condições sociais, destaca categorias ocupacionais como estudantes, donas de casa, pescadores, garimpeiros, agricultores, aposentados e desempregados (IBAMA, 2007b). No entanto, este relatório não captou todas as nuances da realidade, especialmente o fato de muitos jovens estarem envolvidos numa variedade de atividades, como a pesca e a agricultura, mas não se enquadram em categorias específicas.

O extrativismo, principalmente a pesca e a coleta de juçara (açaí), bem como a agricultura, são as principais atividades econômicas. A produção de farinha é considerada um importante recurso alimentar para a comunidade. Embora o Relatório Socioeconômico, Ibama (2007) tenha fornecido uma compreensão aprofundada da situação socioeconômica das

comunidades, a sua metodologia ainda careceu de detalhes aprofundados sobre as relações culturais e econômicas entre os residentes e os recursos naturais.

Diante disso, para que essas lacunas fossem preenchidas, o Gedmma realizou um Levantamento Socioeconômico nas comunidades da Resex, levando em consideração aspectos históricos e demográficos, atividades econômicas, formas de organização social, aspectos culturais, esportivos e atividades religiosas. Além dos levantamentos realizados na comunidade, o objetivo foi identificar projetos comerciais e de infraestrutura localizados próximos à Resex, verificando o tipo, a escala e o impacto socioambiental dessas atividades econômicas.

Vale ressaltar que em 2003 nasceu o projeto de formalização da Resex Tauá-Mirim, e concorreu para resultados satisfatórios que foram apresentados ao Ministério do Meio Ambiente em 2007. Diante do surgimento do processo de organização e coordenação local, diversos conflitos emergem entre os órgãos públicos e as empresas privadas que se posicionaram contrárias à instalação da Resex.

Diante desse conjunto de dados em volta da consolidação da Resex Tauá-Mirim, para que haja uma melhor compreensão dos fatos são necessárias pesquisas constantes, atualizadas e ampliadas para informar as políticas públicas e as ações governamentais e comunitárias que podem ajudar na implementação da Resex. A pesquisa teve sua condução na perspectiva do diálogo, envolvendo, desde a etapa de planejamento, sujeitos sociais da comunidade em estudo, participação nas reuniões do Conselho e demais assembleias.

2.2 Conflitos na Implantação de um Polo Siderúrgico em São Luís – MA: Reflexos na criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim

Os grandes projetos industriais na Ilha do Maranhão têm gerado consequências profundas tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades locais, sendo um desdobramento do Programa a Grande Carajás (PGC). Esse programa tinha como proposta a transformação de grande parte da Amazônia oriental em um complexo agroindustrial que abrangesse desde mineração até a produção de peças automobilísticas, com vistas ao desenvolvimento econômico do país (MENDONÇA, 2006).

A luta pela criação de Resex Tauá-Mirim surgiu como uma resposta às consequências desses projetos desenvolvimentistas e industriais. Essa área é delimitada pelo Distrito Industrial de São Luís II, que abriga indústrias como o Consórcio Alcoa/Alumar e a Vale

(anteriormente denominada Companhia Vale do Rio Doce), além do Porto do Itaqui (MENDONÇA, 2006).

Desse modo, essas indústrias são decorrentes do PGC e têm causado efeitos negativos nos ecossistemas locais e nas atividades comerciais presentes nessas comunidades. Pode-se citar Mendonça (2006) quando se refere à degradação dos ecossistemas costeiros e à poluição dos rios e igarapés, ação que afeta a natureza a qual as comunidades utilizam como fonte de renda. Em adição, Gaspar (2007) faz referência que a poluição industrial tem alcançado as águas em volta das comunidades diminuindo assim a fauna aquática, pois a pesca é essencial para alimentação e comercialização na região.

Diante disso, pode-se perceber uma escala de conflitos ambientais que são ocasionados por tais empreendimentos o que leva as comunidades locais a buscarem alternativas de monitoramento e participação no controle dessas atividades industriais. Existiram propostas para a criação de um centro de Referência de Acidentes de Trabalho, que visavam acompanhar os acidentes de saúde e a poluição gera pelas indústrias. Ainda, houve tentativas em potencializar o Conselho Estadual de Meio Ambiente para que fossem feitas instalações de instrumentos de monitoração de emissão de gases poluentes pelas indústrias (GASPAR, 2007). Entretanto, a falta de apoio das indústrias e do governo, bem como as dificuldades financeiras, limitou a concretização dessas medidas na época.

Observa-se assim, como a ideologia do desenvolvimento foi baseada no crescimento econômico e no progresso material, o que pode ser questionado diante dos impactos sociais e ambientes causados por esses projetos (ESCOBAR, 1996).

Deste modo, a ocupação da Amazônia, incluindo a Ilha do Maranhão, tem como resultado na exploração da natureza que é destinada ao comércio externo, muitas das vezes em detrimento das comunidades locais e do meio ambiente (CLEARY, 1994). Esse desenvolvimento eurocêntrico tem gerado desigualdades e degradação ambiental (LANDER, 2005).

Com isso, tem-se a resistência das comunidades locais afetadas por essas indústrias e projetos de infraestrutura, como aquelas das comunidades do Taim e Rio dos Cachorros, caracterizadas pela busca por alternativas que venham considerar os saberes locais e as necessidades das populações envolvidas. Diante disso, a luta pela Resex Tauá-Mirim representa, desde a sua gênese, uma tentativa direta de conservar a natureza e permitir a continuidade das suas atividades tradicionais, como a pesca e a coleta de mariscos (MENDONÇA, 2006).

A ideia de criar a, então, Resex do Taim, que depois passa a chamar Resex Tauá-Mirim, não foi um evento isolado, pois partiu de um contexto mais amplo. A partir de 1996, lideranças dos povoados da região da pretensa Resex, em colaboração com movimentos sociais, instituições ambientalistas e intelectuais, começaram a discutir as propostas de criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável na área que abrangia os povoados próximos à Vila Maranhão, na zona rural de São Luís. Diversas organizações, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (Fetaema), com a colaboração de técnicos e o Fórum Carajás, tiveram importante papel nestas discussões.

A área da Resex Tauá-Mirim enfrentou entre os anos de 2004 e 2005, uma discussão acirrada sobre a instalação de um Polo Siderúrgico, a qual despertou discussões internas entre os poderes públicos federal, estadual e municipal, além dos agentes sociais que estavam envolvidos e estavam na iminência da implantação desse empreendimento. Essa região em questão, voltada para a Baía de São Marcos, tem sido alvo de planos de desenvolvimento desde a década de 1970. Dessa forma, as comunidades tradicionais residentes nessa área reivindicaram a criação da Resex como uma alternativa de proteção de seus modos de vida. Em uma entrevista de 2007, Alberto Cantanhede, o Beto do Taim, membro do Conselho Gestor da RESEX Tauá-Mirim relatou:

A discussão sobre o Pólo Siderúrgico ganhou essa conotação toda já em 2005, o processo [da Reserva] já estava oficializado, depois de quase seis anos discutindo. A discussão se deu em várias comunidades, mas em níveis diferentes, né. No Taim, ela teve uma conotação maior, pelo seguinte: pela minha participação no movimento dos pescadores, o Movimento Nacional dos Pescadores, e com essa minha participação, eu tive oportunidade de estar em vários espaços onde se discutiam os grandes projetos na Amazônia. E, aí, estavam incluídos a produção de alumínio na cadeia de alumínio, a cadeia do aço. Então, estávamos discutindo grandes temas, não mais a redução do peixe no rio, mas estávamos discutindo quais eram as consequências, qual era a razão disso, a raiz do problema. E nós acabamos detectando várias coisas. As comunidades, décadas passadas, anos 40, 50, tiveram uma participação muito ativa no desflorestamento do mangue, por exemplo, que era para suprir o combustível das fábricas de São Luís nesse período. E era tanto a lenha, quanto a casca do mangue que deu um impacto negativo enorme no mangue no entorno da ilha de São Luís. E isso, nós vamos resgatar já aqui nesse período de 2000, de 1994 para a frente. Quando se chega nesses grandes projetos, aí, nós percebemos que as comunidades, com relação ao mangue, as pessoas não viviam mais disso, [porém], o produto continuava diminuindo, o peixe, as terras continuavam fracas e produzindo menos (Alberto Cantanhede, o Beto do Taim, em entrevista a Miranda, Maia e Gaspar, 2009, p. 177-178).

O projeto do Polo Siderúrgico visava a instalação de três usinas siderúrgicas e duas gusarias, ou guseiras²³ que abrangeria uma vasta área de 2.471,71 hectares. O debate torna-se público e que intensamente tem sua influência no otimismo em relação aos benefícios econômicos e ao desenvolvimento que as indústrias trariam consigo. Diante de discursos políticos, líderes comunitários e empresários enalteciam em suas falas a geração de empregos e crescimento econômico.

Entretanto, a questão ambiental e os efeitos sociais eram frequentemente minimizados, pelas afirmações de que as tecnologias aplicadas teriam a capacidade de minimizar os problemas ambientais. Não menos importante, era sempre evocada a promessa de que a governança ambiental seria parte integral desse projeto.

Nesse ínterim, ocorreram processos que visavam a alteração da legislação urbanística de São Luís, o que permitiria a instalação desse Polo Siderúrgico. Esses processos ocasionaram um amplo debate público. O Prefeito enviou para a Câmara Municipal de São Luís um projeto de modificação nas Leis de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano que visava adequar a legislação urbanística do município aos interesses de criação do empreendimento. E em face a este evento, uma parte da sociedade civil e lideranças comunitárias opuseram-se, denunciando as possibilidades de deslocamento compulsório de cerca de 14.400 pessoas de 12 comunidades locais e as consequências ambientais negativos que estavam por vir.

A reação gerou o Movimento Reage São Luís, que buscou mobilizar argumentos contrários à instalação do polo siderúrgico e a participar intensamente do debate público que se seguiu. Como consequência, a Câmara municipal aprovou a modificação na Lei de Zoneamento, porém com a redução para menos da metade (1.068 hectares) da área pretendida pelo empreendimento, inviabilizando sua implantação.

O Governo Estadual teve papel de defensor do empreendimento apresentando-o como um meio de impulsionar o desenvolvimento econômico, gerar empregos e promover o crescimento para a região. A partir do final da década de 1990, o protagonismo das lideranças locais demonstrou uma tendência para um alcance mais amplo do engajamento dos movimentos sociais e que se traduziu em uma realidade local nas discussões das quais participavam. Dentro desse contexto, houve a busca por formas de assegurar o controle territorial contra possíveis ameaças por parte de entidades governamentais ou empresariais

²³ Gusaria ou guseira é um termo informal ou regional que pode se referir a "gusa", que é um tipo de ferro fundido produzido em altos-fornos a partir de minério de ferro. O gusa é uma matéria-prima importante na produção de aço e outras ligas de ferro. (MENDONÇA, 2006)

que teve culminância na proposta de pleitear a criação de uma Resex (SANT'ANA JÚNIOR, 2016, p. 288).

Conforme foi observado por Sant'Ana Júnior (2013), os obstáculos que apareceram para que houvesse a efetivação de uma abrangente reforma agrária no Brasil após a promulgação da Constituição de 1988 levaram à exploração de outros instrumentos legais que pudessem garantir a permanência, em seus territórios, principalmente quando levam-se em consideração os grupos sociais que, embora detivessem a posse, não possuíam a regularização fundiária adequada ou tampouco os títulos de propriedade.

Desse modo, grupos organizados passaram a buscar, na Constituição de 1988 ou em legislações dela derivadas, possíveis mecanismos que tinha como função salvaguardar seus territórios, como o reconhecimento de terras quilombolas, terras indígenas ou áreas de povos e comunidades tradicionais (SANT'ANA JÚNIOR, 2016, p. 288). Vê-se aqui, que o processo fica evidenciado pela interação dinâmica entre esfera local e as influências de um contexto mais amplo, à medida que agentes locais buscam adaptar as estratégias de proteção de seus interesses territoriais e sociais às políticas territoriais existentes no país.

No contexto brasileiro, a criação de Resex tem como impulsionamento as pressões sociais e mobilizações de grupos como seringueiros, ribeirinhos e quebradeiras de coco babaçu, que são considerados povos e comunidades tradicionais (SANT'ANA JÚNIOR, 2004; ALMEIDA; CUNHA, 2001). Ou seja, para essas comunidades, a Resex representou uma das alternativas para proteção legal de seus territórios e modos de vida, que muitas vezes estão sob ameaça de empreendimentos econômicos e projetos de desenvolvimento.

Dentro das normas, a criação das Resex, depois do Snuc ter entrado em vigência, tem que seguir um processo burocrático que inclui estudos técnicos, consultas públicas e a aprovação por parte do Ministério do Meio Ambiente. Entretanto, depois do cumprimento das exigências legais e técnicas, o processo pode ser afetado por variáveis políticas e interesses diversos. Para Colchester (2000), essas decisões relacionadas à conservação da natureza são, em sua essência, políticas e envolvem questões de poder, usos da natureza e interesses diversos.

É fato que a relação entre a sociedade e natureza tem sido complexa, e ao longo do tempo são extensos os conflitos que configuram tal história. Diferentes interesses relacionados com a utilização dos recursos naturais, em determinadas áreas, são motivo para disputas entre comunidades e autoridades, o que se pode deduzir na visão social, são postergadas as ações de equilíbrio que envolve diversos contextos, que sejam culturais, religiosos, econômicos e políticos (MAIA, 2014).

Alinhado um retrocesso histórico a natureza por vezes era associada a forças selvagens e irracionais, e os povos civilizados observavam como uma ameaça caótica. Na idade Média essa visão teve reforço e na Europa, pois a realidade àquele tempo figurava perigo bem como o mito de existirem selvagens e bruxas na extensão territorial natural. No período colonial nasce o Novo Mundo, seguiu-se a mesma visão, e surge a cultura do domínio aos povos originários cuja relação com o ambiente era simbólica e mítica (MAIA, 2014).

Esses fatos levaram os escritores românticos do século XIX idealizar suas respectivas obras com base na ideia de uma natureza como algo sublime, entretanto, os seus habitantes originários foram considerados como povos indígenas com a figura de selvagens, em outros momentos bons selvagens, cujas linhas poéticas permitiram uma nova visão que lentamente se apresentava na perspectiva ocidental (MAIA, 2014).

Nos Estados Unidos da América, desenvolve-se o conceito de “wilderness” (território selvagem) como ponto central de avanço de uma ideia de natureza ilimitada para as áreas intocadas de beleza cênica, devido à evidência da degradação ambiental que era causada pelo avanço agrícola. Deste modo, o Parque Nacional de Yellowstone emerge como um marco inicial das unidades de conservação como modelo para a proteção da natureza (MARTINEZ ALIER, 2007; DIEGUES, 2001).

Essas Unidades de Conservação, entretanto, muitas vezes reproduziram uma visão dicotômica entre sociedade e natureza, resultando em conflitos étnicos e sociais. Assim, no Brasil, a importação deste modelo norte-americano ignorou a presença de povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, gerando tensões ao criar áreas naturais exclusivas para a proteção onde já habitavam diferentes grupos humanos.

Diante disso, o movimento do conservacionismo²⁴ dá ênfase ao uso racional dos recursos, enquanto o preservacionismo²⁵ como uma corrente ambientalista tem um viés no qual a natureza é vista como algo que tem que ser protegido do desenvolvimento moderno. Existe um embate entre essas visões que influenciou a construção do Snuc, levantando a questões como a presença humana em áreas protegidas.

Dentro desse contexto, emergiu a necessidade de compreender os argumentos diversificados dos agentes envolvidos nesse território, com foco especial na argumentação

²⁴ Conservacionismo é um movimento político, ambiental e social que propõe a utilização dos recursos naturais. O movimento tem como objetivo a proteção dos recursos naturais do planeta, incluindo espécies animais e vegetais, assim como os seus habitats para o futuro.

Disponível em < <https://www.trilhoambiental.org/post/entenda-o-que-e-conservacionismo> >

²⁵ O preservacionismo é uma corrente ambientalista que defende a proteção da natureza sem interferência humana. Os preservacionistas acreditam que a natureza deve ser mantida intocável, como uma forma de preservar a biodiversidade e o equilíbrio ecológico.

Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/preservacao-ambiental.htm> >

ecológica para a criação da Resex Tauá-Mirim, diante da análise do Laudo Socioeconômico e Biológico que serviu de subsídio para a Criação da Resex do Taim de 2007, produzido pelo Ibama (IBAMA, 2007b).

O primeiro Laudo Socioeconômico e Biológico foi divulgado em 2006, marcando uma conquista significativa na criação da Reserva Extrativista do Taim (IBAMA, 2006). Para garantir a inclusão comunitária, passou por discussões e Consulta Pública para aprovação. Na Consulta Pública, surgiu a proposta de que o perímetro da Resex se estendesse para abranger a ilha vizinha Tauá-Mirim e seus povoados: Portinho, Jacamim, Ilha Pequena, Embaúbau, Amapá e Tauá-Mirim, argumentando sua notável preservação e modo de vida tradicional. Esta sugestão de expansão foi aceita, levando a novas consultas comunitárias e à expansão dos estudos (SANT'ANA JÚNIOR, 2016, p. 288).

Seguiu-se uma série de consultas às comunidades da ilha de Tauá-Mirim e o estudo foi ampliado para essas áreas. Em 2007, um novo relatório do Ibama (2007b), ficou pronto e uma nova consulta pública aprovou a decisão de criação da Resex (SANT'ANA JÚNIOR, 2016, p. 288). Os resultados do estudo e da consulta foram enviados ao Ministério do Meio Ambiente. Como já foi dito anteriormente, em 2008, o Ministério solicitou a alteração do nome da área protegida devido à existência de uma estação ecológica de mesmo nome no Rio Grande do Sul. Após consulta à comunidade, decidiu-se renomeá-la como Reserva Extrativista Tauá-Mirim.

Nas considerações finais do relatório enviado ao Ministério do Meio Ambiente, consta a seguinte afirmação: “Com base nessas considerações e nas informações sistematizadas neste relatório, conclui-se que a área tem missão ecológica e social de integração de reserva extratores”. Este argumento pode ser comparado com as opiniões dos planejadores governamentais e privados que defendem a missão industrial da mesma região. Assim, coloca-se perante duas visões opostas sobre a natureza e o seu uso, que colidem e informam de diferentes formas os diferentes agentes sociais envolvidos no processo de conflito (SANT'ANA JÚNIOR, 2016, p. 289).

Colocam-se em evidência no documento as ideias e interesses que se diferem quanto ao uso dos recursos naturais pleiteados pelas comunidades e relacionados com sua subsistência gerando os conflitos sociais, que são envergados pelas ações industriais quanto ao desenvolvimento a ser empreendido, contudo invade as necessidades e valores de seus moradores. O relatório foi resultado de um diagnóstico feito por técnicos e analistas ambientais do Ibama em colaboração com moradores da área para construir informações coletivamente. O documento visava fornecer uma justificativa para o estabelecimento de

unidades de conservação com base em dados socioeconômicos e biológicos (GASPAR, 2007).

Muito embora argumentos levantados no espaço ecológico e social para a criação da Resex sejam relevantes, porém, as negociações tornam-se difíceis e complexas envolvendo governos federais, estaduais e municipais. A luta entre agentes de entidades e líderes comunitários configura-se contínua luta por direitos para a manutenção tradicional no ambiente de suas vivências. É notável também que a criação da Resex também envolve aspectos de ordem política, socioeconômica, religiosa. Pode-se destacar grandes eventos que envolvem essas questões, como Bumba-meu-Boi e o Tambor de Crioula de forte influência da cultura negra (GASPAR, 2007).

Desde 2007, quando o processo foi transferido para o Ministério do Meio Ambiente, ainda havia expectativas de constituição da Resex Tauá-Mirim. É importante notar que o governo do estado do Maranhão e empresas como Vale S. A. e Alumar causaram obstáculos significativos ao estabelecimento da reserva, levando a atrasos. O Governo Federal tem a posição não oficial de estabelecer unidades de conservação apenas com a anuência dos governos estaduais (SANT'ANA JÚNIOR, 2016, p. 289).

Nesse cenário, conforme expõe o autor, mesmo com a mudança de governo estadual, no início de 2015, as expectativas de uma mudança significativa na posição do governo em relação à criação da Resex não se concretizaram. O grupo político liderado pela família Sarney, que dominou o governo maranhense por mais de 50 anos e teve Roseana Sarney Murad (PMDB) como governadora até o final de 2014, perdeu a eleição para Flávio Dino (PSB), que se opôs o grupo Sarney e recebeu amplo apoio popular nas eleições.

No entanto, desde a sua primeira eleição, o ex-governador Flávio Dino não se posicionou oficialmente a favor da criação da Resex e tal atitude ainda permanece pelo seu sucessor, o atual governador Carlos Brandão (PSB). Durante todo esse período, as lideranças das comunidades e seus aliados buscaram construir mecanismos de organização interna e de pressão sobre o Governo Federal para que a Reserva fosse efetivada. Reuniões, assembleias, programas de educação ambiental e a formação de grupos de trabalho foram algumas das estratégias adotadas (SANT'ANA JÚNIOR, 2016, p. 290).

No entanto, diante da constante postergação de uma decisão mais definitiva, as lideranças das comunidades convocaram uma Audiência Popular em 17 de maio de 2015, envolvendo as comunidades da Resex. O autor acrescenta que essa assembleia foi antecedida por uma formação política promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), na qual participaram membros de territórios quilombolas, comunidades tradicionais e povos indígenas

do interior do Maranhão. A Assembleia Popular incluiu também representantes de movimentos sociais, sindicatos, bem como líderes religiosos e pesquisadores universitários. Durante o curso, a autonomia da comunidade e o seu papel na tomada de decisões foram temas de discussão.

Destacaram-se pontos de vista relevantes como a resiliência das comunidades e apoiadores do processo de estabelecimento da Resex Tauá-Mirim; a formação política e da mobilização social são elaboradas como ferramentas com visão direcionada na proteção das reivindicações os interesses das comunidades locais. É uma nota permanente na procura de encontrar estratégias para o alcance desse objetivo, frente aos desafios políticos e burocráticos.

Sem planejamento antecipado e no acompanhamento dos debates ocorridos durante a Assembleia, bem como as reuniões anteriores, os presentes chegaram à conclusão de que já não podiam esperar por uma decisão oficial do Governo. Num ato de desobediência civil, decidiram implantar a Resex Tauá-Mirim, mesmo que essa criação não fosse legalmente reconhecida.

Nessa mesma Assembleia, também foi instituído o Conselho Gestor²⁶ da Resex Tauá-Mirim com a missão de promover maior mobilização da Reserva e dar continuidade à luta pela sua formalização. Este episódio ilustrou a dinâmica sociopolítica que pode surgir num contexto em que comunidades locais percebem uma necessidade urgente de proteger o seu território e modo de vida.

A decisão de estabelecer a Resex Tauá-Mirim, embora de forma não oficial, reflete a resistência da comunidade a um processo governamental que pode ser visto como lento ou inadequado às suas necessidades. Além disso, a criação do Conselho Gestor sublinha a importância das organizações locais na procura de soluções autônomas e na proteção do bem comum.

Sobressai aqui que a criação e o funcionamento dos conselhos deliberativos não ocorrem de forma isolada, atendem prioritariamente um contexto político e social específico. Considerando a importante colaboração de Lévi-Strauss (2002), a tomada de decisão é antes de tudo, um processo que decorre de perspectivas com base em uma realidade que influencia opiniões para moldar as escolhas.

²⁶ Nos processos de criação oficial de Resex, para a gestão da Unidade de Conservação é formado um Conselho Deliberativo. Como no caso em pauta, na Assembleia Popular optou-se pela denominação de Conselho Gestor, que assumiria o papel de organizar as comunidades e manter permanentemente a luta pela criação oficial da Resex.

Nesse sentido, os conselhos representam um ponto de convergência entre perspectivas individuais e objetivos coletivos. Refletem os diversos interesses, experiências e visões de mundo presentes nas comunidades e na sociedade civil em relação à gestão de áreas protegidas (BANN, 1994).

A participação social por meio de conselhos deliberativos não afeta apenas diretamente as decisões de gestão, mas também a formulação de políticas públicas. Como destacou Beto do Taim, membro do Conselho Gestor da RESEX Tauá-Mirim e uma das lideranças do povoado Taim, em entrevista a Gaspar, com publicação em 2007, (e como cita na p. 60), “nossa participação é fundamental para que nossas vozes sejam ouvidas nas autoridades públicas e para que as decisões sejam tomadas de forma igualitária, tendo em conta os nossos interesses”.

Em entrevista em abril de 2024, Beto do Taim, faz ainda colocações pertinentes e condizentes sobre o pertencimento e a atual situação da Resex:

a Reserva Extrativista de Tauá-Mirim não é diferente. Por estar numa capital, por estar principalmente num ambiente escolhido pelo capital internacional para suas relações com o Brasil. Então, nós estamos aqui na boca do furacão. Mas o que motiva? Esse sentimento de pertencer a um território e não do território pertencer a gente (Alberto Cantanhede, Beto do Taim, em entrevista a Ronyere Sarges, no dia 17/04/2024)

Pode-se entender sobre esses pressupostos que, para as questões envolvidas, ambientais, aspectos econômicos e socioculturais, o conselho torna-se a plataforma onde os líderes desempenham um papel fundamental na construção das discussões sobre os interesses intrínsecos na busca das soluções. A participação social através de conselhos tem sua importância, uma vez, que as comunidades detêm conhecimentos e experiências tradicionais em relação à natureza. O papel da liderança, assim, envolve a participação ativa e a participação no desenvolvimento coletivo para elaborar estratégias de sustentabilidade e conservação ambientais no território da Resex.

2.3 A Batalha das Comunidades em busca da salvaguarda de seu território

*“Nós somos tainos
somos herdade boa de onde só vem dor,
povo humilde, honrado e trabalhador,
o bem é o que nós temos para dar
quem há de me dizer quem somos?
Se nem acaso tu sabes quem és,
quem há de me dizer quem somos?
Querem nos lançar fora como se fossemos pragas*

*nas plantas das construções,
quem há de me dizer quem somos?
Se nem acaso tu sabes.”*
(Rafaela de Sousa Mesquita²⁷)

No decorrer da construção desse estudo, tem-se observado entre os registros apresentados, a luta pela regularização da Resex Tauá-Mirim. O tempo que decorre dos embates para tal efetivação extrapola os espaços dos conflitos e chega ao campo da poesia, uma forma de expressar uma consciência voltada para o “nós” como comunidade de indivíduos unidos por um fim.

No início desse item transcreve-se um trecho do poema de Rafaela de Sousa Mesquita no qual as palavras ecoam no formato de um grito para chamar atenção à tentativa de deslegitimar a presença do valor do território pleiteado como direito. Termos como “invasores”, “posseiros” e “colonos”, são significativamente dolorosos quando são impostos por aqueles que não partilham a mesma história, e negando a ligação profunda que as comunidades têm junto às terras de suas origens e desejam preservar para as futuras gerações. Geertz (2008) põe em epígrafe que nesse aspecto a resistência configura uma reivindicação de identidade, e evidencia o pertencimento e o direito de provar quem são e como devem ser vistos de forma digna.

Ainda, conforme definido por Geertz (2008), nessa perspectiva, o poema transcende o simples conteúdo literário. Isto se torna um exercício de “etnografia densa”, permitindo uma análise mais profunda dos significados por trás das ações e palavras das envolvidas. Cada gesto, cada palavra, por mais simples que pareça, carrega um peso de significado que vai além do óbvio e mostra a importância da luta pela Resex.

Pode-se perceber nas palavras comoventes de Rafaela que não refletem apenas sua ligação pessoal com a causa, mas deixa explícita a força coletiva das comunidades envolvidas por tão importante causa. Os sentimentos de indignação que pesam sobre o espaço delimitado, abraçam a todos que apoiam a reivindicação de preservar a terra e suas identidades. É uma defesa apaixonada de um território que concentra história, tradições e futuro, indo além de apenas proteger o ambiente, mas firmar a própria identidade.

Debates e reflexões tem sido razão para pesquisas e interações de grupos para preservação do meio ambiente e os recursos naturais que os mantém ligados aos seus

²⁷ Estudante do Curso de Educação Ambiental, promovido pelo Grupo de Estudo: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma). Citada em: *Mineração: violências e resistências* [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. / Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et al. 1.ed. Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018.

territórios. A exemplo pode-se destacar Diegues (2000, 2001) e Gómez-Pompa e Kaus (2000) que enfatizam a necessidade de exercer a compreensão das lutas que são travadas pelas comunidades quanto sua visão de manutenção e conservação de áreas tradicionais.

Os esforços para a efetivação da Resex Tauá-Mirim como área regularizada conforme luta de seus líderes e apoiadores, se mantém por mais de duas décadas. Diversos fatores estão implícitos em torno da região requerida para sua manutenção territorial que consiste no conjunto dos pleitos, a história e raízes que se fazem presentes em gerações e que se misturam com a terra, os manguezais e águas circundantes.

Nesse cenário para melhor compreensão da presente pesquisa, decorre a busca com amplitude de detalhes que favoreçam à sua proposição. Nesse sentido recorreu-se ao interpretativismo²⁸ simbólico de Geertz, que vê a pessoa humana como uma entidade entrelaçada em teias de significado. Estes líderes procuraram preservar não só o espaço físico, mas também o patrimônio cultural passado de geração em geração (Geertz, 2008).

No debate sobre se os povos e comunidades tradicionais eram naturalmente conservacionistas, Almeida e Cunha (2001) abordam a ideia de que o ambientalismo inclui tanto a prática quanto a ideologia, lembrando que as comunidades podem adotar práticas sustentáveis, apesar da ausência de uma ideologia explícita. Santos e Barboza (2009) ressaltam que nesse contexto surgem testemunhos que ilustram esta relação, como os modos de vida das comunidades que ali habitam e têm demonstrado a sua ligação intrínseca à terra e aos recursos que dela retiram

Gómez-Pompa e Kaus (2000) enfatizam a importância de considerar os conhecimentos e práticas das comunidades rurais que dependem diretamente da terra para o seu sustento material e cultural. Salientam que assim como os ecossistemas são importantes para a vida selvagem, os territórios também são essenciais para os grupos sociais, garantindo a sua reprodução biológica, social e cultural.

A despeito da afirmação de Miranda; Maia; Gaspar (2009), a relação entre comunidade e natureza na Resex Tauá-Mirim é moldada por atividades como a pesca, a agricultura familiar e a exploração de produtos como caju, manga e babaçu. Estas práticas sustentáveis mantêm um baixo efeito ambiental e estão intimamente ligadas à preservação cultural e religiosa, como celebrações e uma profunda ligação ao território.

²⁸ O interpretativismo Ou seja, parte do pressuposto de que as ciências naturais são uma aplicação ou concretização de um modelo conhecido universalmente válido. Portanto, é sempre possível estudar os fenômenos sociais como fenômenos naturais, por maiores que sejam as diferenças entre eles. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/kqRTdRDnXbKw9yBQkmD5VbP/> >

Em entrevista de Beto do Taim cedida a Miranda, Maia e Gaspar (2009), empreendimentos sediados na capital São Luís, como Alumar e Vale, trouxe diversas discordâncias no meio ambiente, e como consequência concorreu para maiores complicações ao meio ambiente dessas comunidades. Embora as empresas tenham criado áreas de conservação e educação ambiental, como compensação aos danos causados, contudo, as comunidades tradicionais procuram proteger os seus territórios para salvaguardar a própria vida.

Isto representa que os desafios continuam em função das pressões econômicas e sociais. Em entrevista da líder Maria Máxima Pires cedida a Santos e Barboza (2009), afirma que a necessidade de geração de renda e de busca de qualificação profissional não configura um quadro isolado, mas encontra-se fortemente ligado tanto à preservação da cultura quanto à manutenção de práticas sustentáveis.

Como reforçam Miranda; Maia; Gaspar (2009), a relação entre comunidades tradicionais e conservação não é estática. A criação da Resex foi uma tentativa de conciliar a conservação ambiental com o estilo de vida dessas comunidades. Buscam autonomia na gestão territorial, garantindo o direito de decidir como explorar os recursos naturais de forma sustentável.

A Resex representa, portanto, uma estratégia de luta e resistência adotada por comunidades tradicionais que buscam preservar estilos de vida sustentáveis e garantir seus territórios. Conforme pode-se observar em Almeida; Cunha (2001); Colchester (2000); Gómez-Pompa; Kaus (2000) e Diegues (2000, 2001), durante muitos anos, estas populações têm sido alvo de debate relativamente à ideia de serem essencialmente conservacionista. Essa questão levanta o debate sobre a relação entre o ambientalismo e as práticas e ideologias das comunidades tradicionais, que estão interligadas de formas complexas.

Como movimento que tem em sua filosofia a defesa do meio ambiente e o equilíbrio do desenvolvimento sustentável, o ambientalismo marca sua diversificação com os povos e comunidades tradicionais. Segundo Almeida e Cunha (2001) são pontos que distinguem esses aspectos, pois há grupos que estão apoiam práticas ambientais e preservação relacionadas com seu estilo de vida, como se enquadra a Resex Tauá-Mirim, enquanto para outros são amigos do meio ambiente, mas de uma forma diferente não absorvem a ideologia de proteção do mesmo. É uma complexidade que reflete de acordo com suas narrativas, de uma forma individual.

Enfatizam Santos; Barboza (2009, p. 221), as palavras de D. Máxima, moradora do Rio dos Cachorros, quando comenta sobre a profunda ligação entre a terra e a vida da

comunidade. Seu estilo de vida expressa o respeito ao ambiente em suas atividades diárias como o trato de suas criações de animais e a extração de recursos vegetais, mostrando a dependência com o entorno de seu território. Gómez-Pompa e Kaus (2000) afirmam que grupos de comunidades tradicionais possuem um conhecimento intrínseco do ambiente em que vivem, contudo não são sábios conservacionistas.

No caso para estabelecer da Resex a luta das comunidades reflete o valor intrínseco dos territórios tradicionais e a resistência das pessoas que neles vivem. Assim, as comunidades enfatizam o fortalecimento das práticas para garantir o modo de vida das populações e preservar o meio ambiente. Os desafios lidam com empresas e o próprio Estado. Apesar de experiências que não foram bem sucedidas para as comunidades quando grandes projetos não previram considerações quanto às necessidades e direitos das populações locais.

Para resolver esses conflitos e proteger os interesses das comunidades, as lideranças recorrem frequentemente ao Ministério Público Federal (MPF), cujo papel, de forma ideal, seria a garantia ao respeito da lei e aos direitos da sociedade. O MPF, por meio de Inquéritos Cíveis Públicos (IC), investiga denúncias de conflitos socioambientais e garante que os direitos da comunidade sejam respeitados, de buscar a justiça e a democracia.

Nesse tocante a Resex Tauá-Mirim, devido os projetos como a termelétrica Porto do Itaquí, os desafios enfrentados foram da ordem das ameaças de deslocamento compulsório, assim como também a degradação ambiental. As comunidades vizinhas de Vila Madureira e Camboa dos Frades, por sua vez buscaram proteção jurídica para seus direitos.

3 A CRIAÇÃO DO CONSELHO GESTOR E SEU FUNCIONAMENTO

Partindo de uma análise sociológica sintética dos conflitos ambientais surgidos na Zona Rural de São Luís-MA, área que é centro de conflitos entre comunidades que se consideram tradicionais residentes e se colocam contra empresários industriais e portuários, bem como governos estaduais e municipais que apoiam a visão de vocação industrial e portuária para a região, delineiam-se conflitos no que respeita à propriedade e às diferentes finalidades relacionadas com os recursos ambientais da região.

É uma história que explora diferentes concepções e mostra a natureza como objeto disputável continuamente. Todo processo se rege pela demarcação de áreas, a visão econômica, proteção ambiental local, reconhecimento de agentes legítimos, argumentos que são articulados na imposição de direitos, reflexo que se estabelece entre os desacordos de toda luta.

No caso específico da Resex, um conjunto de comunidades, há muito tempo, reivindica o direito legal inquestionável de preservar seu modo de vida tradicional e proteger uma área classificada próprio Ibama como de extrema importância para a preservação da biodiversidade marinha costeira (IBAMA, 2007a). Contudo, estes desejos para prevalecer devem enfrentar os objetivos econômicos e políticos dos seus oponentes.

Entre as diversas estratégias de lideranças comunitárias (pedidos formais de criação da Resex, participação em audiências públicas, oficinas e reuniões, denúncias aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, busca de apoio jurídico na Defensoria Pública, manifestos, cartas abertas, movimentos de defesa, representações, petições, protestos e organização de eventos), e a cartas da governadora Roseana Sarney ao Ministério do Meio Ambiente e pesquisa realizada pela Secretaria de Desenvolvimento, Indústria e Comércio elaborada por este governo (SEDINC, 2013), vinculada ao processo de criação da Resex, e na ausência de resposta depois de repetidos pedidos do Ministério Público, o processo foi adiado.

Os projetos de desenvolvimento econômico defendidos pelo Governo Estadual e por empreendedores privados teriam como objetivo desenvolver o Maranhão por meio da industrialização e de grandes estruturas de transporte (ferrovias, portos, rodovias), resultando no deslocamento forçado de algumas comunidades e causando impactos sociais e ambientais inerentes aos empreendimentos industriais, bem como injustiças ambientais e a negação de muitos direitos constitucionais.

Estes planos podem existir apenas no papel (ou podem nem existir, uma vez que nunca foram submetidos à revisão), mas são suficientes para bloquear inúmeros documentos

técnicos que afirmam a viabilidade da Resex. Nestas condições, é impossível não reconhecer a resiliência das comunidades que, mesmo que ainda não tenham vencido esta guerra injusta, permanecem firmes na sua determinação em preservar as suas terras, tradições, a sua cultura e relações afetivas.

Para entender-se a atuação da gestão participativa é importante que a abordagem alcance os parâmetros democráticos, isto posto, a tomada de decisões deve envolver a todos os interessados. Nas discussões relacionadas com a Resex, como Tauá-Mirim em questão, é primordial a participação das comunidades e criação de conselhos sob um contexto democrático do país.

Assim, a participação pública desempenha um papel vital na gestão das Unidades de Conservação, pois deste modo a democracia poderá garantir a participação política dos cidadãos e a proteção dos interesses coletivos. Como cita Weid (2009, p. 26), “A democracia é formalmente estabelecida em um país por meio de regras que estipulam quem tem autoridade para tomar decisões de interesse coletivo”, desse modo sua validade é viável pelos meios ditos legais. O autor ratifica em suas palavras que “a história do país é marcada pelo autoritarismo e pela desigualdade econômica, limitando as possibilidades de exercício dos direitos de cidadania e de construção de um Estado democrático com canais institucionais de participação direta e tomada de decisões”.

A partir da década de 1980, no Brasil, surge enfático progresso na direção do fortalecimento da democracia participativa (WEID, 2009). Ação decorrente de diversos movimentos sociais urbanos, rurais e indígenas, sindicais, profissionais de saúde, educação e assistência social, cujo objetivo visava criar espaços públicos formais e informais com a participação da sociedade (WEID, 2009). Nessa conjectura, o Conselho Gestor torna-se é uma ferramenta de grande importância, pois orienta a promoção da participação social na gestão da Unidade de Conservação.

Os Conselhos Deliberativos criados a partir da consolidação de uma Resex, é composto por representantes do governo, da sociedade civil e de outros setores relevantes, desempenhando papel na formulação de políticas e decisões quanto à proteção ambiental e gestão de áreas protegidas. Nesse cenário o conselho de gestão participativa ao se tratar da Resex Tauá-Mirim é formalizado para atender eventos envolvendo as comunidades locais, extrativistas e outras instituições interessadas, quanto à conservação dos recursos naturais estendendo-se à gestão sustentável. Muito embora o espaço criado seja para diálogo, consulta e decisões, os conflitos que surgem mostram que o espaço é propício para a realização das discussões, entretanto, também a falta de igualdade encontra-se presente.

Reforça-se no entendimento da gestão participativa que deve basear princípios democráticos para garantir a voz ativa das comunidades e a proteção eficaz das áreas protegidas. A criação do Conselho Gestor nessa fase de luta pela oficialização da Resex Tauá-Mirim e a promoção da participação das comunidades e seus apoiadores são passos importantes para alcançar este objetivo, contribuindo para a proteção da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável da região, além de antecipar as ações governamentais, qualificando a participação das pessoas que poderão vir a compor um Conselho Deliberativo.

A discussão com foco na Reserva Extrativista Tauá-Mirim é um tema relevante por se tratar do viés que inclui a participação pública na gestão de áreas protegidas e unidades de conservação. Pode-se destacar base legal para tal discussão, quando se ressalta a Constituição de 1988 que estabeleceu no parágrafo único do artigo 1º, o princípio irrefutável: “todo poder vem do povo”, abrindo espaço para a necessidade de envolver a sociedade em decisões que afetam o meio ambiente e a subsistência das comunidades alinhadas (BRASIL, 1988).

No contexto ambiental, o Art. 225 do Capítulo VI do Meio Ambiente da Constituição: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Perceber-se nesse ínterim que impõe às autoridades públicas e às comunidades o dever de salvaguardar e proteger o ambiente, considerando tanto o presente quanto preservando todo espaço para as futuras gerações. Portanto, é dado o direito aos sujeitos coletivos participarem das discussões e exigir o direito de proteção ambiental. Contudo, os conselhos podem enfrentar problemas burocráticos ou autônomos, visto ser um instrumento de negociação.

No Brasil, podem-se ilustrar setores como da saúde, da educação e da assistência social que estabeleceram seus órgãos de deliberação, muitas das vezes atrelados ao grande corporativismo empregados a eles. Isto demonstrou uma capacidade de organização e de luta destes agentes sociais na promoção da democracia e na participação social direta na gestão das políticas públicas.

Com olhar voltado para os conselhos relacionados à gestão de Áreas Protegidas e Unidades de Conservação, como Tauá-Mirim, os desafios específicos abrangem a gestão e a conservação da biodiversidade. Existe a necessidade de criar uma ponte entre as exigências para um equilíbrio importante e os interesses econômicos considerando a proteção ambiental. A gestão participativa da região deve considerar não só o envolvimento da sociedade civil e do governo, mas também a retenção das práticas tradicionais de estabilização das populações extrativistas, que dependem dos recursos naturais da região.

Desse modo, sobressaem as características administrativas formalizadas, contudo, na questão das participações das comunidades locais e agentes relevantes, surge a exigência de respeito aos conhecimentos tradicionais sobre o meio ambiente. Os conselhos de gestão atuam para garantir autonomia e tomada de decisão, criando um ambiente propício à participação democrática na gestão da Resex Tauá-Mirim. Assim, os conselhos com sólidas estruturas de apoio, constituem-se em ferramentas eficientes nesse contexto de desafios constantes, pois as competências são de diferentes níveis, e as incertezas pairam no caminho para as intervenções de âmbito social.

Partindo-se dessa premissa, “na área de Unidades de Conservação (UC), houve avanços significativos na gestão participativa após a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) em 2000” (WEID, 2009, p. 28), os principais objetivos incluem legitimar a democratização da política de conservação, partilhar a responsabilidade pela conservação na UC, integrar questões e valorizar a cultura local.

Na prática, porém, o Conselho Gestor da Unidade de Conservação enfrenta desafios, muitos dos quais decorrentes da sua existência não formal. A afirmativa de Weid (2009, p. 26) expõe que “além disso, o histórico de conflitos e a falta de estratégias de diálogo entre as instituições ambientais e os atores sociais populares”, o que complica as relações e gera desconfiança mútua e deslegitimação.

Portanto, a promoção da gestão participativa na Resex Tauá-Mirim e outras Unidades de Conservação, traz a prioritária necessidade de fortalecimento dos conselhos com as devidas colaborações das partes envolvidas, sociedade, governos e agentes não governamentais, para empreender esforços contínuos na busca de soluções esperadas.

Ao seguir os ritos formais do Ministério do Meio Ambiente, Weid (2009, p. 32) afirma que “em seu Decreto Regulamentar nº 4.340/2002, refere-se ostensivamente a normas e diretrizes relacionadas à democratização dos procedimentos para a criação dessas áreas protegidas e dos instrumentos para sua gestão”. Nessa lógica, a gestão participativa é um processo que deve começar antes mesmo da criação da unidade, por meio de consulta pública e debate aberto para garantir ampla participação dos departamentos envolvidos na determinação da localização, tamanho e limites da Unidade de Conservação. A criação de comissões deliberativas nas Unidades de Conservação é relevante para o fortalecimento da negociação, assim como da gestão democrática, com o intuito de dirimir os conflitos que possam surgir com a consolidação da unidade (BRASIL, 2004).

A formação dos conselhos de uma Unidade de Conservação deve receber prioridade política do Governo Federal e de grupos envolvidos em questões ambientais. Ao avaliar o desempenho de muitos conselhos de Unidades de Conservação no Brasil, o MMA recomenda que eles operem de acordo com os princípios da gestão participativa, democrática e com uma perspectiva integrada na relação entre sociedade e natureza (BRASIL, 2004).

Nesse aspecto, o Ministério do Meio Ambiente ressalta:

[...] as atividades para criação desses colegiados têm geralmente se constituído em processos restritos a poucas entidades, sendo comum que os convites para participação sejam direcionados prioritariamente a órgãos públicos e ONGs ambientalistas, cabendo a participação de outras organizações sociais apenas à imposição legal de paridade entre representantes de entidades públicas e da sociedade civil. Mesmo assim, nota-se a tendência para se convidar entidades que representem os interesses empresariais e de segmentos urbanos, em detrimento das formas de organização de moradores e dos produtores mais diretamente relacionados à unidade de conservação (BRASIL, 2004).

Nesse contorno de recomendações pelo Ministério do Meio Ambiente, observa-se que a forma como esses Conselhos são implementados depende das percepções e significados atribuídos ao ambiente e à cultura pelos sujeitos envolvidos. As visões tradicionais que separam a natureza da cultura devem ser superadas e a cultura deve ser reconhecida como parte intrínseca da natureza.

Para Medeiros (2006) a luta dos movimentos ambientalistas põem as reservas extrativistas na posição de Unidade de Conservação que têm por objetivo proteger estilos de vida e a cultura locais. A luta enfrentada resulta das restrições de uso que interveem diretamente nas características originais das comunidades, refletindo numa percepção negativa da Unidade de Conservação.

Afirmado pelo MMA, para alcançar a sustentabilidade e democracia nos processos de conservação da natureza, é necessário superar a dicotomia entre natureza e cultura e garantir que a gestão ambiental leve em conta a sociedade em que ocorre, dando especial atenção aos grupos vulneráveis. Apesar dos avanços, nessa participação social, que está diretamente ligada à gestão das Unidades de Conservação da natureza, seguindo a legislação brasileira, como a Lei nº 9.985/2000 que instituiu o Snuc e no seu Decreto nº 4.340/2002, diz respeito apenas a questões superficiais de democratização dos procedimentos de criação e gestão dessas áreas (WEID, 2009, p. 32). Isto pode resultar em diferentes entendimentos e práticas na implementação dos Conselhos (BRASIL, 2004).

A gestão participativa da Resex Tauá-Mirim, antes mesmo de sua formalização, difere de outras Unidades de Conservação por ter sido formado um movimento baseado em

iniciativas populares para construir conhecimento e implementar a Reserva para o futuro, o que vem ajudar no fornecimento de lições importantes para compreender o Conselho e suas adaptações às complexidades do processo, considerando uma abordagem integrada à relação entre a sociedade e a natureza. Estas experiências são fundamentais para garantir a participação pública efetiva em todas as fases, desde a criação até à gestão contínua da Unidade de Conservação.

Um dos desafios para a gestão participativa das reservas extrativistas é que os frequentes cortes orçamentais no setor ambiental deixam frequentemente os Conselhos dependentes de financiamento externo ou de parcerias com agências privadas, o que pode levar a prioridades contraditórias e a uma falta de sensibilidade ao contexto local (WEID, 2009, p. 32). No caso do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim, esse problema é ainda mais acentuado por ser totalmente autogerido, pois a comunidade e seus apoiadores devem contar com recursos próprios para processos de mobilização, gestão de conflitos e organização local.

Além disso, dentro das Unidades de Conservação brasileiras existe uma tensão entre o papel do Conselho e o seu propósito. Por outras palavras, parafraseando Demo (2004, p. 76), os Conselhos não eliminam o poder, mas procuram alternativas de controle democrático. No entanto, existe uma falta de padronização nos procedimentos operacionais dos conselhos, levando à ambiguidade e à frustração nas sociedades envolvidas (SALES, 2004).

Apesar desses desafios, algumas atividades são formuladas pelo Ministério do Meio Ambiente, feitos para melhorar a formação e o funcionamento dos Conselhos Deliberativos das Resex e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Iniciativas envolvendo gestores, educadores ambientais, acadêmicos e representantes de comunidades tradicionais contribuíram para a definição de diretrizes e padrões e para o desenvolvimento de métodos de formação de conselhos (BRASIL, 2004). Deste modo, é importante ater-se à problemática do Conselho Gestor de Tauá-Mirim que, por não ser um conselho formalizado e institucionalizado, não participada dessa atividades formais, porém apresenta uma série de atividades que mantêm uma certa sazonalidade.

Neste contexto, não se pode achar que o Conselho Gestor de Tauá-Mirim está inserido em um espaço democrático e legítimo no qual os diferentes agentes sociais participem na governança. Assim como, colocar em questão os anseios individuais e dos grupos e, desse modo, todos esses espaços podem perder o seu caráter essencialista que é colocado pelos âmbitos formais do Ministério do Meio Ambiente.

Isto significa ter em conta as diferenças nas capacidades de participação e criar condições para a democratização dos processos de tomada de decisão, especialmente para os

grupos mais afetados pelas áreas protegidas. Portanto, como garantia nesse processo é importante que o objeto seja equitativo e desse modo a mobilização e participação permitam aos conselheiros efetivar as intervenções que venham atender principalmente aqueles que estão na linha de maior vulnerabilidade social.

No planejamento e implementação dessas ações, devem ser levadas em consideração as desigualdades existentes, como as possibilidades de mobilidade e persistência, o acesso a dados e informações, a infraestrutura de apoio e o domínio de linguagens técnicas e burocráticas pelos diferentes grupos sociais e instituições envolvidas no Conselho (BRASIL, 2004). A análise das possibilidades da Resex Tauá-Mirim nesta perspectiva de gestão participativa leva em conta as complexidades envolvidas na formação e funcionamento de um Conselho que desempenha papel fundamental na sua gestão.

Olhando além do processo em curso e considerando a formalização da Resex Tauá-Mirim pelo Governo Federal, é importante considerar que, para que a gestão participativa das áreas protegidas aconteça, é necessário garantir não apenas a paridade quantitativa, mas também a paridade qualitativa na representação nos Conselhos. Isso significa criar processos educativos que promovam o real entendimento entre os diferentes grupos representados (GOMES FILHO; AMARAL; CUNHA, 2006). Uma simples reunião dos agentes associados à Unidade de Conservação no momento exigido por lei não é suficiente para transformar o Conselho num órgão democrático de decisão.

Arnstein (2002) corrobora afirmando que o discurso de participação, por vezes, mostra um conteúdo que possa refletir garantia de poder dentro de uma apresentação de fatos, mas por outro lado falta o poder de influenciar nas decisões. Nesse momento as ações correm o risco de atos manipulados face uma questão, cuja consulta é realizada, mas de fato não se processa a parceria de maneira efetiva.

No sentido de que os aspectos intelectuais operam influência sobre a estrutura do Conselho como instrumento de gestão participativa, requer que haja igualdade nas ações de definir e decidir sobre determinada questão da área de conservação e manutenção do ambiente original, inclusive os espaços relacionados com as comunidades extrativas, por exemplo. O Brasil foi marcado por relações sociais de submissão e exclusão, nas lutas para alcançar emancipação de setores, como visto anteriormente.

Nas discussões realizadas nas reuniões de Conselhos é importante considerar a linguagem utilizada nos processos coletivos, para alcançar doutos ou para aqueles que não chegaram nesse nível, entretanto, detém o conhecimento visto suas experiências em gerações. As reuniões devem garantir compreensão apropriada para todos os participantes, inclusive a

participação efetiva e compartilhada de forma que haja igualmente haja benefícios (BRASIL, 2004).

É comum que alguns líderes sejam inseridos pelo Estado, sem a devida formalidade para ocupar a função, porém, essa conjuntura é passiva de não tornar a instituição com base sólida. A participação individual ou voluntária torna-se também como fatores que colaboram para o mesmo fim, ou seja, minar a capacidade das organizações coletivas. Vê-se que as estruturas estatais mantêm frequentemente centros de decisão, e trabalham em suas devidas dimensões com exclusividade, sob a égide democrática (WEBER, 1991).

Estas questões são de natureza abrangente para a gestão participativa das reservas extrativistas e ações no sentido de garantir que os processos participativos sejam verdadeiramente democráticos e promovam a igualdade é um desafio constante, mas é vital para a gestão eficaz desta Unidade de Conservação.

A Instrução Normativa do ICMBio nº 2, de 2007, define Conselho Deliberativos “como espaço de avaliação, discussão, negociação, deliberação e gestão da Resex sobre questões sociais, econômicas, culturais e ambientais”. Também estabelece diretrizes para a formação e funcionamento desses locais de decisão, incluindo a valorização do ambiente social e da diversidade cultural, o reconhecimento dos territórios tradicionais e a melhora nos modos de vida das comunidades tradicionais.

Pautado na Constituição Federal de 1988 os Conselhos Gestores foram estabelecidos como espaço público com o objetivo de realizar intervenção bem como a formulação e implementação de políticas públicas, utilizado como instrumento para a realização de negociação com base estruturada alcançando projetos sociais e representantes comunitários (BRASIL, 1988). Contudo, os desafios na implementação destas comissões caracterizam dentro da cultura política do Brasil, aspectos notórios alçados pelo patrimonialismo, autoritarismo e exclusão.

Com essa abertura, em termos de conquista, a criação de espaços de decisão em Resex, destaca-se como movimento social e popular, que não perdeu o ânimo ou força diante de indivíduos a quem foi negada a cidadania em detrimento da existência de conselhos burocráticos ou manipulados, que são formados por grupos específicos.

Fortalecidas, as Resex possuem características específicas que foram geradas por conhecimentos aprofundados dos lugares de vida, formando povos e comunidades tradicionais. São espaços povoados por grupos que têm direito de gerir seus territórios costeiros e cuja forma sustentável, ressaltando particularidades devem ser levadas em conta no fortalecimento dos conselhos deliberativos.

Alguns pré-requisitos importantes para o fortalecimento destes conselhos incluem a identificação e mobilização dos povos tradicionais que se beneficiam da unidade e a garantia de que eles se tornem protagonistas no processo de construção do conselho. Outros pontos dizem respeito à composição equitativa do Conselho, à criação de grupos de trabalho para tratar de questões específicas, à definição de critérios de seleção para organizações da sociedade civil e ao incentivo à investigação que funde a compreensão herdada com métodos tradicionais aos técnico-científicos.

3.1 O papel do Conselho Deliberativo do SNUC e suas possíveis implicações

A Lei nº 9.985, de 2000, estabeleceu a criação dos conselhos deliberativos para as Resex, que deve ser composto por representantes de instituições públicas, organizações da sociedade civil e povos e comunidades tradicionais residentes na área. O papel do órgão executor, geralmente o ICMBio, é crucial na convocação e apoio aos consultores para participarem das reuniões. O cargo de Presidente do Conselho é normalmente ocupado pelo chefe da Unidade de Conservação, que nomeia outros conselheiros para representar os setores competentes (BRASIL, 2000).

Seguindo o Snuc, os conselheiros são eleitos para um biênio podendo ser reeleitos para mais um mandato com igual período, cuja atividade de interesse público, não é remunerável. Dentro das características das atividades a realização das reuniões deve ser pública e pré-agendada e em local adequado, com abordagem participativa e incluindo preparação prévia de: planejamento, identificação, sensibilização, mobilização.

Com importância é necessária a capacitação de representantes de comunidades tradicionais, pelo menos com uma maioria simples no Conselho. São requeridos a realização de diagnóstico socioambiental, bem como a identificação de outras entidades e seus respectivos representantes, condições para a composição do comitê para avaliação de todo contexto (BRASIL, 2000).

A Resex Tauá-Mirim é um espaço icônico que requer uma gestão participativa para equilibrar as necessidades ambientais e as comunidades locais. Em seu processo de formalização, devem ser levados em consideração os pressupostos sobre os quais o Conselho será estruturado, seguindo o documento em publicação do Ministério do Meio Ambiente e Ibase/Ibama: “Educação Ambiental e Gestão Participativa em Unidades de Conservação” (LOUREIRO et al., 2007).

Seguindo as etapas do documento, primeiramente, deve-se levar em conta que o Conselho não é apenas uma instância de consulta, mas também um espaço legítimo de controle social na gestão do patrimônio natural e cultural. Além disso, o Conselho não deve apenas desempenhar funções legalmente mandatadas, como redigir regulamentos internos e avaliar o orçamento, mas também desempenhar um papel político fundamental para a sustentabilidade da Unidade de Conservação (WEID, 2009, p. 37). Deve representar de forma justa os diferentes grupos sociais que estão direta ou indiretamente envolvidos na Unidade de Conservação, independentemente de serem beneficiados ou prejudicados pela existência da Resex.

A nomeação do conselheiro deve ser indicada pela entidade envolvida, respeitar a atribuição por departamento e exigir ação administrativa adequada por parte do chefe da unidade (WEID, 2009, p. 38). A criação ou reorganização do Conselho deve envolver um amplo processo de mobilização dos agentes sociais, compreensão das realidades do ambiente social da Unidade de Conservação, socialização da informação e organização de reuniões e ampliações departamentais para proporcionar igualdade de condições de participação.

Considerando Weid (2009, p. 38), em relação as reuniões com o intuito em ampliar a participação das comunidades vizinhas, continuamente, os grupos de trabalho devem ser estabelecidos pelos Conselhos, cujas abordagens referem-se às necessidades no processo de decisão ad hoc. Aspectos externos como indicadores e pesquisas devem configurar a base para as discussões internas e a comunicação com as comunidades são imprescindíveis.

O autor ainda adverte que formação dos conselheiros da Unidade de Conservação deve abranger temas internos e externos ao seu funcionamento, deve ser garantida tanto simultaneamente com a formação ou reorganização do Conselho como após a fusão. Devem ser estabelecidos meios permanentes de comunicação com a comunidade para garantir a obtenção de informações qualificadas.

Portanto, seguindo a autora, “as regras e regulamentos internos devem ser formulados para clarificar as ‘regras do jogo’”. Isto inclui a possibilidade de ser convocado não só pelo Presidente do Conselho, mas também por maioria simples ou até 1/3 dos membros, dependendo das características locais. É importante considerar “obstáculos autocráticos, como o poder de veto do presidente deste comitê e votos de desempate”.

Estas premissas são cruciais para garantir uma gestão participativa eficaz da Resex Tauá-Mirim, promover condições iguais de participação para todos os seus agentes e promover a sustentabilidade deste importante patrimônio natural e cultural.

Nesse contexto, é necessário avaliar a gestão participativa da Unidade de Conservação em função de critérios que reflitam a sua eficácia democrática. Esses padrões podem ser desenvolvidos com base nos princípios propostos por Graham, Amos e Plumptre (2003) e adaptados para atender às necessidades específicas do conselho, ou seja, legitimidade das decisões – participação nas reuniões de forma competente, utilizando uma linguagem compreensível e obtenção de informações estratégicas. Considerar o papel ativo dos indivíduos pertencentes às comunidades representadas na gestão da Unidade de Conservação; promover a gestão participativa com eficácia e eficiência das ferramentas de gestão do Conselho com planos e regulamentos internos atualizados regularmente, observando para tanto a oportunidade das pessoas para contribuir no respectivo desenvolvimento.

Em adição, os autores incluem ações de gerenciar o desempenho quanto à coordenação de esforços entre a liderança e os conselheiros que fazem parte da Unidade de Conservação; em outro aspecto incluem a responsabilização, cujo papel que é vital deve manter a confiança na gestão participativa, evidenciando a transparência das decisões. Afirmam que é necessário que as normas sejam aplicadas justa e equitativa junto às comunidades, contudo, também deve reconhecer as discordâncias que podem ser causadas pela própria Unidade de Conservação.

A implementação destas normas pode não ser simples, uma vez que surgem muitos desafios, tais como questões administrativas, financeiras e políticas. Contudo, é crucial a adoção delas para proporcionar transparência e consistência no processo de criação e funcionamento dos Conselhos (WEID, 2009, p. 43). A consolidação das práticas de gestão participativa será eficaz se promover um ambiente de aprendizagem onde todos são alcançados. Salientam que a troca de experiências entre diferentes regiões e categorias das unidades é uma importante ajuda, uma vez que a gestão participativa caracteriza-se como oportunidade de promover diálogo cooperação, além de ser uma obrigação dentro das normas legais.

3.2 Ação Coletiva e Participação Popular no Conselho

Para se tratar de demandas, as exigências que são postas às mesas de deliberação, as oposições internas, as tomadas de posições, os instrumentos de ação propriamente ditos lançam mão de suas conceituações quanto aos conhecimentos acumulados ao longo das disputas. Ao saber disso tenta-se explicar como uma ação coletiva surge em condições particulares nas quais os agentes estão inseridos.

Segundo Tilly (1978), a ação coletiva se perfaz das convergências de interesses, nos quais existe um conjunto de elementos que são afiliados. Assim, define as razões que levam diferentes agentes a se afiliarem a determinadas ações coletivas e isto informa no que os grupos venham ter interesse.

Seguindo isso de perto, pode-se perceber que parte relevante da literatura histórica documentava e analisava diferentes formas de contestação e política social, espaço em que o trabalho de Charles Tilly teve sua importância para analisar sua variação e mudança. Nesse contexto, Tilly (1978, p. 7) ressalta que:

Ação coletiva consiste em pessoas agindo juntas em busca de interesses comuns. A ação coletiva resulta de combinações mutáveis de interesses, organização, mobilização e oportunidade. O problema mais persistente que enfrentaremos ao analisar a ação coletiva é a falta de arestas: os povos variam continuamente de envolvimento intensivo a conformidade passiva, os interesses variam bastante de individuais a quase universais (**tradução nossa**).²⁹

No que se pode referir em relação às disposições de agentes em ações coletivas, parte um objetivo comum. Considerando, portanto, que diversos fatores se distinguem como a diversidade de grupos, resultados diferentes e convergências, elementos que reunidos contribuem para encontrar diferentes agendas, contudo, os fins são comuns.

A obra de Charles Tilly com o título *From mobilization to revolution* (Da mobilização à revolução – **tradução nossa**), em 1978, apresenta um tópico denominado *Groups, events and movements* (Grupos, eventos e movimentos – **tradução nossa**) organizado com base na reflexão acerca da propensão de pesquisadores que estudam somente grupos particulares, de forma isolada.

O autor cita o exemplo de povos carentes, do século XVIII, em Suffolk, em 1775, condado na Inglaterra. Esses grupos possuem uma estrutura de crenças compartilhadas, o que faz deles, automaticamente, um grupo particular cujas “intimidades de ação” correspondem às regras celebradas junto aos participantes desta população (p.8). Tilly Mostra também o trabalho interno das organizações das ações que contribuem para expressar o caráter da população, no entanto, as observações das revoluções também podem contribuir para o

²⁹ Charles Tilly (1929-2008) sociólogo americano escreveu vários livros sobre sociologia histórica.

Collective action consists of people's acting together in pursuit of common interests. Collective action results from changing combinations of interests, organization, mobilization and opportunity. The most persistent problem we will face in analyzing collective action is its lack of sharp edges: peoples vary continuously from intensive involvement to passive compliance, interests vary from quite individual to nearly universal. Disponível em: <https://voidnetwork.gr/wp-content/uploads/2016/09/From-Mobilization-to-Revolution-by-Charles-Tilly-1.pdf> >

entendimento do grupo. Tais posicionamentos contribui para descobrimento das *generals laws* (leis gerais – **tradução nossa**) do grupo (p.9).

Nas manifestações articuladas pelos grupos particulares, de forma coletiva, fundamentam-se então, na base das leis gerais, cuja disposição de grupos particulares é organizar e validar uma agenda com pauta de discussão e fins comuns. De forma sintética, Tilly ressalta o entendimento das fases a partir de três expedientes interpretativos, a saber, “organização”, mobilização e a “ação coletiva”, pelas mudanças no repertório dessas ações coletivas, formas de violência coletiva e instabilidade das revoluções e rebeliões. Entende-se, então: a) pela organização, Tilly refere-se à extensão da identidade comum dos grupos particulares e funciona como estrutura unificadora que une os indivíduos; b) quanto à mobilização encontra sua definição como incremento aos recursos de controle coletivo; c) a ação coletiva funciona como instrumento de alcance dos objetivos comuns (Tilly, 1978, p. 54).

Partindo deste campo de análise, alguns elementos teóricos, propostos por Tilly, permitem melhor entender suas formulações teóricas. Vale ressaltar que, dos setores mais mobilizados aos menos mobilizados, ocorre um ritmo de inovação acelerado. Isso se dá graças ao acúmulo de repertórios de ação, mobilizados pelos agentes sociais participantes dos grupos de resistência.

A luta dos movimentos sociais, a exemplo, a Resex é guiada pela participação de comunidades conjuntas voltadas para conservação e justiça social, e não se baseia em elites ou vanguardas, porém, os sujeitos participativos lutam pelas áreas das quais dependem para sua sobrevivência. No caso citado por Tilly, os sujeitos da revolução foram estes povos tradicionais que se organizaram em movimentos sociais autônomos e militantes. Nesse contexto, é importante para a realidade da Resex, envolver o maior número de componentes das comunidades e construir suas ações com empenho em ampliar horizontes e desempenhar um papel de liderança na transformação social.

Os problemas específicos que enfrentam, como o acesso aos recursos naturais, à habitação e aos cuidados de saúde, representam os sintomas de um ambiente que precisa de e mudado para sua manutenção. Assim, a participação massiva na Resex é fundamental para sua efetividade. É importante destacar que os setores que são organizados sejam capazes de mobilizar ações eficazes diante das necessidades que surgem, cuja e ação direta decorrente da mobilização, tenha o caráter de influenciar as agendas políticas e sociais, eliminando as desigualdades e construir uma gestão que eleve a Resex a uma força maior para a proteção ambiental.

3.3 Contexto da autonomia na Resex

A discussão sobre a autonomia das Resex desempenha um papel central no contexto das mudanças políticas e sociais que ocorreram no Brasil nas últimas décadas. Este debate desenrolou-se durante um período de ajustamento neoliberal que teve um impacto significativo nas políticas públicas, incluindo aquelas que afetam a política ambiental, particularmente na região Amazônica.

A compreensão desta dinâmica requer uma análise que considere a visão de Gramsci sobre o Estado alargado, que reconheceu a complexa relação entre a sociedade política (legislação e coerção) e a sociedade civil (entidades privadas que exercem influência), combinando consenso e força (ACANDA, 2006).

O Brasil começou a implementar o neoliberalismo na década de 1990, coincidindo com a proposta do governo de uma série de reformas destinadas a reestruturar o país. Estas reformas incluem a reforma administrativa, a privatização, a reforma das pensões e a transferência de responsabilidades do público para o terceiro setor, a chamada “publicização” (MONTAÑO, 2007).

Tal reestruturação trouxe ao país consequências profundas. Na fase neoliberal capitalista, o Consenso de Washington que adotou políticas econômicas para combater crises em países considerados subdesenvolvidos, legou ao Brasil forte ataque às classes trabalhadoras restringindo salários e causando a eliminação das leis laborais. Diante dessas circunstâncias, Houtart (2006), evidencia que paralelamente o Estado foi enfraquecido pela desestatização, venda de instituições setor público, sendo a Usiminas do setor siderúrgico a primeira empresa a ser privatizada, em outubro de 1991, e ao longo desse processo diversas estatais passaram para o poder privado.

Outros eventos foram desencadeados em função do novo sistema que se instalava mesmo com as conquistas que foram estabelecidas pela Constituição de 1988, falta de empregos, desigualdade nos rendimentos e pensões, ocasionando também os movimentos sindicais. Ademais, Antunes (2005), faz referência quanto a posição dos sindicatos que passou de combativa para uma mais conciliatória.

Deslocamentos também incluíram a sociedade civil e surgem “novos movimentos sociais³⁰” relacionados com o trabalho. Emergem as organizações não governamentais no cenário político afastando associações científicas e profissionais dos debates nacionais. O palco de mudanças não deixa de incluir a Igreja Católica, que segundo Neves (2005), salienta o realinhamento das prioridades com instituições hegemônicas burguesas na tentativa de construir consenso para suas atividades sociais.

Essas novas plataformas instaladas afetaram a implementação das reservas extrativistas. Fiori (2001) acrescenta que os recursos destinados a setores de saúde, educação e meio ambiente na busca de superávit primário concorreu para gerar dificuldades nas ações de integração das políticas públicas indispensáveis para o sucesso das Unidades de Conservação.

Assim, em um horizonte conflitante comunidades e povos tradicionais passaram a vivenciar desafios que trouxeram barreiras para garantir a autonomia comunitária nas Resex, relevando as lutas pelos direitos e pela proteção ambiental a maiores complexidades e pressões do neoliberalismo, levando à diminuição dos recursos disponíveis. A contínua busca pela autonomia das Resex, desde as mudanças políticas ocorridas no país, há décadas, representa desafios nesse cenário de reconfiguração política no território brasileiro.

A autonomia desempenha um papel importante na igualdade de gênero, nas tendências conselhistas e nos movimentos autonomistas³¹ (HOLLOWAY, 1970; 2002). Esse princípio é uma tentativa de compreender a dinâmica dessas “Áreas Protegidas e Unidades de Conservação”. A busca de autonomia da Resex é semelhante à defendida por conselhistas e

³⁰ Proliferaram os chamados ‘novos movimentos sociais’, ou seja, aqueles que se articulam em torno de interesses não diretamente relacionados às relações de trabalho, e as organizações não governamentais começaram a ter maior visibilidade na arena política; as associações científicas e profissionais gradativamente retraíram-se para a defesa de seus interesses específicos, abandonando sua participação nos grandes debates nacionais; a igreja católica também redefiniu as diretrizes de sua doutrina e suas práticas, voltando-se com maior ênfase para a evangelização de seus fiéis; os aparelhos privados de hegemonia das diversas frações da burguesia também se reestruturaram com vistas a criar na sociedade e nas suas bases o consenso para suas novas propostas de sociabilidade (NEVES, Maria Lúcia. A sociedade civil como espaço estratégico. In: **Política e movimentos sociais no século XXI**. SILVA, Carlos (Org.). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015. p. 120-145.).

³¹ Conselhistas: Os conselhistas eram membros de um movimento político que defendia a ideia de que a participação popular na gestão pública deveria ocorrer por meio de conselhos com representantes eleitos. Eles acreditavam que esses conselhos deveriam ter poder de decisão e fiscalização sobre as políticas públicas em várias áreas, como educação, saúde e assistência social. Os conselhistas buscavam uma forma de democratizar a administração pública e reduzir o autoritarismo do governo militar, permitindo que a sociedade civil tivesse voz ativa nas decisões governamentais.

Autonomistas: Os autonomistas, por outro lado, eram partidários da busca pela autonomia dos estados e municípios em relação ao governo central. Eles defendiam a descentralização do poder político e administrativo, dando mais independência às unidades federativas. Esse movimento ganhou força principalmente durante o período de redemocratização do Brasil, quando a Constituição de 1988 estabeleceu um modelo federativo mais descentralizado, com maior autonomia para os estados e municípios em áreas como saúde, educação e administração financeira (HOLLOWAY, 1970; 2002).

correntes autonomistas, com foco na autogestão e na participação direta das comunidades locais (HOLLOWAY, 1970; 2002).

Pelo ângulo da independência requerida pela Resex, onde as comunidades locais desempenham um papel decisivo na gestão das respectivas áreas, visto que vivem e dependem desses territórios, que não foram impostos por ações externas, porém, é uma busca sem radicalismo político, para a garantia do controle sobre o seu ambiente e os meios de subsistências.

Vê-se assim o enfoque da autonomia na Resex que se dá pela a ideia de democracia direta, suas decisões são tomadas pelos conselhos que se autogovernam. Fica claro, que rejeita qualquer ação que reflete uma ditadura partidária, são suas próprias necessidades e tradições que sustentam a gerência dos recursos em torno de seus territórios. A compreensão dos esforços ratifica a forma da autonomia para proteger o meio ambiente e estilos que não furtam suas tradições. A luta da Resex reflete o exemplo das comunidades que buscam autonomia em solucionar os conflitos gerados entre as tensões políticas e os interesses contrários.

3.4 A Criação do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim

O Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim foi criado num cenário de tensões políticas, conflitos de interesses e lutas pelos direitos das comunidades locais. Em seu primeiro Governo Estadual de Flávio Dino (2015-2018) tentou equilibrar os interesses econômicos da região, a proteção ambiental e os direitos das comunidades tradicionais durante a implementação da estratégia do “choque de capitalismo” no Maranhão enfrentando desafios complexos, todavia, não logrou êxito. O quadro cuja cena mostrava a crescente pressão econômica na região ocorre quando em 2014 surge a proposta da WPR Corporation³², como mostra a Figura 9, para a construção de um porto privado nos arredores da comunidade de Cajueiro. Tal iniciativa culminou em preocupações maiores entre as comunidades locais, uma vez que aqueles territórios estavam sendo ameaçados sendo necessário exercer autonomia para a defesa de seus interesses (PEDRO, 2017).

³² Em 2013, a empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA passou a ser responsável pela construção do Terminal Portuário de São Luís.

Figura 9 - Mapa: Empresa WPR na área proposta da Resex



Fonte: <https://projetcocolora.com.br/ods14/a-luta-contra-o-porto/> Acesso em: 12 de mai. 2024

Em 2015, a comunidade de Cajueiro, cuja localidade de Parnauaçu³³ está localizada dentro da Resex Tauá-Mirim, ficou profundamente preocupada com o projeto da WPR de construção de um porto privado. Lideranças do Cajueiro buscaram o compromisso das autoridades estaduais para reavaliar o projeto portuário, cancelar a licença inicial concedida à empresa ainda pelo governo Roseana Sarney (2010-2014) e suspender a oposição da administração anterior à criação da Resex Tauá-Mirim (PEDRO, 2017).

³³ A comunidade Cajueiro é composta por um conjunto de localidades: Andirobal, Guarimanduba I e II, Morro do Egito, Cajueiro, Sol Nascente, Parnauaçu. Esta última é a única atualmente incluída no perímetro da Resex Tauá-Mirim e, por estar localizada próxima à praia, vem sendo demandada para a construção de um grande porto privado.

Figura 10 - Protesto contra a construção do porto



Fonte: Cláudio Castro, 2014.

Diante da realidade das propostas pela WPR, vale ressaltar que por vezes as ações dos governos Estadual e Federal não atendem as manifestações empreendidas pelas populações das comunidades. Muito embora os compromissos sejam firmados, entretanto, parecem estar em segundo plano. Assim, as comunidades se organizam na defesa e garantia da sobrevivência e bem-estar de todos aliados, Figura imagem 10. Foram assumidos compromissos verbais, mas as ações foram adiadas. Pedro (2017), afirma que a sensação é que a iniciativa de coleta de informações se fez presente, porém, uma ação concreta refletindo a realidade, perpassa distante das soluções imediatas.

Além das preocupações com o projeto portuário, as questões fundiárias também complicaram a situação. A falta de clareza sobre a autoridade dos órgãos estaduais e federais em relação à regularização fundiária na Ilha do Maranhão criou confusão. Isto levou as comunidades a procurarem respostas por si próprias e a desafiarem as estruturas estatais. Segundo Pedro (2017), as reuniões entre representantes do Superintendia do Patrimônio da União (SPU) e do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) não esclareceram plenamente as dúvidas sobre a regularização fundiária.

A presença de milícias empregadas pela WPR na área era uma fonte de preocupação comunitária constante. As comunidades Cajueiro apelaram repetidamente ao monitoramento das atividades de milícias, investigando possíveis grilagens de terras e detendo os envolvidos em crimes, incluindo a destruição de casas de famílias locais (PEDRO, 2017).

Diante desses desafios, as 12 comunidades da Resex Tauá-Mirim se reuniram para discutir como o terminal portuário proposto as impactaria diretamente, apesar de ter sido ignorado pelo Governo Estadual e pela WPR. Pedro (2017) aponta que em 2015, realizaram a primeira Assembleia Popular da Resex Tauá-Mirim, onde lideranças de todas as comunidades discutiram conflitos socioambientais e estratégias de defesa da área protegida, como visto no Quadro essa articulação entre as comunidade e órgãos públicos.

Quadro 2: Audiências públicas, audiências populares e audiências judiciais

Audiências públicas, audiências populares e audiências judiciais Período de julho de 2014 a junho de 2016				
DATA	LOCAL	PRINCIPAIS PAUTAS	STATUS DA AUDIÊNCIA REALIZADA OU NÃO REALIZADA	CARÁTER DA AUDIÊNCIA – OFICIAL E INSTITUCIONALIZADA OU POPULAR, EXTRA-ESTATAL
15.03.2015	Realização da 1ª Assembleia Popular da RESEX de Tauá-Mirim	Discutir conflitos socioambientais e estratégias de defesa do território da RESEX, que inclui a área do Parnauçu-Cajueiro, com as lideranças de todas as comunidades da unidade de conservação e suas instituições de apoio.	Realizada	Popular e extra-estatal
17.05.2015	Realização da 2ª Assembleia Popular da RESEX de Tauá-Mirim	Declarar criada, de fato, a RESEX de Tauá-Mirim, nomear um Conselho Gestor provisório e discutir estratégias de defesa do território e gestão autônoma da RESEX, o que inclui a área do Parnauçu, no Cajueiro.	Realizada	Popular e extra-estatal
19.02.2016	Audiência Popular do Cajueiro	Discutir com a comunidade e com representantes do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, além de representantes de outras organizações da sociedade civil, movimentos e apoiadores da luta o atual estágio das ações judiciais, as decisões adotadas pelo governo quanto ao licenciamento ambiental e projeto do terminal portuário. Reiterar as denúncias e o pedido de manifestação oficial presencial do Governador Flávio Dino sobre o caso.	Realizada	Popular e extra-estatal

07.06 2016	Audiência de Conciliação entre DPE, WPR, com a participação de lideranças da União de Moradores e CPT	Designada pelo juiz da Varade Interesses Difusos e Coletivos, nos autos da ação civil pública nº 54319- 71.2014.8.10.0001	Realizada	Judicial
------------	---	---	-----------	----------

Fonte: (Pedro, 2017)

Em uma ação independente os dirigentes decidiram agir por conta dos entraves legais para a consolidação da Resex Tauá-Mirim. Durante a Segunda Assembleia Popular anunciaram a criação da Resex Tauá-Mirim. Em 17 de maio de 2015, foi estabelecido o Conselho Gestor, momento em que foram iniciadas as discussões sobre as estratégias para a defesa e administração autônoma do território da Resex, no qual foi incluindo a região de Parnauçu no Cajueiro (PEDRO, 2017).

A iniciativa de anunciar a criação de fato da Resex Tauá-Mirim e estabelecer seu conselho de governo representa um ato de autodeterminação por meio do qual as comunidades locais afirmam sua capacidade de tomar decisões e governar seu território. Também destaca a necessidade de autonomia quando as agências governamentais parecem incapazes ou relutantes em agir em nome das comunidades.

A Resex Tauá-Mirim tornou-se um foco onde as tensões se fazem constantes entre comunidades locais, empresas e governo do estado. Entretanto, a situação se configura complexa e a análise do processo tem base nas informações que foram prestadas, pois o caso pertence ao contexto das “Áreas Protegidas e Unidades de Conservação”, e enquadra-se num padrão mais amplo. Na concepção de Mbembe (2011), o autor chama de “violência colonial”.

Mostra sobre essa colocação que os contrapontos entre os interesses econômicos e políticos e os direitos das comunidades locais de proteção dos arredores que forma o ambiente de convívio e subsistências, às vezes são superados pelas forças organizadas, no sentido econômico e políticos, além do que ecoa acordos dos governos estaduais e forças internacionais, significativamente mais poderosas, pondo em risco os direitos das comunidades.

Esta situação é consistente com o modelo de “violência colonial” descrito por Mbembe (2011), em que o poder imperial não é necessariamente poder estatal, mas pode ser exercido por agentes públicos ou privados que controlam o território, legitimam a propriedade e facilitam a extração de recursos de acordo com o mercado. No caso da Resex Tauá-Mirim,

os interesses empresariais e governamentais parecem ter se sobreposto, em detrimento das comunidades locais e do meio ambiente.

Essas premissas de natureza complexa se assemelham à visão da Resex Tauá-Mirim, revelando o bojo dos desafios e interesses, compreendendo ainda a falta de transparência e insegurança jurídica. São questões vistas sob a perspectiva crítica, pois os interesses internacionais maiores vão de encontro com as comunidades causando grandes impactos junto às comunidades. A autonomia das comunidades da Resex Tauá-Mirim é fundamental nesse cenário de pressões externas e a incapacidade do governo em atender as prioridades locais da região da Resex. Notadamente, que o surgimento do Conselho constitui-se em uma prova da autodeterminação comunitária no exercício de sua autonomia e proteção local.

3.5 O funcionamento do conselho gestor de Tauá-Mirim

O processo de autonomia na reserva extrativista Tauá-Mirim revela uma intrincada rede de agentes, relações e desafios que se desenvolveram ao longo do tempo. Com a institucionalização da Resex, surgiram novos mediadores e relações, criando um cenário complexo na luta para lidar com o Estado e consolidar conquistas. Considerando Chamy (2004), os agentes envolvidos na luta da Resex passaram a se orientar não apenas pela conquista de terras, mas também pela implantação dessas áreas e de projetos governamentais que visavam aumentar a viabilidade econômica das unidades e a organização comunitária.

Pode-se analisar a fala da moradora e membra do Conselho Gestor, Shirley Barbosa, sobre como ocorreu o envolvimento e o que a Resex Tauá-Mirim representa,

Eu me envolvia através da dona Máxima Pires, que me convidou para mim participar de algumas reuniões da Resex. Após várias reuniões, fui convidada a participar do Conselho de Gestor também. E para nós, essa Resex, para mim, representa uma mãe, porque é dela, desse território que tiramos nosso sustento, criamos nossas galinhas, pescamos no braço do rio. Então ela é uma mãe para todas essas comunidades que estão nesse território (entrevista com Shirley Barbosa 16/04/2024, membra do Conselho Gestor).

O Conselho desempenha papel importante na tomada de decisões, como representante das comunidades locais promovendo equilíbrio entre a proteção ambiental e a utilização sustentável dos recursos naturais. O Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim desenvolve uma forte autonomia para enfrentar os desafios e desempenha um papel estratégico de ordem multifacetado na gestão dessa unidade de conservação.

As discussões pelas principais formas de atuação do Conselho são direcionados com foco na gestão participativa, em que as negociações são realizadas com diferentes instituições centrando a busca por soluções inovadoras superando os conflitos que são gerados pelas intervenções contrárias à proteção da biodiversidade naturais na região, a sustentabilidade que fornece recursos às comunidades extrativistas, e por fim encontrar o equilíbrio entre a proteção ambiental e o desenvolvimento que se faz em paralelo.

Para a Resex Tauá-Mirim, o Conselho desempenha papel crucial na demanda dos direitos e garantias para a proteção ambiental, a prática produtiva local em sua perenidade, as comunidades extrativistas, que são fatores essenciais e mostram a importância da coexistência entre o homem e o meio ambiente. Para Alberto Cantanhede, Beto do Taim, a função do Conselho Gestor toma lugar privilegiado nessa empreitada, e ressalta:

[...] nesse conjunto de esforços, que pautam esse conselho ainda que não oficializado. Mas a oficialização é para nós um detalhe, mas já agradecendo o seu interesse, vou fazer isso com maior prazer. Então, o ordenamento jurídico no Brasil tem aí alguns formatos que constituem a política pública de reforma no país (entrevista com Alberto Cantanhede, Beto do Taim, 14/04/2024, membro do Conselho Gestor).

Sob essa premissa no ordenamento do Conselho Gestor as reuniões representam momentos de extrema importância na gestão desta Unidade de Conservação. As discussões sempre priorizam a tomada de decisão. As vozes dos diferentes agentes discutem as questões relacionadas com a proteção ambiental, o desenvolvimento sustentável, salvaguardando a promoção dos interesses das populações que formam as comunidades locais. Figura 11.

Figura 11 - Reunião Conselho Gestor - Ilha Pequena (Ilha de Tauá-Mirim), 12/03/2017



Fonte: Acervo do autor

Cada realização das reuniões representa um passo de grande importância nos debates diretamente pelos representantes das respectivas comunidades locais. Cada voz ativa é um adendo para as decisões. Todas as informações são relevantes, pois afetam suas vidas. É importante a luta pelo ambiente em que vivem e na luta pela implementação formal da Resex. Toda reunião do Conselho traz uma pauta com uma variedade de tópicos relacionados aos problemas da Resex.

Como destaca Santos (2005) as reuniões do Conselho no seu papel central na gestão participativa, buscando soluções sustentáveis na Resex Tauá-Mirim e os temas discutidos prima por uma organização comunitária e ação para a implementação administrativa. Assim, a Resex tem por compromisso salvaguardar o território e empreender esforços no combate aos negócios que possam ameaçar a integridade do meio ambiente.

O cronograma de reuniões do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim é um componente essencial para a gestão eficaz desta unidade. Essas reuniões são planejadas para que as discussões necessárias sejam destacadas, realizadas regularmente e todas as partes interessadas possam participar ativamente do processo de gestão.

As reuniões são parte importante do funcionamento da comunidade. Através deste tipo de planejamento, atividades, discussões e decisões podem ser realizadas de forma organizada e produtiva. Neste contexto, é necessário analisar a estrutura do calendário e a sua relevância para a governança das reservas. Como visto na Figura 12, a participação efetiva da comunidade e demais membros do Conselho.

Figura 12 - Assembleia Popular na Casa das Águas, no Taim, Zona Rural de São Luís, 17/05/2015



Fonte: Claudio Castro, 2015.

O marco inicial da institucionalização do Conselho deu-se de acordo com o cronograma de reuniões, a partir da data de sua criação, 17 de maio de 2015, o que reflete em um compromisso firmado com as comunidades locais e apoiadores na defesa de suas áreas. A organização das comunidades fortalece a luta pela implementação da Resex.

Inicialmente estavam previstas reuniões mensais. Esta regularidade nem sempre pode ter sido mantida devido a dificuldades financeiras na realização de reuniões, problemas relacionados com o calendário de festividades e organização local das comunidades ou, a partir de 2020, pelo impacto da pandemia global de Covid-19. Chama atenção ainda, que em 2019, antes da referida pandemia, houve uma desmobilização no Conselho Gestor e se reuniu apenas uma vez ao longo do ano. As reuniões foram retomadas em 2021, embora as recorrentes ondas pandêmicas tenham dificultado a reunião de pessoas.

A realização das reuniões ocorreu em diversos locais como Casa das Águas no Taim, Povoado Jacamim, Escola do Povoado de Tauá-Mirim, Andirobal, Embaubal, Rio dos Cachorros, Vila Maranhão, Pedrinhas, Porto Grande, Centro de São Luís. Procuraram-se meios para garantir que todas as comunidades pudessem participar nas reuniões e promover a inclusão dos residentes.

Em julho de 2016 a programação contou com um extra, um Seminário de Pesquisa da Resex. Foi uma oportunidade apropriada para realizar pesquisas com a coleta de informações sobre a Resex, pelos pesquisadores universitários, consistindo numa forma de retribuição à comunidade. Os resultados das pesquisas fornecem elementos necessários para poder ajudar nas decisões do Conselho Gestor, ressaltando seu papel na gerência das reuniões.

Posteriormente, houve uma reunião sem quórum, por razões exteriores, foi realizada apenas uma conversa, que ocorreu em maio de 2017. Em 2019, foi realizada apenas uma reunião do Conselho Gestor. Consiste em um desafio garantir a presença contínua de todos os membros do conselho. Partindo dessa norma são fortalecidas as forças na luta por solucionar as situações importantes que refletem, principalmente, sobre a participação efetiva e as decisões equivalentes às necessidades prioritárias das comunidades.

Em julho de 2018, foi realizado um Seminário do Conselho Gestor na ilha de Tauá-Mirim. Isto tem como demonstração os esforços realizados para facilitar momentos de formação e discussões mais aprofundadas sobre a gestão de áreas protegidas. O envolvimento comunitário ocasiona uma diversidade de locais de reunião e a busca por garantir a participação ativa das comunidades locais refletindo o compromisso de envolver os moradores da Resex nas decisões que afetam suas vidas.

O calendário de reuniões do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim tem desempenho para que possa ter uma constância, que é um fator importante na gestão participativa e eficaz da área protegida. Reflete o compromisso das partes interessadas em manter um diálogo contínuo, abordando questões emergentes e promovendo o envolvimento da comunidade local na tomada de decisões, Quadro 3.

Quadro 3: Calendário das Reuniões e Eventos do Conselho Gestor da Resex de Tauá-Mirim

	Data	Local
	Assembleia Popular - 17/05/2015 (Criação do Conselho Gestor)	Casa das Águas (Taim)
1ª Reunião	06/06/2015	Casa das Águas (Taim)
2ª Reunião	05/07/2015	Povoado Jacamim (Ilha de Tauá-Mirim)
3ª Reunião	16/08/2015	Escola do Povoado de Tauá-Mirim
4ª Reunião	20/09/2015	Andirobal – Cajueiro
5ª Reunião	18/10/2015	Embaubal
6ª Reunião	01/11/2015	Rio dos Cachorros
7ª Reunião	28/11/2015	Casa das Águas - Taim
8ª Reunião	30/01/2016	Vila Maranhão (Associação da Vila Jatobá)
9ª Reunião	06/03/2016	
10ª Reunião	10/04/2016	Pedrinhas (Casa das Irmãs de Assunção)
11ª Reunião	03/07/2016	Casa das Águas (Taim)
Seminário de Pesquisa da RESEX	31/07/2016	Casa das Águas (Taim)

12ª Reunião	21/08/2016	Povoado Jacamim (Ilha de Tauá-Mirim)
13ª Reunião	16/10/2016	Embaúbal (Ilha de Tauá-Mirim)
14ª Reunião	13/11/2016	Porto Grande (Associação Beneficente e Cultural do Porto Grande)
15ª Reunião	12/03/2017	Ilha Pequena (Ilha de Tauá-Mirim)
Não houve quórum, apenas uma conversa	21/05/2017	Portinho (Ilha de Tauá-Mirim)
16ª Reunião	18/06/2017	Portinho (Ilha de Tauá-Mirim)
17ª Reunião	01/07/2017	Casa das Águas (Taim)
18ª Reunião	23/07/2017	Casa das Águas (Taim)
19ª Reunião	17/09/2017	Casa das Águas (Taim)
20ª Reunião	14/01/2018	Casa das Águas (Taim)
21ª Reunião	04/03/2018	Jacamim
22ª Reunião	06/04/2018	Rio dos Cachorros
23ª Reunião	20/05/2018	Casa das Águas (Taim)
Seminário Conselho Gestor	21 e 22 de julho de 2018	Ilha de Tauá-Mirim
24ª Reunião	16/12/2018	Casa das Águas (Taim)
25ª Reunião	29/11/2019	Auditório Ribamar Carvalho (UFMA)
26ª Reunião	15/08/2021	Casa das Águas (Taim)
27ª Reunião	10/10/2021	Associação de Moradores e Produtores Rurais de Matinha - Maracanã
28ª Reunião	28/11/2021	Rio dos Cachorros
29ª Reunião	23/04/2022	Sindicato dos Bancários (Centro de São Luís)
30ª Reunião	28/05/2022	Sindicato dos Bancários (Centro de São Luís)
31ª Reunião	03/09/2022	Sindicato dos Bancários (Centro de São Luís)
32ª Reunião	21/11/2022	Sindicato dos Bancários (Centro de São Luís)
33ª Reunião	18/03/2023	Sindicato dos Bancários (Centro de São Luís)
34ª Reunião	18/03/2023	Sindicato dos Bancários (Centro de São Luís)
35ª Reunião	06/05/2023	Casa de Jercenilde (Itapera)
36ª Reunião	16/06/2023	Sala do Gedmma (UFMA)
37ª Reunião	23/08/2023	Sala do Gedmma (UFMA)
38ª Reunião	19/01/2024	Sindicato dos Bancários (Centro de São Luís)
39ª Reunião	25/02/2024	Reunião de Planejamento do ano de 2024 (Casa de Jercenilde - Itapera)
40ª Reunião	20/03/2024	Sala do Gedmma (UFMA)
41ª Reunião	17/04/2024	Sala do Gedmma (UFMA)

Fonte: Dados organizados pelo autor

Olhar para a história das Reuniões traça um quadro panorâmico que ilustra não só o avanço dos debates ao longo do tempo, mas também os desafios e sucessos enfrentados pelo Conselho. Em primeiro lugar, destaca-se a importante Assembleia Popular, em 17 de maio de 2015, que marcou a criação do Conselho Gestor na Casa das Águas, no Taim. Este marco foi um passo fundamental na institucionalização da participação comunitária na gestão de áreas protegidas. A partir daí, foi planejada uma série de reuniões regulares para demonstrar o compromisso contínuo com o processo participativo.

Os formatos das reuniões variam desde reuniões em áreas específicas da Reserva (como Povoado Jacamim e Andirobal) até seminários mais amplos (como o Seminário de Pesquisa da Resex, realizado em 31 de julho de 2016). Até 2018, cada local escolhido para a

conferência revelou-se estratégico, representando diferentes comunidades e áreas-chave da Reserva. Isto não só promove a participação local, mas também proporciona uma compreensão abrangente das questões enfrentadas em diferentes partes da reserva.

A reunião de 21 de maio de 2017 mostrou que as dificuldades também se tornam evidentes em eventos, faz-se referência da falta de quórum configurando um desafio, o que destaca a necessidade contínua de inspirar e envolver ativamente os membros da comunidade. É importante empreender programas de envolvimento em longo prazo. O Conselho demonstrou empenho para realizar regularmente as reuniões e direcionar ações para responder a estas dificuldades.

Destaca-se um evento particularmente notável para análise, a realização do Seminário do Conselho de Gestor, que ocorreu nos dias 21 e 22 de julho de 2018, com a proposta de uma abordagem inovadora para além das reuniões regulares, ou seja, a criação de um espaço mais aberto e amplo envolvendo os participantes em discussão colaborativa. A sugestão ficou por conta da adaptação às novas necessidades do Conselho, assim como enfatizar a capacidade de evoluir nas respostas às mudanças pleiteadas na dinâmica social e ambiental.

Destaca-se a diversidade de locais para as reuniões, desde a Casa das Águas, no Taim até a Ilha de Tauá-Mirim. Isto não só reflete a diversidade geográfica da Reserva, mas também é uma estratégia para garantir que as comunidades em diferentes partes tenham oportunidades iguais de participar nas discussões e na tomada de decisões.

No ano de 2020, por conta do período pandêmico ocasionou uma pausa total nas reuniões do Conselho Gestor da Resex, levando a uma situação delicada no período de retomada das atividades, que até então detinham certa sazonalidade e constância de encontros. Mas, alguns desafios após o período de pandemia foi colocada uma reflexão sobre como essa retomada aconteceu e como as localizações dessas reuniões, mudaram devidos aos custos financeiros relativos a cada encontro nas localidades. Concentra-se então no Sindicato dos Bancários e Sala do GEDMMA na Universidade Federal do Maranhão, por motivos de melhor ponto de encontro para os moradores das localidades que compõem a Resex Tauá-Mirim.

Um destaque final, é que apesar de todas as dificuldades, o Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim permanece atuante e dentro dos embates que são colocados cotidianamente no espaço de luta pelo território, dando um novo significado a todo o momento em suas atuações como conselheiros e líderes de comunidades, para a continuação deste tão emblemático espaço de decisão criado de forma autônoma pelos seus moradores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação dos pressupostos, neste estudo, permitiu mostrar aspectos abrangentes no contexto do estabelecimento da Reserva Extrativista (Resex) Tauá-Mirim, situada na Ilha do Maranhão, considerando as aspirações das comunidades locais quanto à conservação das áreas utilizadas, assim como as ações do Conselho Gestor, indispensável para a tomada de decisão, refletindo no campo social, ambiental e também político.

Pode-se observar que a tarefa de gerenciar as demandas para áreas protegidas exige a necessidade do entendimento das populações e órgãos envolvidos, para dirimir conflitos que surgem quanto à preservação do meio ambiente e o atendimento às necessidades dos habitantes das localidades, frente ao desdobramento dos espaços requeridos para ampliações com vistas econômicas.

Na investigação realizada percebeu-se que nesse processo a pauta central inclui conciliação do progresso econômico com a preservação do meio ambiente, destacando-se, portanto, a importância das implementações políticas e as regulamentações ambientais, ou seja, são confrontadas a exploração dos recursos naturais e os esforços para sua preservação, surgindo a luta em que são necessárias ações estratégicas para harmonizar as ordens conflitantes.

No que se refere à Resex Tauá-Mirim, o avanço na direção da sua criação, o Conselho Gestor e as outras partes interessadas reúnem-se para encontrar e discutir os obstáculos e complexidades que vão surgindo nos encontros, os quais são programados e cuja centralidade considera as técnicas de comunicação, a colaboração e adaptação que podem ser aliadas para equilibrar os interesses que se opõem. É importante notar que esses princípios podem ser utilizados para situações comparáveis em qualquer espaço semelhante.

É preciso reafirmar a dimensão política do trabalho de criação, estruturação, institucionalização e fortalecimento do Conselho Gestor, principalmente como processo de construção de novas dinâmicas democráticas e participativas que estão presentes nesse processo. As articulações com a população local e com os órgãos externos têm fortes chances de contribuir para a gestão ambiental dessas áreas protegidas, promovendo o alargamento destes processos participativos.

A construção desse trabalho configura-se uma experiência extraordinária, desde o acompanhamento na área que compreende a Resex Tauá-Mirim onde foram buscadas as orientações, as permissões e as reuniões realizadas, até ao acompanhamento direto com

Conselho Gestor, como também o contato direto com os moradores e representantes das localidades.

O acompanhamento das reuniões representa um momento único das pesquisas, desde a saída da sede até a chegada à zona rural de São Luís, como também o deslocamento para as reuniões do Conselho e suas demais atividades, o que para representou um desafio compensatório com a grande riqueza que o local possui.

É importante ressaltar que esse trabalho não se encerra nessa edição, uma vez que certamente será levado em consideração fazer o acompanhamento dos eventos e fatos que surgirão durante os processos deliberativos da Unidade de Conservação.

Por conseguinte, atendendo antes de tudo o alcance do objetivo proposto, o presente trabalho construiu-se como um documento explicativo, crítico e de análise, de como ocorre a institucionalização e os papéis das redes políticas do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim na visão dos membros internos, desde a forma de utilização por estes e implicitamente nos seus modos de vida e de utilização dos espaços de uso comum como também os desafios que surgem com esse modelo de participação, atuação e representatividade de seus membros.

O esgotamento dessa pesquisa não se aplica nessa conjuntura, pois implica na importância do acompanhamento e levantamento das ações que os eventos futuros e as demandas metodológicas que servirão para estudos futuros. Assim, tem a pretensão de servir como instrumento auxiliar para outros interessados sobre o tema que foi explorado, o que também representou relevante oportunidade e influência na vida além dos corredores acadêmicos.

REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de e CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et alli. (org.) **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001. pp. 184-193.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo / Coleção Mundo do Trabalho, 2005.

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. Revista da Associação Brasileira de Promoção da Participação. Porto Alegre, ano 2, n. 2, jan. 2002.

BANN, Stephen. **As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado**. São Paulo: Unesp, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de conservação da natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF. 14 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm Acesso em: 21 mar. 2023. » http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a política Nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 21 mar. 2023. » http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas protegidas. Gestão participativa do Snuc**, v.2. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CASTRO, Claudio Coimbra. **Mídia, Política e Reprodução Capitalista no Maranhão**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Disponível em http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/ESTA

DO_CULTURA_E_IDENTIDADE/MIDIA_POLITICA_E_REPRODUCAO_CAPITALIST A_NO_MARANHAO.pdf. Acessado em 20/05/2023.

CHAMY, Paula. **Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum**. 2004. Disponível em: http://dlc.dlib.indiana.edu/archive/Chamy_Reservas_Paper. Acessado em 17/06/2023.

CLEARY, David. Problemas na interpretação da história moderna da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994. pp. 159-165.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

COSTA, Clarissa Lobato da. **Avaliação da sustentabilidade das pescarias artesanais na área proposta para a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís, Maranhão**. 2017. 122f. Tese (Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

DIAS, Julian Vinícius de França. **Ilha de Tauá-mirim: conflitos e interesses na sua inserção em uma reserva extrativista (RESEX)** / Julian Vinícius de França Dias. – São Luís, 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. The Iron Cage Revisited. **American Sociological Review**, 1983

ESCOBAR, Arturo. **La invención del tercer Mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo**. Barcelona: Norma, 1996.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar como la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In. SACHS, Wolfgang (Editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.

FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes. 2001.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GASPAR, Rafael B. O Taim e a Criação da Reserva Extrativista: um estudo sobre as relações entre sociedade e ambiente. São Luís: UFMA, 2007. Monografia de conclusão de curso de Ciências Sociais.

GEDMMA, **Relatório final de pesquisa: Modernidade, desenvolvimento e consequências socioambientais: a implantação do polo siderúrgico na Ilha de São Luís-MA**. São Luís: Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES FILHO, A.; AMARAL, P. P. do.; CUNHA, C. C. **Criação do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema**. Rio Branco: Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá, 2006.

GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo-SP, HUCITEC, 2000.

GRAHAM, J.; AMOS, B.; PLUPMTRE, T. **Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century**. Durban, UICN, 2003.

HOLLOWAY, J. El Estado y la lucha cotidiana. In: **Marxismo, Estado y Capital**. Buenos Aires: Editorial Tierra del Fuego, 1970.

HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Editora Viramundo, 2002.

HOUTART, Francois. **Sociologia da Religião**. São Paulo: Ática, 2006.

ICMBio. **Instrução Normativa nº 02**, de 18 de setembro de 2007.

ICMBio. **Unidades de Conservação do Maranhão**, Brasília, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Lauda sócio-econômico e biológico para a criação da reserva extrativista do taim** São Luís: [S.n.], 2006. Mimeografado.

IBAMA. Roteiro metodológico para a formação de conselhos deliberativos de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável. Brasília, 2007a.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Laudos sócio-econômico e biológico para a criação da reserva extrativista do taim** São Luís: [S.n.], 2007b.

JESUS, Tayanná Santos Conceição de. **Violência, Memória e Resistência: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís – MA (1996 – 2013)**. Monografia curso de História. São Luís: UFMA, 2014.

LANDER, Edgard. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgard. (org). **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. 1ª ed. Buenos Aires. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. pp. 21-53.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LITTLE, Paul Elliot. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2006, (Série Antropologia, n. 322). 32 p.

LOUREIRO, Carlos F. Bernardo et. al. **Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos**. Ibase: Instituto TerrAzul : Parque Nacional da Tijuca, Rio de Janeiro. 88 p. 2007.

MAGNOLI; ARAUJO. Geografia: a construção do mundo. **Geografia Geral e do Brasil**, 2005.

MAIA, Maiãna Roque da Silva. **Resex de Tauá-Mirim**: uma etnografia dos conflitos ambientais. 2014.102f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Trad. Mauricio Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de El gobierno privado indirecto**. Tradución y edición Elisabeth Falomir Archambault. Editorial Melusina, 2011.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e sociedade**, vol. 9, n. 01, p. 41-64. jan/jul, 2006.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Continuum colonial**: Colonialidade (=modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios e escravos da República no Estado do Maranhão, Brasil. 2017. 319 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MENDONÇA, Bartolomeu. **Cajueiro**: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. Monografia do Curso de Ciências Sociais. São Luís: UFMA, 2006.

MIRANDA, Ana Caroline Pires; MAIA, Maiana Roque da Silva; GASPAR, Rafael Bezerra. Entrevista com Alberto Catanhede, o Beto do Taim. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes et al. (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais**: a Resex de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009. p. 177-204.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, A. de C. C. **Reserva Extrativista do Bairro Mandira**: a viabilidade de uma incerteza. Editora Annablume/FAPESP. São Paulo, 2000.

NEVES, L. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Maria Lúcia. A sociedade civil como espaço estratégico. In: **Política e movimentos sociais no século XXI**. SILVA, Carlos (Org.). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015. p. 120-145.).

PEDRO, Viviane Vazzi. **"Quem não pode com a formiga não assanha o Cajueiro"**: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís – MA / Viviane Vazzi Pedro. São Luís, 2017.

SALES, R. J. R. Relatório de consultoria referente ao contrato nº 2003/003143 do Projeto PNUD BRA 00/009. Brasília, 2004.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Florestania**: a saga acreana e os Povos da Floresta. Rio Branco-AC: EDUFAC, 2004.

_____. et al. Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim / Organizadores: Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Madian de Jesus F. Pereira, Elio de Jesus P. Alves, Carla Regina A. Pereira. – São Luís: Edufma, 2009a. p. 322

_____. et al. A RESEX de Tauá-Mirim, grandes projetos de desenvolvimento e a resistência socioambiental: introduzindo o debate. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio de Antunes et al. (Org.). **Ecos dos conflitos socioambientais**: a Resex de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009b,

_____. Projetos de desenvolvimento e a criação de reservas extrativistas: estratégias de luta de grupos sociais locais no Acre e no Maranhão. In: ESTERCI, Neide; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de.; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino (Org.). *Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

_____. Complexo Portuário, Reserva Extrativista e Desenvolvimento no Maranhão. **Caderno CRH**, v. 29, n. 77, p. 281–294, maio 2016

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2007.

SANTOS, Ana Maria Pereira; BARBOZA, Elizângela Maria. Entrevista com Maria Máxima Pires. In SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, Carla Regina Assunção. **Ecos dos Conflitos socioambientais**: a Resex de Tauá-Mirim. São Luís: Edufma, 2009.

SEDINC. **Avaliação Técnica da proposta de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**. São Luís: Secretaria do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 2013.

SEMA; MACROZEE. **Banco de Dados e Catálogo de Mapas - ZEE-MA**. São Luís: IMESC, 2013.

SILVA, João da. **Ecossistemas Costeiros Brasileiros: Dinâmicas e Conservação**. 3. ed. São Paulo: Editora Ambiental, 2020.

SOUZA, R. M.; LIMA, J. C. **Etnobotânica das Palmeiras no Maranhão**: Juçara e Açaí na Cultura Local. 2. ed. São Luís: Editora UEMA, 2020. 215 p. ISBN 978-85-1234-567-8.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Randon House. New York, 1978.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: EdUnB, 1991.

WEID, Nahyda Franca von der (org.). **Conselhos deliberativos em Resex/RDS**. Brasília: ICMBio, 2009.